Quarta-feira, 3 de junho de 2026 **I Série — Número 99**

DIÁRIO
da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 2 DE JUNHO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à retoma do mandato de um Deputado do PSD.

Foram aprovados os Projetos de Deliberação n.os 30/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 82/XVII/1.ª (GOV), 31/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 83/XVII/1.ª (GOV), e 32/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 85/XVII/1.ª (GOV).

Debateu-se o Inquérito Parlamentar n.º 7/XVII/1.ª (CH) — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar para avaliação da intervenção e eventual responsabilidade de membros do XXIII Governo Constitucional e de outros titulares de cargos

políticos e de altos cargos públicos, com referência aos factos investigados no âmbito da Operação Influencer. Após a intervenção do Deputado André Ventura (CH), não havendo mais inscrições para este ponto da ordem do dia, o Presidente deliberou passar ao seguinte, tendo o Deputado Hugo Soares (PSD) interpelado a Mesa e o Deputado Rui Rocha (IL) recorrido da decisão do Presidente, que foi rejeitada, prosseguindo o debate com as intervenções, a diverso título, além daqueles oradores, dos Deputados Bárbara do Amaral Correia (PSD), Patrícia Carvalho (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Filipe Sousa (JPP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Eurico Brilhante Dias (PS), Paula Santos (PCP), Paulo Muacho (L) e Fabian Figueiredo (BE).

Procedeu-se ao debate conjunto dos Inquéritos Parlamentares n.os 8/XVII/1.ª (PCP) — Inquérito Parlamentar à decisão do Governo português de se envolver na agressão militar dos EUA e Israel ao Irão, com as suas consequências e 9/XVII/1.ª (BE) — Inquérito Parlamentar à cedência de utilização da Base Aérea n.º 4 das Lajes e do espaço aéreo nacional, no apoio logístico à operação militar conduzida pelos Estados Unidos da América e por Israel contra o Irão. Intervieram, a diverso título, os Deputados Paula Santos (PCP), Pedro Correia (CH), Fabian Figueiredo (BE), Carlos Silva Santiago (PSD), Luís Dias (PS), Patrícia Gonçalves (L), Rodrigo Saraiva (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP) e João Lopes Aleixo (CH).

Procedeu-se ao debate conjunto, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 69/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a criar Processo Especial de Venda de Coisa Imóvel Indivisa e a alterar o Código Civil e o Código de Processo Civil e dos Projetos de Lei n.os 625/XVII/1.ª (L) — Alarga a competência dos julgados de paz aos processos de partilha em caso de herança indivisa e 631/XVII/1.ª (IL) — Estabelece a possibilidade de definição do cabeça-de-casal por maioria das partes de herança. Usaram da palavra, além do Ministro da Presidência (António Leitão Amaro) e do Secretário de Estado da Presidência (João Valle e Azevedo), os Deputados Sandra Ribeiro (CH), Paulo Muacho (L), Angélique Da Teresa (IL), Dália Miranda (PS), Filipe Sousa (JPP), Paula Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Paulo Edson Cunha (PSD), Inês de Sousa Real (PAN) e Vanessa Barata (CH).

Foram debatidos, na generalidade, a Proposta de Lei n.º 78/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a rever o Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, que estabelece o regime aplicável às contraordenações aeronáuticas civis e o Projeto de Lei n.º 626/XVII/1.ª (L) — Agrava as coimas aplicáveis às contraordenações aeronáuticas civis e proíbe os voos noturnos, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Secretário de Estado das Infraestruturas (Hugo Espírito Santo), os Deputados Paulo Núncio (CDS-PP), Luís Paulo Fernandes (CH), Jorge Pinto (L), Angélique Da Teresa (IL), Frederico Francisco (PS), Filipe Sousa (JPP), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), Paulo Moniz (PSD) e João Paulo Graça (CH).

Foram apreciadas as Petições n.os 122/XVI/1.ª (Fernanda Margarida Neves de Sá e outros) — Solicitam o reconhecimento da fibromialgia como doença crónica incapacitante e o reforço dos direitos dos doentes com fibromialgia e 123/XVI/1.ª (MYOS – Associação Nacional Contra a Fibromialgia e Síndrome de Fadiga Crónica, APJOF – Associação Portuguesa de Fibromialgia, FIBRO – Associação Barcelense de Fibromialgia e Doenças Crónicas) — Políticas de saúde e inclusão social para pessoas com fibromialgia, juntamente com os Projetos de Resolução n.os 266/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas pelo reconhecimento dos direitos dos doentes portadores de fibromialgia, 983/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a avaliação da implementação da norma da Direção-Geral da Saúde sobre fibromialgia e a adoção de uma estratégia nacional para a resposta clínica, funcional, laboral e social às pessoas com fibromialgia, 985/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo medidas de reconhecimento, sensibilização e melhoria da resposta às pessoas com fibromialgia, 989/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para reforçar a resposta pública dirigida às pessoas com fibromialgia, garantindo acesso a cuidados de saúde, proteção social e a respostas adequadas de inclusão e proteção social, 996/XVII/1.ª (L) — Recomenda o estudo da fibromialgia e a adoção de medidas destinadas a pessoas com fibromialgia, 998/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a fibromialgia e para a encefalomielite miálgica, 1000/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reconhecimento da fibromialgia como doença crónica, 1001/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que sejam implementadas medidas para proteger e apoiar as pessoas com fibromialgia e 1003/XVII/1.ª (PS) — Pelo reforço das respostas à fibromialgia e pela melhoria do acompanhamento das pessoas afetadas. Intervieram, a diverso título, os Deputados Cláudia Estêvão (CH), Filipe Sousa (JPP), Joana Seabra (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Filipa Pinto (L), Paula Santos (PCP), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Fabian Figueiredo (BE), Irene Costa (PS), Joana Cordeiro (IL) e Sónia Monteiro (CH).

Procedeu-se à apreciação das Petições n.os 127/XV/1.ª (Maria João Gomes Viegas e outros) — Programa Mais Habitação – Pela recuperação e utilização dos imóveis devolutos do Estado e 104/XVI/1.ª (André Filipe Escoval Duarte e outros) — Pelo direito à habitação em Portugal, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.os 118/XVII/1.ª (CH) — Procede ao alargamento da isenção de IMT prevista no Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT) e 633/XVII/1.ª (BE) — Promoção de verdadeiras rendas moderadas (altera o Decreto-Lei n.º 97/2026, de 30 de maio de 2026), e com os Projetos de Resolução n.os 219/XVII/1.ª (L) — Recomenda a realização urgente do levantamento exaustivo das famílias em situação de vulnerabilidade habitacional, 987/XVII/1.ª (IL) — Recomenda a criação de um regime de cedência de imóveis devolutos do Estado para valorização e arrendamento, 988/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um programa nacional de levantamento, transferência e reabilitação de património público habitacional devoluto, com prioridade aos bairros do Estado abandonados, 990/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para garantir o direito à habitação e a disponibilização do património público devoluto para fins habitacionais, 997/XVII/1.ª (L) — Recomenda a afetação de património devoluto do Estado para o parque público de habitação e 999/XVII/1.ª (PCP) — Travar a especulação, garantir e proteger o direito à habitação. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados João Tilly (CH), Fabian Figueiredo (BE), Isabel Mendes Lopes (L), Angélique Da Teresa (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), Filipe Sousa (JPP), Humberto Brito (PS), Paulo Núncio (CDS-PP), Gonçalo Lage (PSD) e Rui Fernandes (CH).

O Presidente (Marcos Perestrello) encerrou a sessão eram 19 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, Sr.as e Srs. Deputados. Peço às autoridades para abrirem as portas das galerias, para o público que queira assistir.

Eram 15 horas.

Pausa.

Vamos então dar início à nossa sessão.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que já se encontra, nos suportes institucionais da Assembleia da República, o conjunto de iniciativas que deram entrada desde a nossa última reunião.

Temos ainda um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, no sentido de informar sobre a retoma do mandato do Sr. Deputado Hernâni Vítor Ferreira Loureiro, eleito pelo círculo eleitoral de Braga, com efeitos a partir do dia 2 de junho, inclusive.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Pedia agora atenção para começarmos a nossa ordem do dia.

Como sabem, o primeiro ponto é a votação dos projetos de deliberação do PAR (Presidente da Assembleia da República) referentes à concessão de processo de urgência às propostas de lei identificadas, que terei de pôr a votação.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para solicitar uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, vamos apreciar o Projeto de Deliberação n.º 32/XVII/1.ª (PAR), em que se lê: «A Assembleia da República delibera, nos termos do n.º 3 do artigo 128.º-A do Regimento, que a apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 85/XVII/1.ª (GOV) ocorra no prazo máximo de 10 dias.» É isto que está no projeto de deliberação.

Portanto, o que quero perguntar à Mesa é se confirma que, não tendo sido solicitada a dispensa do exame em comissão, ao abrigo da alínea *a*) do n.º 3 do artigo 128.º-A, a apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 85/XVII/1.ª (GOV) será feita em comissão parlamentar no prazo de 10 dias, fixado pela deliberação.

Pedia também que esclareça se, relativamente à Proposta de Lei n.º 85/XVII/1.ª (GOV), não tem lugar a concentração das três votações na mesma sessão plenária, por ser incompatível com a apreciação na especialidade no prazo de 10 dias, constante do projeto de deliberação. Ou seja, no projeto de deliberação que o Sr. Presidente apresenta, não é solicitada a concentração das três fases, ao contrário do que acontece com os outros dois projetos de deliberação. É esse esclarecimento que solicito à Mesa. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O prazo de 10 dias é um prazo diferente, mas é possível acontecer. O prazo legal, regimental, é de 4 dias e passa para 10, que é aquilo que é requerido pelo Governo. Portanto, nesse aspeto, o artigo 128.º-A permite…

Pausa.

Estou aqui à procura do artigo 128.º-A.

Pausa.

Se bem compreendi, o Sr. Deputado não põe em causa o prazo dos 10 dias, é isso?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não, não!

O Sr. **Presidente**: — É a questão da votação das três fases, é isso?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É o que consta do projeto de deliberação.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas não há votação das três fases.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não há votação das três fases.

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado. Amanhã, na Conferência de Líderes, será efetivamente feita a deliberação, nos termos em que ela deverá acontecer a seguir, para o respetivo agendamento. Faço-me entender? Amanhã, na Conferência de Líderes.

O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é sobre o mesmo tema e sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Creio que poderá, eventualmente, o Sr. Deputado Fabian estar a incorrer num lapso,…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … que se prende com o seguinte: o Governo entregou, que eu tenha conhecimento, um primeiro requerimento, que pedia, de facto, a agregação das três votações, e convolou esse requerimento, pedindo agora um prazo de apenas 10 dias para o processo de especialidade. Isto significa que o Governo quer que se possa fazer a discussão na generalidade, a agendar amanhã, na Conferência de Líderes, e que a discussão na especialidade — é isso que requer — seja feita em 10 dias, e depois, sim, a votação final global.

Creio que, com esta explicação, ultrapasso a dúvida do Sr. Deputado do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para o mesmo efeito.

Queria só ler o ofício, de dia 2 de junho, enviado pelo Governo, que solicita três coisas. No primeiro parágrafo, alínea *a*), solicita agendamento urgente; na alínea *b*), que a apreciação em sede de especialidade ocorra no prazo máximo de 10 dias, nos termos do n.º 2 do artigo 128.º. E, se visitarmos o último parágrafo, o quarto, lê-se «… justificam o recurso ao processo de urgência e a concentração das três votações na mesma sessão plenária». É isto que diz o ofício, enviado aos grupos parlamentares às 13 horas.

O projeto de deliberação do Sr. Presidente — daí a minha dúvida —, se interpreto bem, quer apenas fixar para 10 dias o processo de especialidade, não concentrando, como solicitado pelo Governo, as três fases numa só.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares pede a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, era para uma interpelação à Mesa, nos mesmos termos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, era para dizer que essa última alínea que o Sr. Deputado leu se referia aos dois outros processos de urgência.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — De facto, aquilo que se passa é exatamente aquilo que foi referido pelo Líder parlamentar do PSD, e os 10 dias que foram requeridos é para o processo de especialidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, peço para distribuir pela Câmara o ofício que o Governo remeteu e que se leia o último parágrafo: «Considera o Governo que a relevância da matéria e a necessidade de assegurar o cumprimento atempado dos compromissos assumidos no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) justificam o recurso ao processo de urgência e a concentração das três votações na mesma sessão plenária.»

Eu não me enganei, o Governo é que se enganou.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sim, sim.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Daí solicitar este esclarecimento, porque isto é um processo delicado, que regimental e constitucionalmente tem de ser bem feito, para termos segurança jurídica. Daí insistir neste pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — Calma, vamos esclarecer.

Sr. Deputado Hugo Soares, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, embora creia que o Governo pode fazer a interpretação autêntica do que requereu, a forma como eu interpretei o requerimento é que a expressão «as três votações» não se refere à especialidade, à generalidade e à votação final global; refere-se aos três pedidos que o Governo faz neste requerimento.

Risos do BE.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — São três requerimentos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é bem assim, vá!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É tal e qual. Não se trata das três votações, na generalidade, na especialidade e na votação final global; trata-se dos três pedidos que o Governo faz neste requerimento.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Tem de se alterar o ofício todo, não é só o primeiro parágrafo!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias queria usar da palavra?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, peço uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Nós estamos a discutir as três deliberações. Penso que o Governo nos pode ajudar num esclarecimento cabal, mas, apesar de subscrever as dúvidas que apresenta o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, creio que o propósito do Governo vem no sentido daquilo que foi dito pelo Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD.

Nós votaremos, quanto à Proposta de Lei n.º 85/XVII/1.ª (GOV), um processo cuja urgência será apenas para o agendamento, sendo que consideraremos 10 dias para a especialidade. O agendamento será feito, seguramente, amanhã, na Conferência de Líderes,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … e mais tarde faremos a votação final global, quando vier da comissão respetiva. Quanto às duas outras propostas de lei, mantém-se a perspetiva original do Governo de fazer as três fases das votações em Plenário.

Penso que é esse o entendimento que temos. Se não é este o entendimento, era útil que, por intermédio de V. Ex.ª, usasse a prerrogativa de dar a palavra ao Governo, para que pudesse esclarecer se este é o entendimento que todos temos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, era para confirmar que o entendimento do Governo foi este agora expresso pelo Sr. Líder Parlamentar do Partido Socialista.

Risos dos Deputados do CH André Ventura e Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente**: — Então, com este esclarecimento plural e de coautoria vária, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo ficou esclarecido, sim?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sim.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O meu entendimento não foi o mesmo?!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, com esta interpretação autêntica e partilhada, vou pôr à votação o Projeto de Deliberação n.º 30/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 82/XVII/1.ª (GOV).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP e as abstenções do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Amanhã vou-te chumbar aquilo, Inês! Não há uma coisa importante que votes connosco! Não estou a brincar!

O Sr. **Presidente**: — Votamos agora o Projeto de Deliberação n.º 31/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 83/XVII/1.ª (GOV).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos contra do PCP e do BE e as abstenções do CH, do PS, do L, do PAN e do JPP.

Segue-se a votação do Projeto de Deliberação n.º 32/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência – Proposta de Lei n.º 85/XVII/1.ª (GOV).

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos contra do CH, do L, do PCP e do BE e as abstenções do PS, do PAN e do JPP.

Vamos passar então ao segundo ponto da ordem de trabalhos. Peço só um minuto, para arrumar o meu Regimento.

Pausa.

O segundo ponto da ordem de trabalhos é o debate sobre o Inquérito Parlamentar n.º 7/XVII/1.ª (CH) — Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar para avaliação da intervenção e eventual responsabilidade de membros do XXIII Governo Constitucional e de outros titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos, com referência aos factos investigados no âmbito da Operação *Influencer*.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, para a primeira intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo socialista que tivemos antes deste Governo não caiu por acaso. Caiu no âmbito de uma operação judicial que varreu o País e que visava precisamente descobrir, detetar, identificar um polvo de corrupção e de influência no mais alto lugar da Administração Pública.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quis a história que a discussão desta Operação *Influencer* como comissão de inquérito ocorresse no mesmo dia em que um tribunal aplica pena suspensa de 13 anos ao antigo banqueiro Ricardo Salgado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Queremos deixar, neste Plenário, a nossa garantia e a palavra certa: Ricardo Salgado pode, no percurso, ter-se esquecido dos crimes que cometeu, mas muitos — os que já cá não estão, os que tiraram a sua própria vida e os que perderam tudo — podem dizer hoje, com tristeza, que ele se esqueceu, mas que eles não vão esquecer. Eu quero dar a garantia ao País de que nós não vamos esquecer os crimes cometidos pelo BES (Banco Espírito Santo) contra o povo português.

Aplausos do CH.

Esta foi uma operação que levou à queda de um Governo de maioria absoluta. No âmbito de uma teia montada de corrupção, envolvidos o *data center* de Sines, as minas de lítio de Montalegre e Boticas e a central de hidrogénio em Sines, toca-se nos mais importantes recursos para o futuro do País.

A corrupção existiu e envolveu isto mesmo: a partilha de recursos fundamentais, o uso de recursos não para o interesse público, mas para o interesse de alguns, e a manipulação da vontade de muitos em função do interesse de alguns.

O epicentro deste círculo, quer no antigo Líder do Partido Socialista quer no atual Líder do Partido Socialista, toca na malha profunda de gestão do Partido Socialista e também do Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, palavras de António Costa: «Nunca, em circunstância alguma, falei de qualquer proposta destes negócios com qualquer uma destas pessoas.»

Notícias de há uma semana, uma semana e meia, duas semanas: António Costa em conversa clara com os membros do Governo e assessores sobre estes negócios.

Podemos concluir, portanto, o evidente: um antigo Primeiro-Ministro mentiu ao País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se isto não justifica um inquérito sobre os negócios que levaram à queda deste Governo e sobre a queda de um Governo de maioria absoluta, e se uma teia de corrupção não leva a uma comissão de inquérito, então, francamente, não sabemos para que servem as comissões de inquérito. Tem de ser agora, tem de ser investigado até ao fim.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Presidente**: — Não tenho nem pedidos de esclarecimento nem pedidos de intervenção.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Porque é que será?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, é encerramento!

O Sr. **Presidente**: — Se não há nenhum pedido de inscrição, nem de esclarecimento, considero encerrado este ponto da ordem de trabalhos.

Burburinho na Sala.

Pausa.

Pedia atenção, vamos passar para o ponto 3 da ordem de trabalhos, Srs. Deputados.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deviam ter vergonha! Encerrar um ponto assim…!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem tem o rabo preso é assim, fica calado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Precisamente sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Creio que o Sr. Presidente agiu como devia agir, não tenho nada a opor à decisão do Sr. Presidente. Confesso que o Grupo Parlamentar do PSD não se inscreveu porque entendeu que esta era uma matéria que visava diretamente o Governo anterior…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … e julguei eu que o Partido Socialista quisesse fazer a intervenção a seguir ao Chega.

Vozes do CH: — Ah…!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se o entendimento do Sr. Presidente for virar a página e irmos para o ponto 3, tranquilo, concordo inteiramente com a sua decisão. Se o Sr. Presidente quiser reponderar, o PSD inscreve uma Sr.ª Deputada para fazer o debate.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, põe-me numa posição que é: vamos continuar para o ponto 3. Eu dei tempo para as pessoas se inscreverem e, se assim é, quem podia ter-se inscrito inscreveu-se. Não se tendo inscrito, iremos passar para o ponto 3. Certo?

O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, volto a repetir, e é sobre a condução dos trabalhos: evidentemente que esta não é uma situação única no Parlamento. Tem acontecido mais vezes o Sr. Presidente usar esse expediente para forçar a inscrição. Eu confesso que nunca esperei que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não se inscrevesse, mas está no seu direito, não estou a fazer…

Protestos de Deputados do PS, do CH e da IL.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Mas o que é isto?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não vale a pena a excitação, isto é sério. Estão no seu inteiro direito.

O que eu gostaria de propor ao Plenário é que pudéssemos reponderar, porque o PSD não quer deixar de participar nesta discussão, por uma questão de princípio,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Inscreve-te, pá!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … porque entende que a matéria é suficientemente séria para poder ter uma intervenção e uma posição sobre ela. Se não for essa a posição de Sua Ex.ª e do Plenário, nós respeitamos, mas eu quero que fique claro que o PSD tem posição sobre esta matéria e quer expressá-la ao Plenário e ao País.

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do CH e do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, com a mesma consideração e lealdade parlamentar, também é comum os grupos parlamentares trocarem entre si previamente alguma indicação, no sentido destes respetivos momentos de inscrição. É evidente que o princípio é o de dar a palavra, mas eu aguardei tempo suficiente,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E bem!

O Sr. **Presidente**: — … perguntei uma vez, perguntei duas vezes.

Portanto, a minha posição é no sentido de passarmos ao ponto seguinte. No entanto, se quiserem recorrer desta decisão para o Plenário, o Plenário é soberano.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Não!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, pergunto ao Sr. Deputado Hugo Soares se deseja recorrer desta posição para o Plenário e o Plenário será soberano. Faça favor, Sr. Deputado.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Confesso que não é uma situação que me deixe confortável, de maneira nenhuma. Bem sei que estamos à vontade os dois, e institucionalmente também, para o fazer. Faz parte das regras.

Mais do que recorrer para o Plenário da sua decisão, apenas apelava ao Sr. Presidente para que pudesse voltar a, perante a minha intervenção a dizer que estamos disponíveis para participar no debate, reponderar a abertura do ponto e assim inscreve-se o Grupo Parlamentar do PSD, que foi o único que o solicitou.

Ora, se os outros grupos quiserem fazer o mesmo, eu também estou muito à vontade. Se assim não for, se o Sr. Presidente não quiser ter a condescendência de perceber que o que aconteceu é o normal na vida parlamentar, designadamente nestas matérias, então eu queria sugerir o seguinte: que o Plenário se pudesse pronunciar sobre a possibilidade de o PSD se inscrever neste debate, contra a vontade de V. Ex.ª.

Protestos de Deputados do PS e do CH.

O Sr. **Presidente**: — Eu sei que isto vai dar um bom número amanhã, a dizer «Presidente da Assembleia da República contra líder parlamentar do partido do qual emerge»,…

Risos de Deputados do PSD e do CH.

… mas a verdade, Sr. Deputado, é que, nesta circunstância em concreto — não me leve a mal, com a mesma educação —, eu coloco à disposição do Plenário saber se realmente acha que a posição do Presidente da Assembleia está a ser demasiado restritiva relativamente a esta matéria.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Rocha, faça favor.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, para tentarmos ajudar na solução e não pormos pessoas do mesmo partido nessa posição de dissenso,…

Vozes do CH: — Ah…!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É à vontade!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — … a Iniciativa Liberal recorre da decisão do Sr. Presidente e solicita que seja posta à votação.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, embora eu lembre ao Sr. Deputado que eu aqui não estou na qualidade de pessoa do mesmo partido. Essa coisinha, dita assim, leva a uma insinuação que eu não desejo, e acho que o tenho demonstrado.

O Sr. **Gonçalo Valente** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, vou pôr à votação precisamente a minha decisão de passarmos ao ponto 3 da ordem de trabalhos.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e as abstenções do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Então, dado que a minha decisão não colheu a vontade da maioria do Parlamento, eu penso que o Sr. Deputado Hugo Soares, nesta circunstância, quer a inscrição Sr.ª Deputada Bárbara do Amaral Correia. Faça favor, Sr.ª Deputada, para uma intervenção.

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O debate de hoje não é sobre a importância do escrutínio parlamentar. Sobre isso, não existem dúvidas. O Parlamento tem o dever de fiscalizar o Governo e de escrutinar a Administração.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — O que está em causa é saber se uma comissão parlamentar de inquérito é o instrumento adequado para acompanhar factos que estão a ser objeto de investigação criminal.

Não podemos confundir a fiscalização política com a investigação criminal. O Parlamento, Srs. Deputados, não é um tribunal, não é o Ministério Público e não é um órgão de polícia criminal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

A questão não é saber se o Parlamento deve escrutinar a atuação dos poderes políticos. Deve, é claro que deve escrutinar.

A questão é saber se o Parlamento deve substituir-se, ainda que indiretamente, às entidades que têm a responsabilidade de investigar e apurar os factos.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

O PSD confia na justiça portuguesa, confia na independência dos tribunais e na capacidade das instituições para apurar os factos e aplicar a lei.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Isso!

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Justamente porque confia, entende que a investigação de eventuais factos criminalmente relevantes deve caber a quem tem competência constitucional e legal.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Alimentar a ideia de que o Parlamento e os Deputados podem investigar melhor de que a justiça é prestar um mau serviço ao Estado de direito e à confiança dos cidadãos nas instituições.

Protestos de Deputados do CH.

Essa confiança, Srs. Deputados, é um bem precioso, que demora anos a construir e pode ser rapidamente corroído, quando se instala a ideia de que as instituições não são capazes de cumprir a sua missão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso, importa colocar uma questão: de que forma a comissão parlamentar de inquérito contribuirá para o apuramento da verdade? A resposta é clara: não contribuirá.

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Escrutínio!

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Pelo contrário, corre o risco de perturbar uma investigação em curso e de transformar um processo judicial num instrumento de confronto político e mediático.

Mais, o objetivo a que o Chega se propõe pode até ser perverso. Ao invés de descobrir a verdade, ao invés de poder apurar eventuais responsáveis, ao invés de procurar responsabilidades criminais, o que não nos compete, pode, isso sim, ajudar a preparar defesas, a preparar argumentos, a expor factos de investigação que não se quer que sejam expostos.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Chega, mais uma vez, com um número de chicana política,…

Protestos do CH.

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — … pode prejudicar irremediavelmente uma investigação em curso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não diga isso!

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Isso, meus caros Deputados, não serve a verdade, não serve a justiça e não serve a democracia.

O PSD sempre defendeu um princípio essencial: a política deve respeitar o espaço próprio da justiça e a justiça deve respeitar o espaço próprio da política.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos de Deputados do CH.

A confusão entre estes dois planos nunca fortaleceu as instituições nem contribuiu para a qualidade da nossa democracia. As comissões parlamentares de inquérito existem para apurar responsabilidades políticas — repito: políticas — e permitir a retirada das respetivas consequências.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — É este o seu propósito constitucional e democrático.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Ora, neste caso, a principal consequência política já ocorreu.

O Governo de então cessou funções — consequência constitucional máxima — e as respetivas consequências políticas foram retiradas pelos portugueses nas urnas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora, ora!…

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — E, portanto, esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) não acrescenta esclarecimento político nem sequer qualquer consequência política relevante que não tenha já ocorrido.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Devemos ainda questionar se a criação desta comissão corresponde às prioridades que os portugueses esperam ver tratadas neste Parlamento. Os portugueses pretendem respostas para problemas concretos na habitação, na saúde, na educação, na competitividade da economia. E é para responder a esses desafios que aqui estamos, Srs. Deputados. O combate à corrupção é demasiado importante para ser reduzido a uma operação mediática. E seguramente — seguramente! — não se faz através de um anúncio de comissões parlamentares de inquérito ao ritmo das notícias do dia.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Faz-se com instituições fortes, com legislação eficaz, com investigações robustas, com julgamentos e decisões em tempo útil.

É esse o caminho do Governo liderado pela AD (Aliança Democrática). É este o trabalho sério, é este o trabalho que produz resultados, é este o trabalho que reforça a confiança dos portugueses na justiça.

De facto, a questão que deve preocupar verdadeiramente este Parlamento não é a criação de mais uma comissão de inquérito. A questão é perceber porque continuam alguns processos a arrastar-se durante tantos anos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — A questão é tornar a justiça mais célere, mais eficiente e eficaz.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Sr.as e Srs. Deputados, a justiça não precisa de concorrência por parte do Parlamento. Precisa, sim, de mais celeridade, mais meios e de respeito pelas suas instituições.

Os portugueses não precisam de encenações políticas, precisam, sim, de uma justiça que funcione, de instituições em que possam confiar e de respostas para os seus problemas.

E é por isso que o Grupo Parlamentar do PSD votará contra esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem dois pedidos de esclarecimento e dispõe de 9 segundos mais 15 de tolerância para responder.

O primeiro pedido de esclarecimento é da Sr.ª Deputada Patrícia Carvalho, do Chega.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Bárbara Amaral Correia, depois de ouvir a sua intervenção, fiquei com duas certezas. A primeira é que o PSD não é um partido sério e a segunda é que não é um partido para se levar a sério.

Aplausos do CH.

Protestos do PSD.

É verdade, é o que é!

Isto porquê? Porque a Sr.ª Deputada, ali de cima, da tribuna, disse, em primeiro lugar, que o Parlamento tem o dever de escrutinar o Governo. É verdade, estamos de acordo.

Mas depois acusou o Chega de querer fazer chicana política com uma investigação criminal que está em curso. E disse ainda mais: que uma CPI não acrescentaria nada ao esclarecimento público e político.

Então, ó Sr.ª Deputada, explique-me por que razão o PSD já votou favoravelmente outras CPI, de investigações que inclusivamente também estavam em curso.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Portanto, não faz sentido absolutamente nenhum.

Aplausos do CH.

Não faz sentido absolutamente nenhum a sua intervenção, a não ser, claro, que o PSD esteja com medo que no meio desta CPI venham à tona casos que envolvam também militantes e dirigentes do PSD,…

Vozes do CH: — É verdade!

Protestos do PSD.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — … o que também não causaria estranheza, devo dizer.

Quero também recordar que Luís Montenegro, que é agora Primeiro-Ministro, mas que em novembro de 2013 não era, disse, e cito: «Portugal não pode ser isto, não pode tolerar ou admitir que importantes decisões de investimento e financiamento público possam ser tomadas por qualquer outro critério que não seja exclusivamente o interesse público». E disse ainda que existiam, no Partido Socialista, demasiadas mentiras, demasiados abusos de poder, demasiada arrogância e demasiada falta de decência e transparência.

E, portanto, as perguntas que eu tenho para fazer, Sr.ª Deputada, são muito simples. Primeira: estas palavras de Luís Montenegro foram a sério ou foi só para ganhar votos, uma vez que sabíamos que ia haver eleições antecipadas?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Também não posso deixar de referir, uma vez que o Partido Socialista não se inscreveu, que o Partido Socialista era a favor de uma CPI ao caso Spinumviva, que estava relacionada com uma empresa familiar do atual Primeiro-Ministro.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A Spinumviva era um caso especial!

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Mas agora é contra uma CPI referente ao facto de um Primeiro-Ministro e membros desse Governo serem suspeitos de crimes de corrupção, prevaricação e tráfico de influência.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Bárbara Correia, em relação a uma das dimensões que mencionou, nós concordamos. De facto, a justiça não pode ser lenta, em particular quando falamos de processos que envolvem largos milhões de euros.

No que diz respeito à Operação *Influencer*, em que há fundos do PRR, em que há, de facto, poucos operadores, e em que podemos levantar o sério risco não só de fenómenos de corrupção como de opacidade, é fundamental que as medidas de transparência saiam do papel.

Uma vez que não alinhamos em boleias populistas, nomeadamente de quem procura, depois, transformar aquilo que possa ser um espaço que é da justiça em circos políticos,…

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Estás a falar de quem?!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … a pergunta que gostaria de deixar desde já — porque já em 2021, foi aprovado, no Orçamento do Estado, a obrigação de o Governo publicar relatórios anuais detalhados sobre os apoios concedidos a projetos de hidrogénio verde, nomeadamente quem recebeu, quanto recebeu, quais os impactos financeiros, ambientais e territoriais — e que se impõe, é se, de facto, o seu Governo e o PSD estão efetivamente comprometidos em executar esta norma, não só do Orçamento, para que mais tarde ou mais cedo não tenhamos novamente outro número aqui na Assembleia da República, já não em relação ao anterior Governo, mas em relação ao atual.

O Sr. **Presidente**: — Para responder aos dois pedidos de esclarecimento com o tempo curto de que dispõe, tem a palavra a Sr.ª Deputada Bárbara do Amaral Correia.

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — Sr. Presidente, tendo em conta o pouco tempo que tenho, queria apenas dizer que nós não cedemos em razão da conveniência partidária. Esta é uma matéria que está em segredo de justiça, que está com uma investigação em curso…

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — O outro também estava!…

A Sr.ª **Bárbara do Amaral Correia** (PSD): — … e, portanto, não vai ser o PSD a criar problemática nesta investigação e vai respeitar os poderes da justiça, que é isso que nós temos de respeitar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não andes com paninhos quentes!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nenhum partido está imune à corrupção, mas nenhum partido tem sido menos imune à corrupção do que o PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Nenhum partido tem tantos autarcas acusados de corrupção.

Nenhum outro partido teve um ex-Primeiro-Ministro acusado de corrupção.

Nenhum outro partido viu serem encontrados 75 000 euros em dinheiro vivo na residência oficial do Primeiro-Ministro.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Nenhum partido viu o principal assessor de dois dos seus líderes — José Luís Carneiro e António Costa — ser acusado de corrupção, como aconteceu recentemente com Duarte Moral.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não foi acusado!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — O exercício do poder corrompe. E não há nenhum outro partido que tenha exercido o poder tanto tempo como o PS. É natural, portanto, que o PS tenha mais corrupção que os outros.

Mas não é só isso, é a própria cultura do PS que promove esse resultado. Perante casos de corrupção que o afetam, o PS usa sempre a mesma tática, independentemente de quem seja o líder. Em primeiro lugar, ignorar. Quando já não é possível ignorar, negar. Quando já não é possível negar, desvalorizar. Quando já não é possível desvalorizar, atacar. Quando já não é possível ignorar, negar, desvalorizar, nem atacar — reciclar!

Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

No que diz respeito a ignorar, tivemos o chamado «síndrome de Fernanda Câncio». Os factos estão todos ali à frente, mas o PS não os vê. Fernanda Câncio tinha a desculpa do amor.

Risos do Deputado do CH André Ventura.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vergonha!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Qual era a desculpa do PS nesta matéria? O caso Sócrates estava à frente dos olhos de toda a gente, mas a namorada não viu e o PS não sabia.

No que diz respeito a negar, o melhor exemplo talvez seja a tese do parágrafo. Não há alma com um mínimo de discernimento que considere que a existência de 75 000 euros em dinheiro escondido em livros e caixas de vinho…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E nas gavetas?!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — … permitiria a sobrevivência de um Primeiro-Ministro. O PS diz que foi golpe.

No que diz respeito a desvalorizar, tivemos a recente doutrina de José Luís Carneiro. Corrupção ligada ao PS? O PS diz que as pessoas do PS nem sequer pertencem ao PS!

Risos da IL, do CH e do CDS-PP.

No que diz respeito a atacar, tivemos a teoria da cabala, das sondagens e do 28 de maio. Mas as buscas recentes na sede do Rato estão relacionadas com o 28 de maio? Uma parte do PS diz que sim.

Risos do Deputado do CH André Ventura.

No que diz respeito a reciclar, o PS é especialista. Miguel Alves era acusado de torrar 300 000 euros num pavilhão inexistente, mas o PS levou-o para o Governo. Escária tinha problemas conhecidos com a justiça, mas o PS levou-o para chefe de gabinete.

José Luís Carneiro diz agora que vai fazer um código de ética para o PS e diz que vai ser impossível ser-se corrupto no PS.

Risos do CH.

Eu tenho um conselho: não percam tempo com códigos de ética, Srs. Deputados do PS, Sr. Deputado José Luís Carneiro. Basta um preceito simples, o sétimo mandamento — não roubarás!

Aplausos da IL, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Uma vergonha!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Vergonha!

Protestos do CH e contraprotestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

Protestos do PS e contraprotestos do CH.

Srs. Deputados, tem agora a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

Continuação de protestos do PS e de contraprotestos do CH.

Srs. Deputados, o Sr. Deputado Filipe Sousa tem o mesmo direito que todos os outros Deputados para fazer uma intervenção.

Pausa.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tens de te habituar! É a democracia!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Na verdade, os portugueses assistiram à queda de um Governo da República envolto em suspeitas de tráfico de influências, favorecimento e promiscuidade entre o poder político e interesses económicos milionários.

Se o Parlamento tem o dever de escrutinar, investigar, apurar quem decidiu, quem beneficiou e quem falhou na defesa do interesse público, é um facto. Mas também é um facto que a democracia não vive de silêncios, mas vive da verdade. E quem exerce funções públicas deve estar disponível para responder perante o País.

Também é verdade que a justiça deve ser independente, não deve servir para agendas partidárias, calendários eleitorais, com julgamentos feitos na praça pública antes de os tribunais decidirem,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quando é que há eleições?!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — … porque quando a justiça é politizada, todos nós perdemos — perde a democracia, perde a credibilidade das instituições e perde também a confiança dos cidadãos no Estado de direito. E é isso que o JPP não pode aceitar.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai, João!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Os inquéritos parlamentares são um instrumento essencial nas democracias liberais. É fundamental ter, no lado político, um instrumento de escrutínio dos poderes públicos e da sua ação que não substitua os tribunais, mas que os complemente, numa fiscalização que é uma fiscalização também ela política. E por isso é que é tão importante saber estabelecer a fronteira entre um instrumento — o dos inquéritos parlamentares — e o funcionamento normal da justiça.

Em Portugal temos exemplos concretos, claros, de boa utilização do regime dos inquéritos parlamentares: Camarate, BES, BPN (Banco Português de Negócios), Caixa Geral de Depósitos. Em todos estes processos, foi graças a inquéritos parlamentares que se conseguiu avançar, que se conseguiu encontrar responsáveis, que se conseguiu encontrar, em alguns casos, novas teorias que vieram a verificar ser verdadeiras sobre factos que tinham acontecido, e o CDS sempre se empenhou nesses inquéritos parlamentares com Deputados que deram o seu contributo a esse apuramento de factos e de responsabilidades.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — José Ribeiro e Castro, Nuno Melo, Cecília Meireles, vários Deputados em várias comissões de inquérito fizeram esse trabalho.

E, portanto, de cada vez que somos chamados a pronunciar-nos sobre se somos a favor ou contra um determinado inquérito parlamentar, é essa a ponderação que fazemos. Nós estamos ou não estamos em condições, não extravasando o campo da política, de ir mais fundo do que aquilo que estávamos? Saber mais do que aquilo que sabemos? Contribuir ou não para o apuramento da verdade? É esta a nossa grelha. É por isso que temos cuidado com argumentos como o de que a justiça está a andar devagar demais. Não é por a justiça andar devagar que o Parlamento deve intervir. É para que o Parlamento possa apurar mais do que aquilo que eventualmente a justiça conseguiu apurar e possa apurar diferente,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … designadamente apurar no campo político aquilo que na justiça não se poderá apurar.

Agora, neste caso, é extraordinário o posicionamento do Partido Socialista. O Partido Socialista tentou que isto passasse de fininho, sem se inscrever. Não é a primeira vez. Já houve uma vez em que foi o CDS que impediu que se passasse um ponto à frente porque o Partido Socialista queria que ninguém falasse.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Srs. Deputados, se os senhores querem que ninguém fale é porque têm alguma coisa a temer, porque eu nunca vi um debate…

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Protestos do PS.

É assim: certamente será por ser Deputado há pouco tempo,…

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… mas eu nunca vi um debate em que o Partido Socialista não se inscrevesse. Nunca, até hoje, sobre tema nenhum, houve um debate sobre o qual o Partido Socialista não se inscrevesse. E o Partido Socialista queria não se inscrever sobre um debate de uma comissão de inquérito a um ex-Primeiro-Ministro seu.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Está na justiça!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Desculpem, mas isto é inaceitável. Isto é quase tão inaceitável como — imaginem que acontecia! — um secretário-geral do PS, numa sexta-feira, dizer que estar a Polícia Judiciária na sede do partido para averiguar factos sobre um funcionário seu não tinha nada a ver com o Partido Socialista. Mas isto, obviamente, era tão ridículo que ninguém nunca faria isso, muito menos o Sr. Deputado José Luís Carneiro.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Está enganado!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não se inscrevem?! Não têm tempo?!

O Sr. **Presidente**: — Vamos continuar com o debate. Srs. Deputados, vamos continuar? Está inscrito agora o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias. Faça favor.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ele não estava inscrito!

Protestos do PS e contraprotestos do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

Protestos do CH, do CDS-PP e da IL.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O debate de hoje não é sobre a Operação *Influencer*…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … e muito menos sobre o procedimento de natureza jurídica e judicial que decorre em paralelo. O debate de hoje está centrado essencialmente, em como a direita, mas em particular a extrema-direita, usa a corrupção para degradar as instituições,…

Vozes do CH: — Ah!…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … para atacar os adversários e, acima de tudo, como a extrema-direita usa…

Aplausos do PS.

… o combate à corrupção para atacar os seus adversários.

Já nem falo da intervenção do CDS, que muito esperava da intervenção do Partido Socialista.

Quanto à da Iniciativa Liberal, o que dizer de um partido que vem falar com o Partido Socialista dizendo que há mais corrupção no PS quando teve um candidato presidencial, presidente de uma junta de freguesia, que falsificou assinaturas?

Aplausos do PS.

Nem nunca foram Governo, nem nunca governaram o País e, na primeira curva, na primeira junta de freguesia, uma demissão por falsificação de assinaturas.

Protestos da IL.

Devo dizer, Sr.as e Srs. Deputados, a extrema-direita usa a corrupção para atacar os outros partidos e, em particular, os partidos democráticos.

Burburinho na Sala.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Acabei de fazer aqui um pedido para que o Sr. Deputado pudesse ter condições para falar.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A demonstração inequívoca, Sr. Presidente, a demonstração inequívoca de que a corrupção não o preocupa é que a extrema-direita dá abraços àquele Governo que era o Governo mais corrupto da União Europeia,…

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Sócrates é um ingrato!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … em último lugar na União Europeia. André Ventura, de braço dado com o Governo que era, no índice da transparência, no índice da corrupção e perceção da corrupção na União Europeia, aquele que era o partido, o partido Chega, o *Fidesz* (União Cívica Húngara), o partido irmão, era o mais corrupto da União Europeia…

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É o partido que tem como amigos os amigos do *Vox*. O *Vox*, que é um partido financiado, em muitos milhões de euros, a partir da banca húngara. E é por isso que a extrema-direita é, provavelmente, a mais corrupta e que promove mais a corrupção na União Europeia,…

Aplausos do PS.

… não só em Portugal, mas também em Espanha, na Hungria e noutros países.

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

Srs. Deputados, o Partido Socialista tem 50 anos, mais de 50 anos. Está habituado ao combate político.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Só mentiras!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço desculpa por interromper. O Sr. Deputado ainda tem 2 minutos e 10 segundos e vai ter de os usar da mesma forma que os oradores anteriores usaram, que é ouvindo-se.

Protestos do CH, da IL e do CDS-PP.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, a prova inegável de que este debate não é sobre a Operação *Influencer*, é o Partido Socialista não conseguir falar.

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mas isso, não nos calarão, não nos calarão.

Risos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Sr.as e Srs. Deputados, o Partido Socialista tem uma longa história, mais de 50 anos.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — E que história!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não serve para nada!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, apartes não é permanente interrupção. Isso já não são apartes, é boicote a uma intervenção. Portanto, ouvimos até agora todas as intervenções com capacidade para ouvir e com condições de serem ouvidas, então agora o Sr. Deputado também.

E, Sr. Deputado, como sabe, o PS, enquanto eu for Presidente, terá sempre também a possibilidade de se fazer ouvir. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. E é assim, Sr.as e Srs. Deputados, mais de 50 anos de história e que no…

Risos dos Deputados da IL Mário Amorim Lopes e Rui Rocha.

Sr. Presidente, deixe-me dizer… Peço imensa desculpa, interrompo.

Protestos do CH e do CDS-PP.

Peço desculpa, tenho de fazer uma interpelação à Mesa no meio da minha intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça uma interpelação à Mesa então, se faz favor.

Protestos do CH.

Para que efeito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ah!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para fazer duas intervenções!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não pode! Isto não é o Bangladesh!

O Sr. **Presidente**: — Calma! Calma! Sr. Deputado, calma!
Para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Uma intervenção!

O Sr. **Presidente**: — Calma! Para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é calma! Vá ler o Regimento!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, sobre as condições em que estou a fazer a minha intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado, essas condições eu estou a assegurá-las. Portanto, Sr. Deputado, estou a assegurá-las e devo-lhe dizer que, neste particular momento em que interrompeu, havia condições para o Sr. Deputado poder continuar a falar. Portanto, havia.

Aplausos do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, agradeço-lhe vivamente sempre que tem auxiliado para que eu possa prosseguir.

O Sr. **Presidente**: — Claro!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A intervenção tem 5 minutos…

O Sr. **Presidente**: — Eu pedi para parar o tempo. Eu pedi para parar no minuto em que estava…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … e eu já fui interrompido, no limite, quatro vezes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E devia ser mais!…

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado, calma. Calma!
Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ele continua a falar?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Assim que retomei a intervenção,…

O Sr. **Presidente**: — Sim…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … um grito interrompeu a minha intervenção,…

Vozes do CH: — Oh!

Risos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … ao qual acresce, Sr. Presidente que, dentro do Hemiciclo ter Deputados que simulam o ato de roubar, não é tolerável!

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E por isso, deixe-me dizer, a Assembleia da República deve preservar…

Aplausos do PS.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isto é para falar mais!…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … o mínimo da sua dignidade. O mínimo da sua dignidade!

E o Grupo Parlamentar do Partido Socialista estará, até ao fim, a defender a dignidade desta Assembleia da República,…

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o Sr. Deputado não está a fazer nenhuma interpelação à Mesa.

Aplausos do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … custe o que custar!

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não está a fazer nenhuma interpelação à Mesa e não tem razão. Peço-lhe para continuar, foi-lhe reposto 1 minuto e 44 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O quê? Tanto tempo?

O Sr. **Presidente**: — E agradeço o favor de usar da palavra para terminar a sua intervenção. Faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Terminarei a minha intervenção.

São mais de 50 anos de história. No último Governo do Partido Socialista, não só entre 2015 e 2024, o Partido Socialista duplicou o orçamento da Polícia Judiciária no combate à corrupção, o Governo colocou como prioridade central o combate à corrupção na política criminal, desenvolveu a Estratégia Nacional Anticorrupção até 2024 e foi criado o Mecanismo Anticorrupção. Ao longo dos últimos 50 anos, o edifício de combate à corrupção, da transparência, teve o inegável contributo dos socialistas, desde Mário Soares e Almeida Santos…

Vozes do CH: — Ú! Ú!…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … até Francisca Van Dunem e António Costa.

Aplausos do PS.

Vozes do CH: — Oh!…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Devo dizer, Srs. Deputados, não temos medo! Não temos medo de comparar a nossa história com a história da extrema-direita.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Perdem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A nossa história é da defesa da democracia e da transparência. A extrema-direita…

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

… usa a corrupção para combater a democracia e degradar as instituições.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, a extrema-direita na Europa organiza-se em torno dos governos mais corruptos da Europa, em torno de Orbán, em torno daqueles que financiam as atividades da extrema-direita a partir de governos autoritários. O autoritarismo nasceu sempre da tentativa de diabolizar adversários políticos, partidos políticos e o parlamentarismo. E é por isso que saúdo todos os democratas que estejam unidos e devem estar unidos no combate ao autoritarismo,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É só para combater os nossos, queres ver?!…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — … no combate à corrupção.

Mas não nos enganemos, quem usa a corrupção para combater a democracia é um adversário não só do 25 de Abril, é um adversário da democracia, que é preciso combater. Vamos em frente, camaradas! Vamos em frente!

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Escusam de se se levantar, que o PS não cresce mais!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento.

Mas antes tenho um pedido de uso da palavra do Sr. Deputado Pedro Pinto. Para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por dois motivos.

Primeiro motivo e primeira interpelação, Sr. Presidente, eu acho que é inédito, nesta Assembleia da República, que no meio de uma intervenção seja pedida uma interpelação à Mesa e o Sr. Presidente tenha dado a palavra ao Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

Protestos do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Também a ti!…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu creio que isto é inédito, mas o PS continua com o «vale tudo» aqui, nesta Assembleia.

A segunda interpelação à Mesa que eu queria fazer é para entregar ao Partido Socialista a foto de Viktor Orbán…

O orador exibiu uma foto.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Olhem! Olhem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … com António Costa, para que todos possam ver.

Aplausos do CH.

É importante que toda a Casa conheça esta foto de Viktor Orbán com António Costa, para que todos possam ver. Para que todos possam ver!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuída. Muito bem.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Portanto, quando se fala, quando se ataca os outros, nós temos telhados de vidro, os senhores têm telhados de vidro. O Partido Socialista, são 50 anos de democracia, 50 anos de corrupção do Partido Socialista.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuída. Sr. Deputado, será distribuída.

Só um primeiro esclarecimento. É evidente, no meu entender, que pode haver uma situação que justifique uma interpelação à Mesa. Portanto, é óbvio para mim, que pode haver uma situação, eu não posso saber antes de a mesma ser feita, se há ou não há uma determinada razão que justifique uma interpelação à Mesa. Isto quanto…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Trocamos! Trocamos!

O Sr. **Presidente**: — Oh, Sr. Deputado, estava a esclarecer, estava a esclarecê-lo precisamente quanto à primeira questão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu entendi!

O Sr. **Presidente**: — A segunda, fará o favor de fazer a junção e será distribuída.

O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra. Também para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, para fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra. Faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, para distribuir a notícia de 15 de agosto de 2024: «*Think tank* de Orbán estende influência a Portugal através do Chega.»

O orador exibiu uma foto.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sim senhor, será distribuída.
O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, apenas para questionar onde é que estará o Sr. Deputado José Luís Carneiro. Deve ter tido vergonha da declaração do seu grupo parlamentar…

Aplausos do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tu é que não tens vergonha! Já não se pode ir à casa de banho?!…

O Sr. **Presidente**: — Ó Sr. Deputado! Sr. Deputado, vou-lhe retirar a palavra. Isso não é uma interpelação à Mesa, como o Sr. Deputado sabe. Sr. Deputado Pedro Pinto, isso não é uma interpelação à Mesa.
Tem a palavra agora o Sr. Deputado Rui Rocha, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, o Secretário-Geral do PS disse agora, perante os casos mais recentes, que vai apostar num código de ética e que vai exigir comportamentos irrepreensíveis. Agora é que vai ser!
Agora é que o PS vai exigir comportamentos irrepreensíveis. Mas eu queria perguntar ao Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias se esses comportamentos irrepreensíveis passam pelo modelo socialista espanhol, pelo exemplo de Pedro Sánchez. É esse o modelo? É o modelo que tem a mulher…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Acabou o tempo, Sr. Deputado! E não é pelo nível de decibel que vai ficar…
O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias não tem tempo para fazer a respetiva resposta e, neste momento, não tenho mais inscrições… Ou tenho?
Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos. Faça favor.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Foi com estrondo que o País tomou conhecimento do comunicado do Ministério Público, que informava que o Primeiro-Ministro de então se encontrava sob investigação no âmbito da Operação *Influencer*.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Fala do Staline!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Na altura, tivemos oportunidade de afirmar que era importante que todos os fatos fossem devidamente apurados e retiradas as correspondentes consequências. Entretanto, passaram mais de dois anos e, até ao momento, não houve desenvolvimentos relevantes relativamente ao processo, o que não deixa de gerar alguma perplexidade.

Era importante que o processo decorresse com celeridade, para que se esclarecesse rapidamente o que de facto ocorreu e se dissipassem as suspeições. A realidade foi bem diferente: o processo está a arrastar-se, o que só contribui para alimentar especulações e não é bom para ninguém, desde logo para a credibilização da justiça.

E aí está o partido Chega, mais uma vez, oportunisticamente, a procurar tirar dividendos a partir de um processo que se encontra em investigação judicial. O Chega não quer a verdade; o que o Chega quer, tal como fez na comissão parlamentar de inquérito sobre o acesso a um tratamento por duas crianças, é chicana política para desviar as atenções do seu comprometimento com os grandes interesses dos grupos económicos.

Vozes do CH: — Ah!…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — As comissões parlamentares de inquérito são para o apuramento de responsabilidades políticas, e não criminais. Quem faz o apuramento sobre se houve ou não ilícitos, se houve ou não crime, são as entidades judiciais e de polícia criminal.

Portanto, coloca-se a questão: que responsabilidades políticas pretende o Chega apurar, quando os membros do Governo que estão sob investigação já não estão no exercício de funções e quando esse Governo caiu na sequência desta investigação?

As consequências que poderiam ser adotadas, decorrentes do apuramento das responsabilidades políticas, já ocorreram há mais de dois anos, com a queda do Governo em 2023.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Ai, já?!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, obviamente que, em nome da defesa do regime democrático, da justiça e do interesse público, importa que tudo seja clarificado, punindo o que houver a punir. E obviamente que é urgente que este e outros casos não se arrastem insuportavelmente no tempo.

Por último, não posso deixar de referir o seguinte: o Chega, que vem aqui propor uma comissão de inquérito à Operação *Influencer*, é o mesmo partido que está de acordo com a legalização do tráfico de influências, com as privatizações, com o favorecimento dos interesses particulares dos grupos económicos — contra os princípios constitucionais — e com a subordinação do poder político ao poder económico, sendo que estas são as razões na origem da corrupção.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro: O País tem muito para saber sobre a Operação *Influencer* e sobre os factos versados na Operação *Influencer*. Desde logo, se alguém cometeu algum crime, que seja punido. Mas também, saber porque é que há um processo judicial que levou à queda de um Governo com maioria absoluta sem que, quase três anos depois, alguma coisa tenha acontecido ou alguma coisa de palpável se veja.

Porque é que há um ex-Primeiro-Ministro que é suspeito, mas que não foi sequer constituído arguido até ao momento, se é que alguma vez o será?

E também há muito a saber sobre estes processos de exploração do lítio em Montalegre e em Boticas, os processos dos *data centres*; mas sobre isso o Chega também nunca diz nada.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Nós já sabemos que o Chega tem muitas dificuldades com a separação de poderes e com o Estado de direito — só isso é que justifica que apresentem esta proposta de comissão parlamentar de inquérito —, mas não cabe ao Parlamento fazer aquilo que é o trabalho da justiça, até porque esta CPI não teria absolutamente…

Protestos do CH.

Esta CPI não teria finalidade nenhuma porque, se o processo está em segredo de justiça, todas as pessoas que se chamassem ao Parlamento poderiam negar-se a responder.

Protestos do CH.

Se o Sr. Deputado André Ventura e o Chega não estão contentes, se não estão satisfeitos nas funções de legisladores, enquanto Deputados — e percebe-se porquê, porque não conseguem aprovar neste Parlamento nenhuma lei que mude a vida das pessoas,…

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … e as leis que conseguem aprovar são tão más e estão tão mal feitas que chumbam sempre no Tribunal Constitucional —,…

Aplausos do L.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … então, Sr. Deputado André Ventura, se quiser fazer o papel de juiz, se acha que tem mais inclinação, que tem mais vocação para esse tipo de funções, tem bom remédio: Sr. Deputado, candidate-se a juiz no próximo concurso do Centro de Estudos Judiciários.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Ele pode, mas tu não! Já que és licenciado em higiene!

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Agora, com esta conceção que o Chega e o Sr. Deputado têm da separação de poderes e do Estado de direito, não sei sequer se o aceitariam lá, mas espero bem que não o aceitassem.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados: Um Deputado não é um procurador do Ministério Público, o presidente de uma comissão de inquérito não é um juiz, a Assembleia da República não é um tribunal. Em democracia há separação de poderes, e ainda bem!

O Chega confunde de propósito os papéis. O Sr. Deputado André Ventura, que já se candidatou a tudo e a todos os cargos,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E bem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … que já quis governar o País a partir da Presidência da República, quer, uma vez mais, fazer julgamentos no Parlamento. Seria, aliás, curioso que aproveitasse este debate para fazer o balanço sobre as últimas duas comissões de inquérito que impôs, a da gémeas e a dos incêndios. Seria curioso discutirmos a que conclusões chegou.

O Caso *Influencer* corre na justiça e é lá que deve correr. É à justiça, independente e soberana, que compete apurar toda a verdade.

O Chega não quer justiça, quer um circo e reservou para si o papel principal, apesar — diga-se — da lamentável concorrência que o Sr. Deputado Rui Rocha lhe faz.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se há mais algum Sr. Deputado que deseje inscrever-se…

Pausa.

Sr. Deputado André Ventura, faça favor, para uma intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, o debate que decorreu aqui, nesta tarde, deixou claras as intenções de muitos partidos: fingir que se misturam as coisas para que nada se investigue.

«Ai, os processos estão em segredo de justiça»: como estava a Caixa Geral de Depósitos,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … como estava o Novo Banco, como estava a TAP (Transportes Aéreos Portugueses) como estava o INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), como estava a Santa Casa, como estava a Efacec (Empresa Fabril de Máquinas Elétricas) — estavam todos em segredo de justiça!

Aplausos do CH.

A diferença é que, agora, houve um ex-Primeiro-Ministro, líder de uma maioria absoluta, que conseguiu, por alguma coisa, estender a malha de influência que tinha aos outros partidos. E a razão não tem nada a ver com segredo de justiça, nem com separação de poderes; tem que ver com um Parlamento agarrado e sequestrado pela corrupção, de há 50 anos a esta parte. É com isso que tem que ver.

Aplausos do CH.

Este Parlamento não pode dizer que a TAP pode ser investigada, mas a *Influencer* não; que a Santa Casa pode ser investigada, mas a *Influencer* não.

De que é que temos medo?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — De Abril!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O que temos a esconder? Para evitar que um Primeiro-Ministro com maioria absoluta caia, tínhamos medo de fazer essa investigação? Do que é que temos medo e quem é que estamos a proteger?

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, não é a extrema-direita que degrada a democracia, é o gamanço de anos que degrada a democracia em Portugal, há décadas, décadas e décadas!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao terceiro ponto da agenda.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para solicitar a distribuição de documentos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, quero solicitar a distribuição, por parte da Mesa, dos projetos de constituição das comissões parlamentares de inquérito à TAP, à Santa Casa da Misericórdia, à Caixa Geral de Depósitos e ao Novo Banco, e sublinhar que todos eles decorreram em períodos referentes a governações do Partido Socialista.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Oh, tão bonzinho!

O Sr. **Presidente**: — Vamos então passar ao terceiro ponto da ordem do dia, com o debate conjunto dos Inquéritos Parlamentares n.os 8/XVII/1.ª (PCP) — Inquérito Parlamentar à decisão do Governo português de se envolver na agressão militar dos EUA e Israel ao Irão, com as suas consequências e 9/XVII/1.ª (BE) — Inquérito Parlamentar à cedência de utilização da Base Aérea n.º 4 das Lajes e do espaço aéreo nacional, no apoio logístico à operação militar conduzida pelos Estados Unidos da América e por Israel contra o Irão.

Pedia aos Srs. Deputados que estão em mobilidade o favor de o fazerem com rapidez, para eu dar a palavra à Sr.ª Deputada Paula Santos.

Pausa.

Sr.ª Deputada Paula Santos, tem a palavra para intervir.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Em sentido contrário ao que dispõe a Constituição, o Governo português decidiu envolver-se na agressão militar dos Estados Unidos e Israel ao Irão, ao arrepio dos princípios da Carta da ONU (Organização das Nações Unidas) e do direito internacional, autorizando a utilização da Base das Lajes para as operações militares realizadas pelos Estados Unidos.

É de registar que, sobre a autorização da utilização da Base das Lajes, tenha havido, por parte do Governo, uma tentativa de ocultação da sua decisão e cumplicidade, com declarações públicas de sentido contraditório feitas pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. O Governo começou por desmentir a existência de tal autorização, mas acabou, mais tarde, por assumir ter sido concedida.

O Secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, não poderia ter sido mais claro quanto à atitude de subserviência demonstrada pelo Governo, e cito: «Para ser justo, há países da NATO (North Atlantic Treaty Organization) que foram muito úteis para nós. Vou só dizer um: Portugal. Disseram que sim, mesmo antes de perguntarmos o que quer que fosse.»

Por mais cambalhotas e piruetas que façam, esta confissão deita por terra toda a ladainha do Governo. Tudo isto só vem dar razão ao PCP quando coloca a necessidade de se apurar o que, de facto, se passou.

O Governo comporta-se como súbdito perante os Estados Unidos da América e Israel. É uma vergonha por parte de quem assim compromete os interesses do País. Abdicam da soberania e independência nacionais para alinhar, sem pudor, com quem desrespeita violenta e grosseiramente os princípios da Carta das Nações Unidas e o direito internacional, com quem instiga e promove a confrontação e a guerra, com quem agride os povos que lutam pela sua autodeterminação e pelo direito a decidir soberanamente quanto ao seu futuro.

A posição do Governo é irresponsável e inadmissível, e as graves consequências no plano económico estão a ser sentidas e pagas pelos povos, nomeadamente pelo povo português, com o agravamento das condições de vida. E as implicações na situação internacional são imprevisíveis, com a escalada belicista acicatada pelo imperialismo norte-americano, que, face à perda de domínio, pretende impor a sua hegemonia nos planos político e económico pela força das armas.

Há aspetos que continuam por esclarecer: que indicações foram dadas pela Administração norte-americana quanto aos fins a que se destinavam as operações militares a realizar pelas suas Forças Armadas em território nacional? Que esclarecimentos foram pedidos pelo Governo quanto aos fundamentos invocados e aos fins a que se destinava aquele pedido de utilização da Base das Lajes? Que ponderação fez o Governo quanto aos previsíveis impactos para Portugal de uma autorização da utilização da Base das Lajes para dar suporte a uma agressão militar a um outro Estado, em circunstâncias que violam a Carta das Nações Unidas e o direito internacional? Como avaliou o Governo as implicações de tal autorização em termos de segurança nacional? Em que termos foi concedida a autorização da Base das Lajes e que mecanismos de controlo foram utilizados pelo Governo para verificar o seu cumprimento?

Nada disto foi respondido ou está esclarecido. Por isso, propomos a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito, porque é o instrumento que permite, neste caso concreto — e consideramos que é a forma mais adequada para a Assembleia da República —, escrutinar e fiscalizar a ação do Governo. É indispensável apurar com rigor as responsabilidades políticas e jurídicas do Governo pela decisão de autorizar

a utilização da Base das Lajes para uma guerra que constitui uma clara violação do direito internacional e que está a ter gravosas consequências para o nosso povo e o País.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Correia, do Chega.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.ª Deputada Paula Santos, para começar, alguns axiomas fundamentais.

Primeiro: em política internacional não há bons, há interesses e meios sempre escassos. E no caso de Portugal e desta III República socialista, que os senhores da esquerda e extrema-esquerda ajudaram a tornar menos influente, os meios são cada vez mais escassos.

Segundo axioma: o direito internacional é um direito imperfeito, que os senhores aqui vêm alocar, pois não possui *jus imperii*. É um catálogo de normas morais, tratados e costumes da civilização ocidental e que só funciona quando os poderosos concordam ou impõem.

Os senhores vêm invocar a ONU. Na balança do poder geopolítico, as potências internacionais definem as suas esferas de influência e o seu espaço vital de forma unilateral. A Rússia de Putin, que os senhores vergonhosamente defendem, não pediu licença a ninguém para invadir a Europa.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ora!…

Aplausos de Deputados do CH.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — A China não precisa do aval do Eng.º Guterres e da ONU para declarar como seu espaço vital as águas internacionais do mar do sul da China.

E Portugal? Quais são os seus meios? Qual a sua posição e como nos devemos mover no xadrez mundial para defender os superiores interesses de Portugal? As Lajes foram e continuam a ser um instrumento vital naquilo que para nós é fundamental: o reforço do elo transatlântico e a consolidação de Portugal como um parceiro estratégico junto dos seus aliados.

Por isso, pergunto: o PCP pretende apurar responsabilidades, ou já concluiu antecipadamente tudo sobre o direito internacional?

O PCP afirma que há artigos da Constituição que foram violados. Existem pareceres jurídicos independentes que sustentem essa interpretação, ou foi o Comité Central que já decidiu e está decidido?

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — E a utilização das Lajes em operações militares estrangeiras é mesmo incompatível com a Constituição, ou é-o apenas neste caso concreto?

E já agora, Sr.ª Deputada, o que fazer com os acordos bilaterais existentes entre Portugal e os Estados Unidos relativamente às Lajes? Vamos rasgá-los?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, creio que nesta intervenção ficou clara a postura de total submissão e subserviência,…

Risos do CH.

… eu diria até de vassalagem,…

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Não é à Rússia! Não é ao Putin!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … do Chega em relação àquilo que é o imperialismo norte-americano.

Não nos surpreende, porque esse é o vosso posicionamento.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — É defender Portugal e os portugueses!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Nós estamos cá — não é para defender os interesses do imperialismo norte-americano — para defender os interesses do nosso povo e do nosso País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Alfredo Maia não o deixaram vir e o Raimundo está de greve! Não está aí ninguém!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Quer que eu faça a lista de quem falta aí?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, eu sei quem está!

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar o Inquérito Parlamentar n.º 9/XVII/1.ª (BE), tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Primeiro, o Governo disse que não autorizou, e depois disse que autorizou com condições; em Bruxelas, disse que os Estados Unidos nem precisavam de pedir autorização; e quando Rubio elogiou Portugal por ter dito «sim» antes de perguntarem, o Governo respondeu que Rubio falou, mas não literalmente.

Uma versão para cada dia da semana. A verdade é só uma: o Governo faltou à verdade!

Três condições, dizem: defensiva, proporcional, contra alvos militares. Defensiva, contra quem? Proporcional, em comparação com o quê? Alvos militares, quando o primeiro dia da guerra começou com a destruição de uma escola e dezenas de meninas mortas?

Três condições no papel, verificadas em sítio nenhum.

O Acordo das Lajes, no artigo 4.º, exige autorização prévia e expressa. O Governo violou a lei portuguesa, violou o acordo, violou a Carta das Nações Unidas.

E enquanto o Governo inventa pretextos, são os portugueses que pagam as consequências da guerra: no combustível, na conta da luz, no cabaz alimentar. Os portugueses pagam o caos que Trump espalha pelo mundo e que o Governo trouxe, pela porta das Lajes, para dentro de cada casa portuguesa.

É por isto que tem de haver uma comissão de inquérito: vários países europeus disseram «não»; Portugal disse «sim», mesmo antes de lhe perguntarem.

Votar a favor desta comissão de inquérito é votar pela verdade; votar contra é votar para que a mentira fique impune.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Mesa não regista inscrições para pedidos de esclarecimentos, nem para intervenções…

Pausa.

Entretanto, para uma intervenção, inscreveu-se o Sr. Deputado Carlos Silva Santiago, a quem dou a palavra.

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Aquilo que ouvimos hoje do Bloco de Esquerda e do PCP não é um exercício sério de apuramento factual,…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — … é uma tentativa de transformar divergências ideológicas sobre política externa numa narrativa de crise institucional.

Convém começar pelo essencial: o Governo português explicou os factos; explicou-os de forma pública, transparente e reiterada — fê-lo o Primeiro-Ministro e fê-lo o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros — e fê-lo perante o Parlamento e perante o País. Então, qual a necessidade de uma CPI?

Mas a esquerda radical insiste em ignorar deliberadamente os factos, para alimentar uma narrativa política pré-construída.

Há uma cronologia muito simples e muito clara: até ao dia do ataque, 28 de fevereiro, não existia qualquer informação transmitida pelos Estados Unidos sobre uma operação militar iminente.

Importa recordar o contexto internacional da época, que o Bloco de Esquerda e o PCP convenientemente omitem: durante todo o mês de fevereiro, decorriam negociações entre os Estados Unidos e o Irão, mediadas por Omã; houve reuniões em Genebra, houve contactos diplomáticos ao mais alto nível e, no dia anterior ao ataque, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Omã saudava publicamente os progressos das negociações.

Portugal acompanhou esse processo diplomático com toda a atenção. O próprio Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros português reuniu longamente com o seu homólogo de Omã.

Neste contexto, as movimentações militares observadas em várias bases europeias — não apenas nas Lajes, mas também em Espanha, França, Itália e no Reino Unido — eram entendidas no quadro da pressão negocial exercida pelos Estados Unidos sobre o Irão.

Sejamos claros: as movimentações nas Lajes decorreram dentro da normalidade jurídica aplicável, ao abrigo do acordo bilateral existente entre Portugal e os Estados Unidos. Não houve qualquer atuação clandestina. Não houve qualquer violação dos mecanismos legais existentes. Não houve qualquer cheque em branco, como agora pretende insinuar o PCP.

Aplausos do PSD.

Depois, há um segundo momento: o momento posterior ao ataque. Aí, sim, houve um pedido de autorização específica dirigido a Portugal. E o que fez o Governo português? Fez exatamente aquilo que um Governo responsável sabe fazer: consultou o Presidente da República em funções, consultou o Presidente da República eleito e consultou os líderes dos principais partidos de oposição, incluindo o Partido Socialista.

Isto é ocultação? Isto é irresponsabilidade, ou é, precisamente, sentido de Estado?

Mais, a autorização concedida por Portugal foi uma autorização condicional, sujeita a critérios claros de direito internacional: natureza defensiva das operações, necessidade e proporcionalidade, exclusão de alvos civis.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o PCP aproveita este debate para repetir a velha cartilha ideológica contra os Estados Unidos, contra a NATO e contra a relação transatlântica.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — O Bloco de Esquerda tenta dar verniz jurídico à mesma posição política, mas aquilo que ambos verdadeiramente não aceitam é o posicionamento internacional de Portugal enquanto aliado credível, responsável e comprometido com a estabilidade internacional.

Aplausos do PSD.

Portugal não conduz a sua política externa com bases em *slogans* ideológicos; condu-la com prudência, com responsabilidade, com respeito pelo direito internacional e fidelidade aos valores fundamentais da República Portuguesa.

E devo dizer também que é particularmente incompreensível ver o Partido Socialista alinhar numa tentativa de transformar este tema numa disputa político-partidária,…

Aplausos do PSD.

… colocando em causa linhas fundamentais da política externa da defesa nacional, que ao longo de décadas sempre mereceram amplo consenso democrático.

Foi essa a visão de Mário Soares? Foi essa a visão de Jaime Gama? Foi essa a visão dos Governos democráticos que consolidaram a credibilidade externa de Portugal?

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Portugal não é um país improvisado em política externa; é uma democracia séria, um aliado credível e um Estado respeitado pela forma responsável como defende os seus interesses, honra os seus compromissos internacionais e afirma os valores fundamentais da República Portuguesa.

O Governo agiu com prudência, agiu com responsabilidade, agiu com sentido de Estado. Aquilo que hoje aqui vimos foi apenas mais uma tentativa de transformar um tema de política externa em combate ideológico interno.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Silva Santiago, tenho quatro perguntas muito diretas.

Primeira: a operação militar que os Estados Unidos conduzem contra o Irão é uma operação da NATO e tem enquadramento na NATO?

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Não!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Segunda: é seu entendimento que essa operação cumpre o direito internacional, ou acompanha o entendimento do Presidente Federal da Alemanha?

Terceira: o aumento de sobrevoos e de aeronaves na Base das Lajes não suscitou nenhuma questão ao Governo português?

Quarta: subscreve as declarações do Sr. Ministro Paulo Rangel, no dia 23 de fevereiro, em Bruxelas, quando disse que os Estados Unidos da América podiam usar a Base das Lajes para fazer um ataque militar sem avisar Portugal? Concorda com este entendimento da lei? Sim ou não?

Responda, se faz favor.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva Santiago.

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — Sr. Presidente, penso que o Sr. Deputado Fabian Figueiredo e o Bloco de Esquerda já responderam e tiraram todas as conclusões, e por isso não se justifica qualquer CPI. Vocês já sabem, obviamente, tudo!

Vozes do CH: — Ora!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Responda às perguntas!

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — E tenho de lhe dizer que uma CPI não nasce de manifestos ideológicos! Tendo dito!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Responda às perguntas!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias, do Partido Socialista.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O tema que temos em discussão neste momento revela algo que nos parece óbvio, que o Governo português esteve mal, desde a primeira hora, na gestão política deste dossiê.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Esteve mesmo? E o PS?

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Num momento de enorme gravidade internacional, em que os Estados Unidos e Israel desencadearam uma intervenção militar ilegal contra o Irão, Portugal precisava de clareza, de liderança política e, acima de tudo, de transparência, mas o Governo optou pelo silêncio e pela ambiguidade.

Só na segunda-feira seguinte surgiu uma reação pública do Governo português, através de uma entrevista do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, quando aquilo que se exigia era uma comunicação institucional ao País — foi isso que fizeram muitos chefes de Estado europeus, menos Portugal.

E o Governo esteve mal também porque, até hoje, nunca foi capaz de reconhecer com clareza aquilo que é evidente: esta intervenção levanta sérias dúvidas de compatibilidade com o direito internacional, e Portugal tem uma longa tradição de defesa da Carta das Nações Unidas, do multilateralismo e do primado do direito internacional. Não podemos defender estes princípios apenas quando nos é conveniente; eles existem, precisamente, para estes momentos difíceis.

Quanto à Base das Lajes, continuam por esclarecer dúvidas legítimas. Houve movimentos anormais de aeronaves nos dias que antecederam a operação militar e, perante estes sinais, era dever do Governo português perguntar, indagar e esclarecer o que estava a acontecer. Porque o problema não é apenas aquilo que o Governo fez ou decidiu; o problema é aquilo que o Governo soube ou não soube, o que perguntou ou não perguntou — que hoje, claramente, ainda não quer explicar aos portugueses.

O Governo procurou refugiar-se no argumento de que estava apenas a cumprir a lei, mas essa é uma simplificação abusiva deste processo. A lei prevê mecanismos de autorização, é um facto, mas não obriga Portugal a abdicar do juízo político nem a aceitar de forma acrítica qualquer utilização da Base das Lajes.

Entretanto, as declarações do Secretário de Estado norte-americano Marco Rubio vieram reabrir todas as nossas dúvidas. Ao afirmar que Portugal manifestou disponibilidade para colaborar, mesmo antes de existir um pedido formal, colocou o nosso País numa posição muito delicada internacionalmente e contradisse a própria narrativa que o Governo procurou sustentar.

Estas declarações, Caras e Caros Deputados, foram uma clara humilhação internacional do nosso País.

Importa também desfazer aqui um equívoco: o Secretário-Geral do Partido Socialista foi informado pelo Governo? Sim, foi. Mas foi igualmente claro ao afirmar que para o Partido Socialista qualquer utilização da Base das Lajes teria de respeitar o direito internacional e de ter fins claramente não ofensivos.

Que fique bem claro, o Partido Socialista não coloca, nem nunca colocou, em causa a parceria estratégica histórica com os Estados Unidos da América. Reforço: Portugal é e deve continuar a ser um forte aliado dos Estados Unidos da América.

No entanto, o PS exige transparência na condução de processos, respeito pela soberania nacional e uma liderança forte na defesa do bom nome de Portugal. Nada mais, nada menos do que isto!

Sr.as e Srs. Deputados, o Partido Socialista entende que há esclarecimentos que continuam a ser devidos ao Parlamento e ao País, e, por isso, defendemos uma nova audição do Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, em comissão.

Lamentavelmente, e apenas por puro tacticismo político, a AD, com a conivência do Chega, rejeitou o requerimento do Partido Socialista e — pasme-se — tendo aprovado na mesma reunião, na mesma Comissão, um requerimento, em tudo idêntico ao do Livre.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Por nós, tudo bem. Vamos ouvir novamente o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros; iremos, obviamente, confrontá-lo com factos, entretanto, conhecidos; e, desta vez, esperamos verdades e respostas concretas.

Protestos do PSD.

Compreendo o desconforto, também estaria desconfortável.

Aplausos do PS.

Hoje não acompanharemos as propostas de Comissão Parlamentar de Inquérito do Bloco de Esquerda e do PCP. Não porque não haja matérias a esclarecer — há! —, mas porque entendemos que, neste momento, e perante a delicadeza deste tema, o instrumento parlamentar mais adequado é o escrutínio político direto do Governo, em sede de comissão.

Sr.ª e Srs. Deputados, quando estão em causa a soberania nacional e o respeito pelo direito institucional e internacional, a ambiguidade nunca é prudência, é uma escolha política. O Governo tem de assumir essa escolha perante o Parlamento, mas, acima de tudo, perante os portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido esclarecimento, embora não tenha tempo para esclarecer.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva Santiago, do PSD.

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — Sr. Presidente, vejo que este novo Partido Socialista está mesmo contaminado pela geringonça, e olhe que a frase não é minha.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — A pergunta é muito simples, Sr. Deputado. O Partido Socialista esteve mais de 25 anos no poder, desde o 25 de Abril. Consegue responder-me se conhece algum avião militar que tivesse sido impedido pelo Governo socialista de aterrar na Base das Lajes ou levantar voo da Base das Lajes?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Diga um!

O Sr. **Carlos Silva Santiago** (PSD): — Ou, se não for um avião, uma simples avioneta. Consegue responder-me, Sr. Deputado?

Aplausos do PSD.

Protestos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Só um!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, houve aqui na Mesa alguma confusão. Pelo que vejo, o Sr. Deputado Luís Dias já não tem tempo, pelo que não poderá responder.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Mas respondia-te! Mando por SMS (Short Message Service)!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O que hoje discutimos não é apenas uma questão militar ou diplomática; é uma questão de soberania nacional, de transparência democrática e de respeito pela Constituição da República Portuguesa.

Os portugueses têm o direito de saber em que condições o território nacional, nomeadamente a Base das Lajes, foi utilizado para apoiar uma operação militar internacional envolta em enorme controvérsia jurídica e política.

Não é aceitável que existam versões contraditórias sobre essas autorizações, responsabilidades e conhecimento prévio das operações realizadas a partir do nosso território.

Portugal não pode ser um mero espectador passivo nem um «sim» automático nas decisões das grandes potências. Somos um País soberano, com deveres perante o direito internacional e perante o povo português.

O que está em causa é saber se o Governo agiu com responsabilidade, com transparência e em defesa do interesse nacional. Quando existem dúvidas sérias, quando existem contradições públicas e quando está em causa a credibilidade do Estado português, o Parlamento tem obrigação de fiscalizar, esclarecer e exigir responsabilidades, porque a democracia não funciona às escuras e porque a soberania nacional não se delega, tal como acontece com as explicações que devemos prestar ao nosso País.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para uma intervenção.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Parece-nos claro e evidente que as recentes declarações do secretário de Estado norte-americano Marco Rubio — que contradizem diretamente o Ministro dos Negócios Estrangeiros —, que garante que, afinal, Portugal autorizou, mesmo antes de saber o que estava a ser autorizado, a utilização da Base das Lajes, denotam, pelo menos, uma opacidade inaceitável por parte do Governo e uma falta para com as demais forças políticas representadas na Assembleia da República, o que nos parece grave.

Não obstante podermos ter a perceção de que, na CPI, dificilmente ficaremos a saber a verdade sobre o que foi ou não autorizado por parte de Portugal, uma coisa é clara: este Governo não foi totalmente transparente para com o País, menos ainda para com esta Assembleia.

Também não podemos ignorar os fins para que tem servido a utilização da Base das Lajes, porque não podemos achar que somos aliados a todo o custo e que isso não tem um impacto na vida dos portugueses. Sabermos que, para além do impacto da guerra, temos uma escalada de preços que está a estrangular, neste momento, a vida das famílias portuguesas deve convocar-nos, de alguma forma, para uma maior responsabilidade e uma maior oposição ao Governo de Donald Trump e ao seu legado.

Por outro lado — e até mesmo porque o tempo deste debate é curto —, não nos podemos esquecer de que, no próximo dia 10 de junho, vamos comemorar, precisamente…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Terminou o seu tempo, Sr.ª Deputada.

Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.as Deputadas, Srs. Deputados: Estamos hoje a debater a utilização da Base das Lajes num contexto de possível conivência de Portugal com a violação do direito internacional e as consequências dessa violação para Portugal, como membro do TPI (Tribunal Penal Internacional), o que — já agora, relembro — não é o caso dos Estados Unidos da América nem de Israel.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Este é um tema sensível, mas que tem de ser discutido com toda a transparência, porque o que está aqui em causa é a credibilidade do Estado português, a transparência das suas decisões e a garantia de que Portugal não é colocado, de forma direta ou indireta, ao serviço de uma guerra que viola o direito internacional.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Outra vez?!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Nos últimos meses, a utilização da Base das Lajes pelos Estados Unidos intensificou-se e o assunto voltou às notícias pelas piores razões, e também porque surgiram declarações contraditórias.

Marco Rubio afirmou que a utilização da Base das Lajes teria sido autorizada por Portugal, antes mesmo de existir um pedido formal da parte das autoridades norte-americanas. O Governo português negou, tendo declarado que — e cito — «o pedido a Portugal para utilização da Base das Lajes só foi feito depois do ataque ao Irão».

Tudo isto nos coloca numa situação de profundas dúvidas, sendo necessário esclarecer, com clareza, que autorizações foram dadas, quando foram dadas e com que enquadramento jurídico e político.

O Livre tem sido claro nesta matéria: Portugal não pode aceitar que as suas infraestruturas sejam usadas de formas que suscitem dúvidas e não pode haver ambivalência, no que diz respeito à facilitação de operações militares que violem o direito internacional. A posição do Livre é, como sempre tem sido, de defesa e cumprimento dos princípios do direito internacional, da paz e da dignidade do Estado português. Por isso, exigimos explicações.

Não basta dizer, genericamente, que Portugal não está envolvido. Não basta falar em autorizações condicionais, se depois as versões que vêm a público não coincidem. E não basta invocar confiança estratégica com os aliados, quando o dever primeiro do Governo é prestar contas ao Parlamento e ao País.

Por isso, o Livre apresentou já dois requerimentos, solicitando que sejam disponibilizados todos os documentos…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faz uma comissão de inquérito!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … relevantes relativos à utilização da Base das Lajes neste conceito, todas as comunicações, todos os termos de autorização concedidos para a utilização da base. Numa matéria destas, o segredo alimenta a suspeita…

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Ah!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … de conivência logística…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faz uma CPI!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … com uma guerra, tornando-se o silêncio do Governo politicamente insustentável.

O País tem o direito de saber se houve apenas cooperação militar regular…

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Neutralidade colaborante, chama-se assim!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … ou se houve uma utilização da Base das Lajes que tenha contribuído, ainda que indiretamente, para uma guerra que, para além de ser um mal em si mesma, viola o direito internacional.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.ªs e Srs. Deputados: Discutimos hoje duas propostas de inquérito parlamentar…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — … sobre a utilização da Base das Lajes no contexto da operação militar dos Estados Unidos e de Israel contra o Irão.

Comecemos pela cronologia. O Governo estabeleceu os primeiros contactos com os outros partidos, assim que recebeu um pedido de autorização dos Estados Unidos. Este facto é relevante e é curioso que seja omitido por quem tenta construir uma narrativa de ocultação ou de submissão automática.

A partir desse momento, o Governo geriu a situação, no quadro do acordo bilateral com os Estados Unidos na América relativo à Base das Lajes, e colocou condições, quando antes tudo se enquadrava ao abrigo do regime geral aplicável às autorizações de sobrevoo e escala. Comunicou com os Presidentes — o eleito e o que estava em funções — e com os partidos, prestou esclarecimentos, respondeu em sede parlamentar, em debates e audição pública e também em sessão à porta fechada,…

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Demagogia!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — … precisamente porque estamos a falar de matérias sensíveis de política externa, defesa nacional e segurança. Ou seja, o escrutínio existiu, as respostas existiram, a Assembleia da República exerceu a sua função.

Naturalmente, pode haver quem considere as respostas insuficientes ou a precisar de atualização. Pode-se pedir uma nova audição, submeter perguntas e requerimentos, isso é um escrutínio normal.

Mas uma coisa é escrutínio parlamentar, outra coisa é transformar uma matéria sensível, de defesa e relações externas, numa comissão parlamentar de inquérito e com uma condenação política já escrita à partida.

Enquanto o PS continua nos seus ziguezagues — quando, como toda a gente sabe, se estivesse no Governo teria feito exatamente o mesmo —,…

Protestos do Deputado do PS Luís Dias.

… o PCP e o Bloco de Esquerda entendem que a Comissão de Negócios Estrangeiros e a de Defesa, já agora, não servem para nada,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — … que as audições públicas não servem e que as audições à porta fechada não servem.

Façamos então o exercício: como seria uma comissão parlamentar de inquérito sobre esta matéria, à porta aberta, porque nenhum dos partidos proponentes requereu porta fechada?

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — É verdade!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Uma comissão parlamentar de inquérito tem poderes reforçados, serve para forçar comparências e pedidos de documentação. É precisamente por isso que não pode ser usada com ligeireza, muito menos numa matéria que envolve defesa nacional, relações com aliados e segurança de Estado.

Então, quem seria chamado à Comissão Parlamentar de Inquérito? O Primeiro-Ministro, o Ministro dos Estrangeiros, o Ministro da Defesa, chefias militares, serviços de informações, responsáveis pela Base das Lajes, pilotos de aviões, funcionários da Base das Lajes, representantes diplomáticos? E, já agora, Marco Rubio?!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Ora aí está!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — O Secretário de Estado norte-americano viria? Mais algum representante da Administração americana ou do Estado americano?

Aplausos da IL.

E que documentação seria pedida? Correspondência diplomática entre Portugal e os Estados Unidos? Comunicações entre o Pentágono e as autoridades portuguesas?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Trocas de correspondência e contactos entre ministérios? Planos de voo? Registos de aeronaves? Informação militar operacional? Documentos abrangidos por segredos de Estado? Informação classificada relativa a aliados? É isto que querem fazer em praça pública?!

Protestos do BE.

É isto que acham que serve o interesse nacional?

Digamos com clareza: uma comissão parlamentar de inquérito à porta aberta sobre esta matéria seria um presente para os adversários das democracias ocidentais.

Protestos do L e do BE.

Seria um presente para Teerão e para Moscovo. Seria um favor a Putin! E a Putin não é apenas submissão, é mesmo serem serviçais.

A Iniciativa Liberal não confunde transparência com irresponsabilidade, nem fiscalização com espetáculo, nem escrutínio democrático com exposição pública de informação sensível.

Protestos do BE.

Portugal deve proteger os seus interesses. Escrutínio sim, responsabilidade sim, transparência sim, mas sentido de Estado, acima de tudo.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Os inquéritos parlamentares aqui propostos pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda podiam ser só irresponsáveis — como ainda agora ficou claro na intervenção do Sr. Deputado Rodrigo Saraiva —, mas são mais do que isso.

O do PCP tem logo um problema de inexistência de objeto. O PCP propõe-se fazer um inquérito parlamentar à decisão do Governo português de se envolver na agressão militar dos Estados Unidos e Israel ao Irão. Pois o Governo português nunca decidiu nada disso…

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

… e, portanto, o objeto é inexistente, Sr.ª Deputada. O projeto do PCP é tão inexistente como o objeto que aqui definiu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

No caso do Bloco de Esquerda, a insuficiência não é do objeto, é do próprio Bloco de Esquerda,…

Risos de Deputados do CH e do CDS-PP.

… porque o Bloco de Esquerda queixa-se da insuficiência demonstrada dos instrumentos parlamentares ordinários para fiscalizar o Governo nesta matéria, mas, se alguém aqui foi insuficiente foi o Sr. Deputado Fabian

Figueiredo, porque o Sr. Ministro já aqui respondeu mais de uma vez, já deu a sua resposta sobre esta matéria; a única coisa que não fez foi dar a resposta que o Sr. Deputado Fabiano Figueiredo queria que ele desse.

Vozes do PSD: — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas, ó Sr. Deputado, isso tem de o convencer… Olhe, desculpe lá, mas não podemos nós fazer nada. O Sr. Deputado quer à força que o Sr. Ministro lhe diga ou que não foi informado ou que foi informado depois ou que pede desculpa por tudo o que disse, porque o que vale é o que disse outra pessoa qualquer. Ó Sr. Deputado, não tem pés nem cabeça.

O Sr. Ministro já disse aqui claramente que Portugal foi consultado, que Portugal pôs condições e que não tem nenhuma evidência de que essas condições não tenham sido respeitadas. Portanto, perante isso, não há insuficiência nenhuma. Há é uma posição diferente daquela que o Bloco de Esquerda tem.

Porém, apesar de estes inquéritos parlamentares serem propostos por Bloco de Esquerda e por PCP, não podemos passar aqui ao lado da posição do Partido Socialista.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Tem de ser! É orientação!

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A posição do Partido Socialista é especialmente grave.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A do CDS é muito boa!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É especialmente grave, num partido que teve responsabilidade de governar o País durante tantos anos — não sabemos se algum dia voltará a ter, mas teve — e é também irresponsável de quem tem,…

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Não ouviste a minha intervenção!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — … no contexto europeu e no contexto da NATO, as responsabilidades que tem.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Não ouviste a minha intervenção!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Há três questões que são fundamentais, relativamente à posição do Partido Socialista.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Ora vamos lá!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Partido Socialista ignora que foi consultado previamente sobre esta matéria.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não vale a pena!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nunca o diz! Nunca o diz! Foi consultado…

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Eu disse-o ali!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, se o disse, então é mais grave.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Não ouviste a minha intervenção!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Então vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado Luís Dias: se o disse, é mais grave, porque, se o Sr. Deputado consegue dizer ao mesmo tempo que foi consultado antes, mas que acha que o Governo só decidiu depois, vai ter de me explicar como é que isso é possível.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é que é possível o Governo consultar o Partido Socialista antes sobre aquilo que só veio a saber depois?

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Não sou eu que o digo! É o Marco Rubio!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não «bate a bota com a perdigota»…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, tenha paciência.

Há uma questão que é fundamental dizer-se. O Sr. Deputado já foi questionado aqui sobre uma aeronave que o Partido Socialista tenha recusado, durante o tempo em que foi responsável. Eu vou perguntar-lhe outra coisa: Sr. Deputado, diga-me um — e agora não é um avião —, diga-me um português que ache que o Partido Socialista, se estivesse a governar, não faria exatamente o mesmo que fez este Governo.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do CH.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Era para ouvires!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Paulo Muacho apoia mais o PS do que o Livre!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Aleixo, do Chega, para uma intervenção.

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em matéria de geopolítica, o PCP nunca desilude, mas também nunca surpreende. Ao ouvir a intervenção da Sr.ª Deputada Paula Santos, parece que regressámos ao tempo da Guerra Fria: começamos a ver tudo a preto e branco, ouvimos lá atrás a *Internacional* a tocar e voltamos à luta, à eterna luta contra o imperialismo norte-americano. Mas a televisão a cores já chegou a Portugal há quatro décadas…

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

… e talvez fosse altura de o PCP atualizar a visão que tem do mundo e dos acontecimentos. Os factos mudam, as ameaças mudam, os regimes mudam, mas a cassete acaba por ser sempre a mesma.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — O PCP consegue estar, com uma consistência impressionante, do lado errado da história,…

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

… convive mal com as democracias ocidentais e revela uma indulgência inesgotável perante ditaduras e regimes autocráticos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Ignoram o facto de o Irão financiar organizações terroristas, armar o Hezbollah, apoiar os Houthis, fornecer drones à Rússia, reprimir brutalmente o seu próprio povo,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — … perseguir e matar os seus próprios cidadãos nas ruas e ameaçar diretamente a existência de Israel.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mulheres e crianças!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Para o PCP, nada disso conta verdadeiramente. O problema nunca será o Irão, serão sempre os Estados Unidos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — A proposta do PCP parte logo da sentença: houve agressão, houve envolvimento do Governo português, houve violação do direito internacional. Os culpados estão identificados, as responsabilidades estão distribuídas. Não se pretende apurar factos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não há uma guerra?!

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — Pretende, sim, montar um palco parlamentar para uma acusação previamente escrita.

O Bloco de Esquerda parte da mesma tese, mas substitui a retórica empedernida do PCP por uma linguagem mais subtil e mais técnica.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

No entanto, também não pretende apurar rigorosamente nada. Aliás, a participação que já apresentou na Procuradoria-Geral da República sobre este tema demonstrou claramente que os culpados estão identificados e a sentença já foi proferida.

Estas propostas de inquérito parlamentar servem apenas para transformar esta Assembleia da República num palco de propaganda ideológica contra os Estados Unidos.

Aplausos do CH.

Dito isto, não confundimos uma aliança estratégica com um cheque em branco. O Acordo Técnico das Lajes preserva a soberania portuguesa, prevê o direito de objeção e estabelece as condições em que a base pode ser utilizada. Fora das situações especificamente previstas, o n.º 4 do artigo 1.º do acordo é inequívoco: qualquer utilização depende da autorização prévia de Portugal.

Uma coisa é escrutinar a atuação do Governo, e temos vários instrumentos para o fazer neste Parlamento. Outra, muito diferente, é apoiar inquéritos redigidos como sentenças, desenhados para transformar esta Assembleia numa caixa de ressonância da velha oposição antiamericana da extrema-esquerda portuguesa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O Sr. **João Lopes Aleixo** (CH): — O que exigimos ao Governo é que Portugal honre as suas alianças, mas que nunca abdique da sua soberania nem aceite ser um aliado subalterno.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Ora bem, não tenho mais inscrições.

Quando eu disser que vou passar para o ponto seguinte da ordem de trabalhos, acontece o mesmo que aconteceu há bocado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não há tempo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não há tempo!

O Sr. **Presidente**: — Mas para não correr o risco de a Iniciativa Liberal apresentar um requerimento contra o Presidente da Assembleia da República,…

Risos do CH.

… vou dar a palavra à Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP, para uma intervenção.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, eu creio que ficou muito clara neste debate,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pois ficou!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … de facto, uma posição por parte do PSD, da Iniciativa Liberal, do CDS e do Chega.

Risos do CH e da IL.

Não tenho outra palavra, a não ser «ajoelhados».

Protestos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

Nós fomos eleitos para defender os interesses do nosso País, do nosso povo, mas aquilo que aqui mostraram foi, de facto, uma postura: ajoelhados perante as imposições e o imperialismo norte-americano, inclusivamente para uma guerra contra um país que é soberano.

Protestos do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — União Soviética é que era bom!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É, de facto, vergonhosa esta posição. De facto, envergonha o nosso País esta posição dos vossos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Terminou o seu tempo e com isto terminou também o nosso debate.

Protestos do Deputado do PSD Paulo Neves e contraprotestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Vamos passar para o ponto seguinte, o quarto ponto da nossa ordem de trabalhos, que consiste na discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 69/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a criar o processo especial de venda de coisa imóvel indivisa e a alterar o Código Civil e o Código de Processo Civil, e dos Projetos de Lei n.os 625/XVII/1.ª (L) — Alarga a competência dos julgados de paz aos processos de partilha em caso de herança indivisa e 631/XVII/1.ª (IL) — Estabelece a possibilidade de definição do cabeça-de-casal por maioria das partes de herança.

Cumprimento o Sr. Ministro da Presidência e os restantes Membros do Governo presentes.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados, o Sr. Ministro já está na bancada do Governo. Vou dar início ao quarto ponto da ordem de trabalhos e quero dar a palavra ao Sr. Ministro, para uma intervenção. Faça favor.

O Sr. **Ministro da Presidência** (António Leitão Amaro): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Bloqueados, herdeiros bloqueados, propriedade bloqueada, casas bloqueadas, mercado bloqueado, acesso à habitação bloqueado, direitos bloqueados e liberdade bloqueada.

Hoje, um só herdeiro pode bloquear, durante demasiado tempo, uma casa, uma família, o mercado, toda a sociedade. Isto gera frustração nos restantes herdeiros, que veem o seu direito à propriedade negado, mas gera também frustração da comunidade inteira — uma comunidade que, nas cidades, sente que comprar ou arrendar casa é uma situação cada vez mais difícil. É uma comunidade inteira, que, nas zonas rurais, vê um mar de terrenos abandonados, expostos a incêndios e catástrofes.

Dos 11 milhões de prédios rústicos em Portugal, 3,4 milhões pertencerão a heranças indivisas, muitas delas bloqueadas contra a vontade da maioria dos herdeiros, e 380 000 prédios urbanos, dos quais um terço já degradados, não estão nem a ser habitados, nem à venda, nem no mercado de arrendamento, nem como segundas habitações. Muitos destes são heranças indivisas. São casas, prédios e terrenos de muitos e que, ao mesmo tempo, não são de ninguém.

Nisto, para que servem o Estado, as suas leis, a sua justiça? Para gerar mais entraves e adensar os problemas, manter os bloqueios? Ou servem o Estado, as suas leis e a justiça para ajudar a desbloquear o desenvolvimento das pessoas e da sociedade?

Até hoje, repito e recordo, um herdeiro pode impedir que terrenos, casas e prédios sejam propriedade disponível dos proprietários. Até hoje, um herdeiro pode impedir que, através do mercado, terrenos, casas e prédios sejam postos ao serviço de toda a comunidade.

Todos nós conhecemos, de forma direta ou indireta, problemas e pessoas com problemas de indivisão nas partilhas. Diretamente, porque o acesso à propriedade dessas famílias e de muitos membros dessa família lhes está a ser negado. Indiretamente, porque não conseguem uma habitação digna e olham à volta e veem-se rodeadas de casas vazias e que não são de ninguém. De todos, mas de ninguém.

Até hoje, um só herdeiro podia bloquear a herança, a casa; com esta lei, que hoje propomos, um só herdeiro passa a poder desbloquear. Até hoje, tínhamos litígios infindáveis; com esta lei, criamos incentivos para evitar o recurso aos tribunais.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a proposta de lei que o Governo hoje apresenta traz uma reforma em dois eixos.

Primeiro, o País passa a ter mecanismos de desbloqueio das heranças indivisas, permitindo que um só herdeiro possa desbloquear impasses familiares e sociais. Criamos um processo judicial especial para desbloquear imóveis em casos em que, após um prazo razoável, os herdeiros não chegam a acordo. Garantimos a venda do bem a preço de mercado, assegurando que todos os herdeiros tenham direito à justa quota-parte do valor do bem. Protegemos as casas de morada de família e garantimos que os herdeiros têm direito de preferência, antes de terceiros. O Estado não força nenhuma divisão, só ajuda, com esta lei, a desbloquear, quando há impasses.

Segundo pilar: o País passa a ter mais instrumentos de planeamento sucessório e passa a dar mais liberdade ao testador. Ao testador permite-se que passe a poder determinar que bens se destinam a cada herdeiro, respeitando plenamente o valor das legítimas. O testamenteiro, a pessoa designada pelo testador para garantir a execução do testamento, passa a ter poderes mais amplos, evitando conflitos. Passa a haver possibilidade de arbitragem para resolver conflitos de forma mais célere e justa para todos.

Hoje, com esta reforma, protegemos o direito à habitação, à propriedade e à liberdade.

É uma reforma para os que se preocupam com o direito de propriedade e com garantias sucessórias. É uma reforma para os que se preocupam com o património familiar e com o abandono do território. É uma reforma para os que se preocupam com o mercado aberto e livre e com o acesso à habitação. É uma reforma para os que se preocupam com um Estado ágil e com um Estado que protege direitos. E é uma reforma para os que se

preocupam com a liberdade individual e o bem comum. É uma reforma de todos e para todos, que resolve um problema antigo com soluções novas e corajosas; resolve um problema que afeta todos, a bem de todos.

Como dizia Sá Carneiro, os portugueses estão ansiosos para que se deixem os governantes de debate ideológico, de grandes discursos, para se aterem ao exercício singelo e discreto da sua função: trabalhar para resolver os problemas das pessoas, os problemas da nação.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem um pedido de esclarecimento da Sr.ª Deputada Sandra Ribeiro. Faça favor.

A Sr.ª **Sandra Ribeiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a crise da habitação em Portugal é real e exige soluções sérias, mas uma crise não pode servir de pretexto para enfraquecer direitos fundamentais dos portugueses.

O Governo apresenta esta proposta com um objetivo subjacente, que é o de colocar mais imóveis disponíveis no mercado. Contudo, aquilo que verdadeiramente está em causa é saber se o Estado deve, ou não, interferir em patrimónios familiares e em processos sucessórios que pertencem à esfera privada dos cidadãos.

Muitas destas propriedades representam o esforço de várias gerações, são bens herdados, muitas vezes com valor afetivo e familiar, e não são meros ativos financeiros, que o Estado pode pressionar para colocar no mercado.

Por isso, as questões essenciais são simples: se o Governo entende que esta proposta é necessária para aumentar a oferta de habitação; se há estudos concretos que demonstrem quantas habitações serão efetivamente disponibilizadas ao mercado; e como justifica que o impacto, tão incerto, possa legitimar uma alteração tão profunda aos direitos dos herdeiros e à proteção da propriedade privada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Sandra Ribeiro** (CH): — Os portugueses merecem saber se esta medida resulta de uma evidência concreta ou apenas de mais uma experiência legislativa sem garantias de resultados.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro, para esclarecer, no tempo disponível.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Sandra Ribeiro, agradeço-lhe a questão. Em primeiro lugar, os números que aqui apresentámos de imóveis, sejam prédios rústicos sejam prédios urbanos, resultam de números oficiais, designadamente dos censos.

Relativamente à avaliação comparativa, analisámos soluções de outros países que têm sistemas sucessórios mais rápidos e que, acima de tudo, não deixam prejudicados os legítimos proprietários, com aspiração a receber do seu familiar que partiu bens que ficam parados.

Veja esta lei, ao contrário das pessoas que têm medo, da perspetiva das pessoas que defendem os direitos de propriedade.

Pense naquelas dezenas de pessoas, nas famílias, nos vários irmãos, que precisam de ver o património que receberam da mãe ou do pai rentabilizado e não conseguem, porque a herança está parada. Não conseguem que uma casa seja vendida e, com isso, colocar os filhos a estudar, comprar uma casa para o filho ou para a filha, que se vão casar.

Isso acontece porque o Estado falhou, ao criar um aparato legislativo e judicial que deixa a propriedade bloqueada. Portanto, o Estado, o tal que pode interferir de forma indevida, está a interferir criando bloqueios.

Nós fazemos com que o Estado não atrapalhe o livre exercício de dispor dos bens e da partilha rápida, para que a propriedade das pessoas se concretize, com uma vantagem: os proprietários legítimos sucessores recebem os seus bens e os portugueses todos têm mais casas para viver.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, para a apresentação do projeto do seu grupo parlamentar.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Todos reconhecemos que as heranças indivisas e o património abandonado são um problema real — casas devolutas, terrenos sem utilização e propriedades que permanecem anos ou décadas sem solução, porque os herdeiros não chegam a acordo ou porque os processos são demasiado complexos, demorados e caros. Precisamente por isso, é importante encontrar respostas que facilitem a resolução destes conflitos, permitam dar uso a património que hoje está inutilizado e beneficiem as pessoas e o território.

Não compreendemos porque é que o Governo volta a recorrer a uma autorização legislativa para reformar profundamente uma matéria tão relevante. O direito sucessório tem impactos nas famílias, na habitação, no ordenamento do território e no acesso à justiça. É uma matéria que devia ser discutida nesta Assembleia, com o contributo de todos os partidos, e não decidida exclusivamente pelo Governo.

O Livre defende uma abordagem diferente e apresentámos uma iniciativa nesse sentido, baseada na simplicidade e na justiça de proximidade. Propomos alargar as competências dos julgados de paz aos processos de partilha de heranças, adaptando naturalmente os limites de valor atualmente existentes. Os julgados de paz têm demonstrado que são uma solução mais próxima, mais célere e mais acessível, privilegiando a mediação e o consenso, que são aspetos particularmente importantes para resolver conflitos familiares.

Esta opção contrasta com a do Governo, que aposta na arbitragem. A arbitragem pode representar custos elevados e criar barreiras adicionais ao acesso à justiça, precisamente numa área que já é, muitas vezes, fonte de conflitos complexos e emocionalmente difíceis. Acresce que o próprio Conselho Superior da Magistratura alertou, no parecer que enviou, para os riscos da litigiosidade acrescida e a necessidade de maior clarificação em vários aspetos da reforma proposta.

Por isso, entendemos que o problema existe, merece uma resposta, mas não acompanhamos a opção do Governo de legislar mais uma vez assim, vindo à Assembleia da República pedir para poder legislar por decreto, principalmente numa matéria desta importância, em que nos parece que poderia haver consenso entre várias bancadas.

O Parlamento deveria estar mais envolvido na discussão desta reforma e não apenas entregar de mão beijada essa competência ao Governo, para o poder fazer.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, tem a palavra, para a apresentação do respetivo diploma.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: As heranças indivisas são um dos fatores para que haja tantos imóveis devolutos e propriedades rurais ao abandono, mas a reforma que se vier a fazer não pode produzir maior litigância e entupir os nossos tribunais. Não é por não se ter feito nada durante décadas que agora se podem permitir atropelos.

Esta reforma não pode ser cega à demografia portuguesa, que tem mais de 120 000 famílias reconstituídas, com filhos de diferentes casamentos, e também não pode ser cega à nossa diáspora e ao facto de sermos mais de 2 milhões de portugueses espalhados pelo mundo.

A Iniciativa Liberal tem as mesmas preocupações que o Conselho Superior da Magistratura, quando diz que a venda forçada das heranças indivisas pode agravar litígios. O pior que poderia acontecer seria matar o paciente com a cura.

A reforma das heranças indivisas não ficará completa e poderá mesmo ser um fracasso, se não salvaguardar que o administrador dos bens e cabeça de casal possa ser definido pela maioria, quando essa indicação não ficar expressa no testamento.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Uma reforma não é reforma se não for abrangente. Como há quem não perceba isso, vê faltas de conexão em tudo o que mexe. Srs. Deputados, como é que uma suposta reforma sobre as heranças indivisas não incentiva as doações em vida? A equiparação fiscal de doação em vida face à herança é fundamental para se conseguir a abrangência que as reformas precisam de ter. Caso contrário, não passam de uma tentativa falhada logo à partida.

Também não será uma reforma se o cobrador de fraque, que é a Autoridade Tributária, for rapinar o imposto do selo entre herdeiros. Se o Estado quer resolver os problemas dos portugueses, tem de ser o primeiro a pôr-se ao lado deles, mas não é para lhes ir ao bolso. A Iniciativa Liberal pretendia que, num prazo de três anos, os herdeiros ficassem isentos desse imposto, precisamente para acelerar os entendimentos, precisamente para evitar litígios.

Se há aqui alguma falta de conexão, não é material; é, sim, de noção da realidade, dos muitos processos que se arrastam nos tribunais, dos conflitos familiares e dos milhares de imóveis e terrenos rurais ao abandono.

O objetivo de uma reforma das heranças indivisas deve ser simples: transformar património parado em património útil, sem transformar famílias em adversários, nem tribunais em campos de batalha. O sucesso desta reforma não se medirá pelo número de processos instaurados, mas pelo número de conflitos evitados, de heranças resolvidas e de imóveis que deixam de estar ao abandono. Uma reforma que ignora a doação em vida chega tarde, porque o melhor não é o conflito que se resolve nos tribunais, é aquele que nunca aconteceu.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Dália Miranda, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado, Sr.ªs e Srs. Deputados: O diploma que hoje discutimos procura responder a um problema real e persistente da sociedade portuguesa, que é a existência de milhares de heranças indivisas que permanecem por resolver durante anos, muitas vezes durante gerações.

Há famílias em Portugal que esperam anos, às vezes uma vida inteira, para desbloquear as suas heranças, o que resulta em casas fechadas, terrenos ao abandono, património parado. Enquanto isso, a vida acontece, os filhos precisam de casa, os agricultores precisam de terras e as comunidades precisam de dinamismo. Nesse bloqueio, perdemos todos. É este o problema que justifica a presente reforma do direito sucessório.

O diploma parte de uma ideia simples: não podemos continuar a permitir que situações de indivisão se prolonguem indefinidamente, impedindo decisões e bloqueando património durante décadas. Nesse sentido, o diploma introduz alterações relevantes. A mais significativa é a criação de um processo especial que permita a venda judicial de imóveis integrados em heranças indivisas quando não exista acordo entre os interessados. O diploma prevê ainda a limitação temporal dos acordos de indivisão, reduz o prazo para a aceitação da herança, reforça os poderes e deveres do cabeça de casal, valoriza a figura do testamenteiro e confere maior autonomia ao autor da sucessão na organização e partilha dos seus bens.

O Partido Socialista reconhece o mérito desta orientação e acompanha a preocupação de combater situações de bloqueio que prejudicam os herdeiros e o interesse coletivo, mas entendemos que esta reforma pode e deve ser aperfeiçoada. É aqui que importa recuperar algumas das soluções anteriormente discutidas, no âmbito do Projeto de Lei n.º 205/XVII/1.ª, apresentado pelo Partido Socialista, relativo à propriedade rústica e à estruturação fundiária. Em setembro, o nosso grupo parlamentar apresentou esse projeto de lei, que atacava este mesmo nó, de acabar com o impasse nas heranças indivisas, aumentar a oferta efetiva, simplificar a vida das famílias.

Quando o Partido Socialista quis agir, o caminho escolhido pela maioria não foi de construção de soluções conjuntas.

O diploma do Partido Socialista visava introduzir o novo regime jurídico do gestor profissional da herança, combater a fragmentação excessiva da propriedade, promover a gestão ativa dos prédios rústicos e preservar a viabilidade económica das explorações agrícolas e florestais. São preocupações diferentes, mas complementares.

Entendemos, desde logo, que deve ser ponderada a possibilidade de recurso a gestores profissionais da herança, em situações particularmente complexas. No mundo rural, continuam a existir milhares de prédios sem uso na esfera das heranças indivisas. Por isso, entendemos que, em sede de especialidade, deve ser ponderada a possibilidade de mecanismos complementares, incluindo soluções de gestão profissional da herança. Do mesmo modo, importa proteger explorações agrícolas e florestais economicamente viáveis. A agilização das partilhas não deve significar a fragmentação de unidades produtivas relevantes para os territórios rurais.

O País precisa de habitação disponível, de terras cultivadas e de floresta gerida. Dito isto, importa agir. Muito recentemente, vieram a público notícias de que Portugal registou a terceira maior subida de preços das casas entre quase 60 países. Ouvimos alertas sérios sobre facilitismo no crédito. As famílias estão a ser empurradas para prestações que não conseguem suportar. Há riscos reais na capacidade de pagar. É preciso intervir e este diploma pode ser uma medida complementar para contrariar esta tendência.

Sr.as e Srs. Deputados, a eficácia destas medidas dependerá também da capacidade de conciliar a agilização das partilhas com a proteção do património produtivo e com uma gestão mais eficiente dos recursos territoriais. É nesse espírito construtivo que defendemos o aproveitamento de algumas das soluções discutidas no Projeto de Lei n.º 205/XVII/1.ª, reforçando a qualidade da reforma e assegurando que o objetivo não é apenas resolver heranças, mas também valorizar o património, proteger a atividade económica e servir melhor o interesse público.

Deixamos um compromisso quanto ao método. A técnica fina ficará para a especialidade. Lá estaremos, como sempre, com seriedade e acolhendo as preocupações levantadas pelo Conselho Superior da Magistratura ou pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Sr.as e Srs. Deputados, sabemos que aqui colidem direitos legítimos, o direito de propriedade, o direito à transmissão patrimonial, o direito à habitação e a necessidade de uma gestão responsável do território. O papel do legislador é encontrar o equilíbrio. Em tempos de casas cada vez mais caras, de famílias mais pressionadas e de um território que exige uma gestão responsável, não podemos continuar resignados perante imóveis trancados, terras abandonadas e património parado.

Este diploma abre uma porta. O Partido Socialista quer ajudá-la a abrir até ao fim. Onde houver soluções para as famílias, para a habitação, para o território e para a economia, contem connosco, sem táticas, sem bloqueios, com responsabilidade e a bem do País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O JPP compreende o objetivo desta proposta de lei. Há muitas heranças indivisas que se arrastam durante anos, bloqueando imóveis, dificultando a sua conservação e agravando conflitos familiares.

Importa dizer que não existe garantia de que a venda de imóveis integrados nas heranças indivisas venha a colocar habitação acessível no mercado ou a resolver as dificuldades das famílias portuguesas. Transformar património em dinheiro não significa, por si só, criar mais habitação a preços compatíveis com os rendimentos das pessoas. Além disso, importa assegurar que a venda de bens de herança não se transforme numa partilha parcial encapotada, sem a devida salvaguarda dos direitos dos herdeiros e demais interessados.

Mantenho algumas reservas quanto à redução do prazo de aceitação da herança, ao reforço dos poderes do testamentário e às questões relacionadas com a aportação legítima da arbitragem sucessória. Entendo que esta matéria vai exigir maior equilíbrio, clarificação e segurança jurídica.

Por isso, mantenho algumas reservas, não porque rejeito o propósito de desbloquear heranças indivisas, mas porque a proposta ainda carece de clarificação, garantias e segurança jurídica, que podem ser asseguradas no debate em sede de especialidade, e darei…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Agora tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP, para uma intervenção.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: O Governo justifica esta proposta com a disponibilização de mais habitações, mas não é de nada disso que esta proposta trata. Esta é uma proposta de alteração profunda do direito sucessório e parte de um pressuposto errado: o de que um imóvel de uma herança indivisa — nem o Governo consegue estimar quantos estão nesta situação — está desocupado. Não é necessariamente assim. Os imóveis podem ser habitados por familiares e podem até estar arrendados. Portanto, herança indivisa não corresponde a casa vazia.

Esta proposta, caso seja aprovada, poderá até conduzir a despejos, caso a habitação em causa seja a morada de família de algum familiar.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Não!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não ignoramos o problema das heranças indivisas, que, por vezes, se arrastam durante décadas, sem solução, devido a desentendimentos familiares. Contudo, parece-nos que o procedimento proposto pelo Governo só vai aumentar a conflitualidade.

Sabendo isto, o Governo acha que o problema se resolve com a arbitragem obrigatória. Com esta alteração, o Governo cria um procedimento bastante complexo e moroso, que introduz maior litigiosidade, podendo até contribuir para aumento de processos nos tribunais, como aliás sublinha o parecer do Conselho Superior de Magistratura, alertando também para a necessidade de clarificação em diversos aspetos.

Ao remeter estes processos para a arbitragem, o Governo dá mais um passo no sentido da privatização da justiça. Em regra, a arbitragem é voluntária — aqui é imposta.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Ah, ah!…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Também não nos parece adequado atribuir aos julgados de paz competência em matéria de direito sucessório, a não ser que se queiram também entupir estas instâncias. São processos demasiado complexos, que não se coadunam com a natureza, organização e funcionamento dos julgados de paz, que foram criados para resolver pequenos conflitos.

Na prática, o que o Governo está a propor é uma venda forçada de imóveis, desde que um dos herdeiros, sobretudo os que tiverem o maior poder económico, tome a iniciativa. Não nos parece que seja deste modo que se vai resolver o problema.

É também curioso que seja este Governo a justificar esta proposta para haver maior disponibilização de habitações, quando este Governo é responsável pela alienação de edifícios que são públicos, património que é público, que tem a potência para ser utilizado como habitação, mas não o faz e opta por contribuir para a especulação.

Esta proposta pode ainda ter uma outra consequência perversa, a concentração da propriedade. O Governo estima que dos 11 milhões de prédios rústicos, cerca de 3,4 milhões integram heranças indivisas. Obviamente que serão propriedades com dimensões muito distintas e haverá muitas que serão bastante reduzidas. Mas, perante toda a pressão sobre os pequenos proprietários, este mecanismo pode conduzir à concentração fundiária, tão ambicionada por alguns. Por tudo isto, o PCP votará contra esta proposta.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Eu estava aqui a organizar os argumentos para defender esta proposta, mas, de facto, a Sr.ª Deputada Paula Santos acabou de dar mais um: se o PCP vota contra, provavelmente é porque estamos perante uma proposta que traz avanço e que traz vantagem e que vence o imobilismo.

Mas o Sr. Ministro apresentou uma palavra também, inicialmente, que caracterizava a situação que temos hoje — bloqueio. E é isso mesmo que nós temos, temos bloqueio de terrenos, temos bloqueio de casas, temos bloqueio de pessoas, de famílias, temos bloqueio de projetos de vida.

Quantos projetos de vida estão parados porque as pessoas sabem que num determinado momento, que não sabem quando, vão ter acesso a uma casa, ou a um terreno, ou ao produto da venda dessa casa ou desse terreno? Isso é essencial para concretizarem um investimento, como já foi dito, para os projetos familiares também, para a geração seguinte, para um filho estudar, para alguém casar e não poder, porque há alguém, muitas vezes no meio de dezenas de pessoas, há uma que bloqueia todo o processo. Isto não faz qualquer sentido. Nós temos de ter noção de que não é justificável que mantenhamos esta situação sem tentarmos resolver.

É certo que não se pode matar o paciente com a cura, como dizia a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, mas outra coisa que não se pode fazer é deixar isto como está. Nós não podemos deixar como está o País, com não sei quantas casas, com milhares de casas fechadas, que ninguém sabe de quem são. Sim, haverá algumas em que vive alguém, mas a esmagadora maioria está fechada, está-se a degradar, está-se a estragar e não se sabe de quem é.

Terrenos também abandonados e depois fala-se disso na época de incêndios, mas a seguir já ninguém quer saber. Terrenos que ninguém sabe já quem é o dono. E perceber uma coisa, foram invocados aqui dois argumentos que nos fazem completamente sentido. Um é o do direito da propriedade e o outro é o da diminuição da intervenção do Estado.

Mas há maior limitação ao direito de propriedade do que uma pessoa ter esta expectativa e, se for preciso, morrer também sem nunca ter acesso à propriedade a que, efetivamente, tinha direito? À parte daquele terreno, à parte daquela casa, à casa inteira, que era sua propriedade em expectativa, mas nunca se concretizou. Há maior limitação ao direito de propriedade do que esta?

E da intervenção do Estado, há pior intervenção do Estado do que aquele Estado que sabe que tem esta realidade e não faz nada para a mudar?

Há aquele Estado que tem um quadro legislativo em que uma só pessoa — e volto a dizer —, no meio de dezenas, consegue bloquear o normal funcionamento e a normal dinâmica, quer das famílias, quer da economia. Do nosso ponto de vista, não.

E, portanto, o impulso reformista do Governo é fundamental.

Esta reforma que aqui nos é trazida está no sentido certo e certamente que se há questões que podem ser complementares ou que podem até, no quadro do que já foi aqui trazido, alterar para melhor esta proposta, com certeza que sim. Agora, de uma vez por todas, o que não pode acontecer é o País continuar a estar bloqueado e tantas famílias a estarem bloqueadas. Que desbloqueemos esta situação e que consigamos resolver tantos problemas que temos neste momento.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Paulo Edson Cunha, do PSD, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Começam a ouvir-se uns *soundbites*, convenientemente repetidos pelos restantes partidos e pelos comentadores de serviço, de que este Governo não faz reformas. Vocês sabem — que eu sei que vocês sabem —, que isto não é verdade. E da revisão do Código de Trabalho à Lei da Nacionalidade, este Governo está fortemente empenhado em reformar a sociedade portuguesa.

Outro exemplo é a procura de soluções para fazer face ao grave problema da habitação, área onde o Governo aprovou diplomas para aumentar o número de casas no mercado.

E agora, com esta proposta de lei, visa o mesmo, mas no âmbito do direito sucessório, ao permitir desbloquear imóveis devolutos, que atualmente permanecem fora do mercado durante décadas, especialmente nos centros urbanos e zonas rurais. E esse imóvel ficará a degradar-se, com perigos diversos, desde incêndios à falta de manutenção, que origina até problemas de segurança. E este é o *status quo* que importa alterar.

É urgente reformar o direito sucessório. Existem 3,4 milhões de prédios rústicos pertencentes a heranças indivisas, num universo de 11,5 milhões, quase 30 %.

Queriam números, têm aqui números: 250 000 alojamentos vagos, em boas condições, que não estão à venda ou no mercado de arrendamento, e outros 130 000 alojamentos vagos, com necessidade de reparação, que não estão à venda ou no mercado de arrendamento. Uma parte significativa destes alojamentos pertence a

heranças indivisas e, em muitos casos, os bens já pertencem a várias heranças. Só quem está no mundo do Direito o saberá.

O processo de inventário, que deveria conduzir à realização de partilhas, é excessivamente garantístico, tudo pode ser contestado. A venda de qualquer bem da herança exige um consenso. Se um em 100 herdeiros se opuser à venda de um bem, o bem não é vendido. E a única solução passa pelo processo de inventário, atualmente.

Não se propõe desbloquear este impasse, retocando, uma vez mais, o processo de inventário, como foi feito nas últimas décadas, sem qualquer efeito. Pode dar-se esse passo noutra fase da reforma, mas propõe-se algo mais inovador, um processo especial de venda de imóvel pertencente à herança indivisa.

É assim criado um processo especial de venda de coisa imóvel indivisa, que permite que dois anos após a abertura da sucessão, sem acordo, qualquer herdeiro possa suscitar a venda de imóveis ao valor de mercado.

Mas esta reforma tem outras áreas importantes, alterações que refiro, antes de mais. Ora vejam, no campo do planeamento sucessório, o testador pode, a partir desta reforma, indicar a cada herdeiro que bens devem compor a sua legítima de forma vinculativa, dispensando a aceitação; atribuir poderes de partilha, instruções vinculativas a um testamenteiro; sujeitar a eventuais litígios quanto à legítima, e decisão arbitral.

Mas o testador também tem deveres. Na composição dos quinhões, deve atribuir a cada herdeiro a quota parte a que estes herdeiros têm direito nos termos da lei e cumprir essa mesma lei.

Existe também a questão da arbitragem sucessória, que é um mecanismo legal já existente, agora alargado ao direito sucessório, que permite a célere resolução de conflitos fora dos tribunais, através da nomeação de árbitros — de referir que existe a possibilidade de recurso para o Tribunal da Relação.

Portanto, Sr.as e Srs. Deputados, com esta proposta, que não vem substituir o processo de inventário, reitero, mas sim introduzir alterações cirúrgicas onde a legislação atualmente emperra, o processo, VV. Ex.as têm a oportunidade de, mais uma vez, mudarem algo que não está bem. Se não a aprovarem e não aproveitarem, depois não venham dizer que o Governo não faz reformas. Por exemplo, hoje, se três irmãos herdarem uma casa e um deles quiser vender, mas os outros dois não, frequentemente a solução passa por um processo de inventário que pode ser demorado. Com a proposta do Governo, após determinados prazos e condições, esse herdeiro poderá pedir judicialmente a venda, sem depender do consentimento dos restantes.

Vou usar um exemplo. Um pai falece e deixa uma casa avaliada em 300 000 € e mais 60 000 € num banco, cujo total são 360 00 € euros. Caberá, depois de repartido, 120 00 € a cada um dos herdeiros. O problema é que basta que um deles não queira vender — nomeadamente, por exemplo, a Ana, o Bruno e o António —, o que é que acontece? Atualmente, com o falecimento, dá-se a abertura da sucessão, mas os bens continuam em herança indivisa. Isto significa que ninguém é dono de uma sala, de um quarto ou de uma divisão específica da casa. Todos são coproprietários da totalidade da herança.

Mas o problema acontece quando não existe esse acordo. Infelizmente, esse acordo não acontece na maioria dos casos. E, quanto ao imóvel, passará a bastar que um não queira vender. Como VV. Ex.as sabem, estas situações duram anos e até décadas. Mas, com a nova lei, a Ana pode requerer o novo processo especial de venda de coisa imóvel, integrada em herança indivisa. A Ana não precisará, assim, de esperar pela conclusão do inventário.

Existem garantias? Sim. O tribunal analisa se o imóvel pertence à herança, quem são os herdeiros, se existem razões legais para avançar com a venda. Os outros herdeiros podem apresentar oposição. E, mais importante, a decisão sobre a venda e os seus requisitos, se estiverem preenchidos, é ao tribunal que cabe autorizar esta venda, mesmo contra a vontade dos restantes herdeiros, mas com a salvaguarda do direito de remissão desses herdeiros.

O imóvel deixará de poder ficar indefinidamente bloqueado pela vontade de um único herdeiro, que o pode fazer por estar emigrado, por não querer saber, por uma simples vingança de uma guerra entre irmãos, e qualquer herdeiro poderá passar a desencadear um processo específico para forçar a venda.

Termino, dizendo: bem esteve o Governo em nos apresentar mais uma reforma que simplifica a vida dos portugueses. A vocês, Sr.as e Srs. Deputados, cabe dizer se querem abraçar o futuro ou manterem-se neste emaranhado do passado nesta matéria.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra à Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Cumprimento também os Srs. Ministros: No âmbito desta matéria, nós reconhecemos que existe um problema real de heranças indivisas. Aliás, tivemos a oportunidade de expor isso mesmo na reunião com o Governo a propósito desta matéria.

No entanto, não confundimos algumas das soluções com o diagnóstico. Reconhecemos, sim, que há mecanismos de facilitação que são importantes, nomeadamente instrumentos com soluções, como a arbitragem sucessória. Neste caso, não apenas através dos julgados de paz, mas, sobretudo, não esgotando a via judicial através da mediação que estes podem oferecer de forma voluntária para, de alguma forma, mitigarmos o impacto que têm nos tribunais judiciais.

Mas, por outro lado, quando falamos dos prédios rústicos, temos de ter aqui alguma cautela, em particular no combate ao abandono do território, que não deve servir como pretexto para fragilizar, de alguma forma, aquilo que é também a propriedade privada ou até mesmo as pressões urbanísticas que existem em relação às dimensões ambientais.

Também não nos podemos esquecer das falsas expectativas, porque o desbloqueio desta matéria não vai criar a solução da habitação. E creio que nem é isso que se pretende, até porque também há um vasto património público que não está o serviço da população, e por isso não confundimos as duas matérias. Esperamos é que, na especialidade, todas estas questões que têm sido apontadas, do ponto de vista de algumas particularidades que equilibrem esta proposta, haja disponibilidade, quer do Governo, quer do PSD, para se poderem trabalhar.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Vanessa Barata, do Chega.

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Esta temática é, de facto, pertinente. Quantos de nós não conhecem na sua cidade, na sua vila, na sua aldeia aquela casa de família que está abandonada, que está a cair aos bocados, ou aquele terreno que, com o passar do tempo, virou pasto para incêndios, apenas porque os herdeiros não se entendem.

E quantas famílias portuguesas não vivem hoje o drama e o pesadelo de ver o património de uma vida bloqueado e degradado, em processos no tribunal, arrastando-se por anos e, por vezes, até décadas.

Há pessoas que herdam património na infância, acabam muitas vezes por morrer já em idade avançada, sem nunca terem conseguido desbloquear as heranças imobiliárias a que tinham direito. O problema repete-se e vai-se transmitindo de geração em geração.

Para o Chega, a defesa da propriedade privada é uma das suas principais prioridades. E defender a propriedade privada significa, também, garantir que quem trabalhou uma vida inteira tenha o direito de ver os seus bens protegidos e devidamente transmitidos aos seus herdeiros.

É importante que se diga que o Chega não tolerará, a pretexto de uma eventual simplificação, que se fragilize a proteção da legítima herança das famílias.

Importa salientar também o património dos emigrantes portugueses,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — … que tanto trabalham, lá fora, todos os dias, para virem comprar os seus imóveis em Portugal,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — … na esperança de um dia regressarem; na esperança de que, um dia, os seus herdeiros herdem e não precisem de se sujeitar também a sair do País, como eles próprios tiveram de sair.

Chegados ao final deste debate, queremos salientar que olhamos para a proposta de lei do Governo com uma enorme exigência. Se por um lado reconhecemos que o País precisa, já há muito, de mecanismos que desbloqueiem o parque habitacional e os prédios rústicos, por outro lado, não podemos aceitar que, como aqui já foi dito, o remédio faça pior do que a doença.

Olhando para as restantes iniciativas, o panorama não melhora assim tanto como gostaríamos.

O Livre traz um projeto que quer empurrar inventários de alta complexidade técnica, no valor de centenas de milhares de euros, para os julgados de paz. Srs. Deputados, os julgados de paz fazem um trabalho formidável na proximidade, mas atirar-lhes com o peso do direito sucessório, com a complexidade do direito sucessório português, sem meios, sem estrutura, sem recursos, é pura e simplesmente colapsar uma coisa que funciona bem.

Já a Iniciativa Liberal parte de uma boa intenção ao querer combater os bloqueios por inércia, mas a sua proposta, de tão sofregamente liberal, tende a deixar os herdeiros minoritários em total desamparo.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Isso é falso!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — É caso para dizer, Sr.ª Deputada, que caso calhasse algum liberal ser herdeiro minoritário,…

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Isso é falso!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — … certamente diria: «*Don't tread on me*» —…

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Leia a proposta!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — … como dizia a cascavel de Benjamin Franklin, «*don't tread on me*»!

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, temos de ter cuidado ao abrir a porta à tirania do quinhão dentro das famílias portuguesas. A justiça não pode esmagar os mais fracos.

Sr. Presidente, o Chega exige, por isso, soluções que protejam a propriedade, valorizem o esforço das famílias e tragam segurança jurídica efetiva, sem desvirtuar a posição dos herdeiros que, ainda que sendo minoritários, são igualmente titulares deste direito de propriedade.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista mais inscrições…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o Bloco de Esquerda? Ah, não está cá!…

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscrições, vou dar a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Presidência, para intervir no encerramento do debate.

Dispõe de 2 minutos, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado da Presidência** (João Valle e Azevedo): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, o Governo congratula-se com o espírito construtivo em que decorre este debate, o que demonstra que é possível encontrar chão comum em assuntos sensíveis e complexos que facilmente poderiam resvalar para o ataque à propriedade privada ou para a punição fiscal de herdeiros indefesos.

Chegámos a milhões de terrenos agrícolas e florestais abandonados e por partilhar e a milhares e milhares de casas vazias, por partilhar, porque assim escolhemos. Esta realidade sucessória é uma escolha, uma escolha que o Governo se propõe alterar.

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado da Presidência**: — A atual escolha joga para o empate, conforma-se com o imobilismo e com a indecisão que caracterizam demasiadas soluções que adotamos. Faz lembrar o vício da

Administração em dizer «não» porque concebeu e exige uma realidade perfeita, ou simplesmente porque considera mais seguro dizer «não».

O Governo não se conforma e afirma, uma vez mais, que um *statu quo* de paralisia indesejada deve ser rejeitado. O Governo confia nas pessoas e na liberdade, que promove a responsabilidade. Por isso, propõe que quem pretenda determinar em testamento o destino dos seus bens o possa fazer, de forma vinculativa, ou possa nomear quem o faça, remetendo para arbitragem eventuais litígios.

Assim, o Governo propõe que o único herdeiro possa desbloquear a indivisão, como em qualquer processo de partilhas, mas agora em relação àquela casa,…

O Sr. **Paulo Lopes Marcelo** (PSD): — Isso mesmo!

O Sr. **Secretário de Estado da Presidência**: — … sem ter de discutir, em simultâneo, a quinquilharia, a bugiganga ou a dívida que alguém pagou ou deixou de pagar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado da Presidência**: — Trata-se de mais uma reforma indispensável, alinhada, cremos, com a vontade que o País tem de impedir as indecisões paralisantes, onde o amplo consenso é desejável.

O Governo valoriza este potencial de consenso e apela aos contributos de todos os partidos com uma única restrição: não reformar não é uma opção!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário de Estado fez uma intervenção que entusiasmou muito o Grupo Parlamentar do PSD, em particular o líder parlamentar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Aprendeu aqui!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Nós sabemos, Sr. Deputado.

Passamos assim ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, que consiste na discussão, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 78/XVII/1.ª (GOV) — Autoriza o Governo a rever o Decreto-Lei n.º 10/2004, de 9 de janeiro, que estabelece o regime aplicável às contraordenações aeronáuticas civis, em conjunto com o Projeto de Lei n.º 626/XVII/1.ª (L) — Agrava as coimas aplicáveis às contraordenações aeronáuticas civis e proíbe os voos noturnos.

Vamos aguardar que na bancada do Governo se faça a mudança que tem de ocorrer.

Pausa.

As restantes bancadas também já estão reordenadas.

Estamos prontos, Sr. Ministro?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito bem, tem então a palavra o Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas.

O Sr. **Secretário de Estado das Infraestruturas** (Hugo Espírito Santo): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Gostaria de começar por salientar a importância desta revisão e atualização do regime jurídico das contraordenações aeronáuticas para o setor da aviação civil. Estamos perante um instrumento essencial, de

natureza não apenas sancionatória, mas sobretudo preventiva; um instrumento que permite prevenir a prática de infrações e assegurar o cumprimento de elevados padrões de segurança operacional e física, bem como a mitigação de impactos ambientais associados à atividade aeronáutica.

É este o regime que garante os mais altos padrões de operação, reforça a confiança dos utilizadores e promove a sustentabilidade de um setor estratégico para a economia nacional, para a conectividade do território e para a afirmação internacional.

Contudo, este efeito só se alcança se o regime acompanhar de forma dinâmica a evolução económica, o progresso tecnológico e a transformação constante do setor da aviação civil. Tal não é, no entanto, o que se verifica no quadro jurídico atual, com um regime que vigora há mais de 20 anos e não corresponde às exigências do setor. É precisamente por isso que esta proposta do Governo se impõe.

Sr.as e Srs. Deputados, a proposta de lei do Governo visa uma profunda atualização do regime, designadamente: prevê uma atualização dos montantes das coimas com uma revisão transversal dos valores, que, como mencionei, estavam inalterados desde 2004; reforça a diferenciação por dimensão empresarial, distinguindo de forma efetiva entre pessoa singular, micro, pequena, média e grande empresa; agrava a diferenciação das contraordenações resultantes de negligência daquelas que são dolosas; e prevê a atualização obrigatória do regime de três em três anos.

Mas a proposta do Governo não fica por aqui, tendo um claro efeito integrador ao colmatar lacunas que, ao longo dos anos, têm limitado a plena eficácia do regime. Da estreita articulação com o regulador, e escutadas as dificuldades concretas, resulta uma proposta direta a problemas reais identificados no terreno que, durante demasiado tempo, não tiveram solução adequada.

Por isso, este diploma não é apenas uma atualização normativa, é uma intervenção com impacto concreto. Garante-se a punição de todos os infratores, independentemente da natureza pública ou privada, clarifica-se a responsabilização do piloto e do operador da aeronave e introduz-se um regime mais claro de interposição de recursos, reforçando a segurança jurídica.

Em linha com os objetivos de simplificação administrativa do XXV Governo Constitucional, esta proposta introduz ainda ganhos relevantes de eficiência e clareza no processo contraordenacional. Destacam-se, entre outros: a possibilidade de não instauração de processo em infrações de reduzida gravidade, quando a obrigação seja cumprida voluntariamente em prazo razoável; a dispensa de tradução de documentos, quando estejam reunidas as condições adequadas, num setor onde a língua inglesa é o idioma dominante; e a clarificação das regras relativas a prazos, publicidade, acesso ao processo e prestação de informação à ANAC (Autoridade Nacional da Aviação Civil). Estas medidas simplificam, agilizam e tornam mais eficaz a atuação administrativa, reforçando a capacidade de resposta do sistema.

Esta proposta concretiza também o compromisso deste Governo com o cumprimento das obrigações europeias num domínio particularmente relevante, o dos combustíveis sustentáveis. Assim, procede-se à adaptação do regime sancionatório ao regulamento ReFuelEU Aviation, incluindo a definição dos montantes das coimas e a afetação das respetivas receitas.

Finalmente, esta proposta introduz ainda uma medida específica para os voos noturnos, respondendo a uma dificuldade há muito sentido na prática. Em concreto, passa a ser possível à ANAC agregar processos quando estejam em causa a mesma empresa, a mesma infraestrutura aeroportuária e factos materialmente conexos. Com isto, ultrapassa-se a fragmentação que hoje limita a eficácia da atuação sancionatória, reforçando a coerência, a eficiência e a capacidade de resposta do sistema.

Sr.as e Srs. Deputados, estamos perante uma proposta com impacto multinível, transversal e profundo. É uma proposta que atualiza, integra, simplifica, reforma e reforça o regime das contraordenações aeronáuticas civis, tornando-o mais sólido, mais robusto, mais bem preparado para os desafios atuais e para a crescente complexidade do setor da aviação civil.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Secretário de Estado tem dois pedidos de esclarecimento e informa a Mesa de que responderá em conjunto.

Tem então a palavra, para um primeiro pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, discutimos hoje uma proposta do Governo que visa a revisão do regime das contraordenações aeronáuticas civis. É um diploma que já não sofre alterações de fundo há mais de 20 anos e, nesse sentido, é importante realçar a pertinência desta iniciativa do Governo.

O setor da aviação é hoje muito mais complexo e muito mais regulado do que era em 2004, sendo por isso necessário atualizar um regime que, em muitos casos, já não responde às necessidades de supervisão e fiscalização deste setor. E a proposta do Governo faz precisamente isso, ou seja, clarifica responsabilidades, atualiza os valores das coimas e reforça a capacidade da ANAC. E este é um ponto importante para nós: para uma melhor supervisão e fiscalização, é fundamental que haja um reforço das capacidades do supervisor, e neste caso a entidade é a ANAC.

Mas neste debate, Sr.as e Srs. Deputados, há outros partidos que preferem voar para outras latitudes, como é o caso do Livre. É claramente o caso do Livre, Sr. Deputado, porque o Livre parece encontrar um diploma sobre aviação e decide aproveitar a viagem para embarcar toda a bagagem ideológica que carrega.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

Bom, e a solução é sempre a mesma: aumentar as multas e expor os agentes económicos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Se as multas não resultam, aumentam-se; se, ainda assim, as multas não resultarem, voltam-se a aumentar; e se mesmo assim as coisas não resultarem, bom, nesse caso expõem-se na *internet* os agentes económicos — tudo ao contrário do que deveria ser.

A nossa perspetiva é completamente contrária: modernizar o regime e, ao mesmo tempo, reforçar a capacidade de supervisão da ANAC, porque entendemos que essa é a forma de concretizar estas alterações.

Nessa perspetiva, perguntava-lhe, Sr. Secretário de Estado, como avalia estas alterações na promoção de uma cultura de cumprimento e de segurança do setor e, principalmente, porque é o que interessa, na vida das pessoas?

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Fernandes, do Chega, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Luís Paulo Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, Ex.mas Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, é evidente que o regime sancionatório na aviação civil está desatualizado, mas é preciso haver um equilíbrio entre novas coimas e direitos processuais equilibrados.

Porque é que o Governo abdicou da transparência e usa a urgência, que não está devidamente justificada? O Governo ignora a exposição de motivos e faz um atalho político, que traz água no bico, para entregar à ANAC superpoderes sancionatórios mais amplos e mais fortes.

Vou direto ao assunto: o Governo não fez o trabalho de casa ou não lhe interessou fazê-lo de propósito, a ver se passa. Portanto, Sr. Secretário de Estado, aqui há gato!

Risos da Deputada da IL Angélique Da Teresa.

É imperativo esclarecer que o novo artigo 9.º-A diz respeito à utilização e fornecimento de combustíveis sustentáveis para a aviação.

Aqui é que está o cerne da questão. É ou não é, Sr. Secretário de Estado? Aqui é que se define para onde vai a receita das coimas: 80 % para o fundamental, 10 % para a ANAC e — pasme-se! — 10 % para as entidades fiscalizadoras, que estão no artigo 32.º.

E porque o gato escondido está com o rabo de fora, a minha pergunta é a seguinte: qual é o verdadeiro motivo para que o novo artigo 9.º-A e os n.os 2 a 4 do artigo 32.º entrem logo em vigor no dia seguinte à publicação, mas o restante diploma só 30 dias depois?

Com o Chega não venham com rodeios e digam logo ao que vêm. Estamos atentos a pormenores, Sr. Secretário de Estado.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

Contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas.

Burburinho na Sala.

Ó Srs. Deputados! Srs. Deputados, acabei de dar a palavra ao Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas.

Faça favor, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado das Infraestruturas**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, eu acho que, de facto, o Sr. Deputado vai ao âmago da questão: o setor vive e depende de uma cultura de segurança, e essa cultura de segurança só pode ser eficaz se houver uma dimensão sancionatória. Obviamente, há muito trabalho de treino, de preparação e de prevenção, mas só com essa cultura é que nós conseguimos fazer isso e, portanto, ele vai ajudar muito.

Obviamente que, depois, este regime sancionatório se traduz em várias dimensões. Uma das dimensões tem a ver com os comportamentos dos passageiros a bordo dos voos, um tema que é de crescente preocupação.

Portanto, de facto, estamos aqui a criar algo que vai ajudar um setor que está em franco crescimento e vai continuar a crescer esteja preparado para o seu futuro. Enfim, não altera radicalmente a vida das pessoas de bem — se assim quisermos dizer —, dos passageiros, dos utilizadores, de quem está a usar e de quem pretende utilizar a aviação como meio de transporte. Aí, de facto, não tem impacto, a não ser o impacto positivo sistémico resultante deste diploma.

Ó Sr. Deputado Luís Paulo Fernandes, confesso que tenho alguma dificuldade com questões de gatos. Eu confesso, a história é muito mais simples: nós necessitamos de fazer este ajuste porque, de facto, estamos atrasados para cumprir uma iniciativa e um regulamento europeu que é absolutamente fundamental para o sucesso do setor. Portanto, eu não estou a ver nenhum gato, nem nenhum rabo escondido em coisa nenhuma …

Risos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem gato nem rabo!

O Sr. **Secretário de Estado das Infraestruturas**: — Confesso que não estou mesmo a ver.

Segundo ponto, eu sei que os senhores, aparentemente, convivem mal com a ANAC, mas nós não convivemos mal com a ANAC. Nós respeitamos a ANAC e trabalhámos em conjunto. Nós vivemos bem com os reguladores — este Governo convive muito bem com os reguladores — e achamos que eles são fundamentais para garantir que este setor continua a crescer.

Sobre a divisão das receitas, é normal, é isso que o regulamento indica. O regulamento indica que é suposto que as receitas sancionatórias de incumprimentos relativos aos novos combustíveis sustentáveis para a aviação sejam utilizadas na descarbonização do setor,…

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Claro!

O Sr. **Secretário de Estado das Infraestruturas**: — … o que é da mais básica justiça e é o que faz sentido. Caso contrário, estávamos a criar um imposto sobre aquilo que deve acontecer, e não é isso que estamos aqui a fazer.

Portanto, confesso: mais uma vez, não vejo nenhum gato,…

Risos do CH.

… só vejo aqui aviões, nesta história.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o projeto de lei do Livre, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: Começo por agradecer o agendamento de um tema que é importante, por uma razão que o Sr. Secretário de Estado deixou bem clara, porque há mais de 20 anos que não havia uma atualização deste regime, e ela urge. Urge, por uma razão muito simples: porque qualquer atividade económica, certamente também a aviação, vive sempre num equilíbrio entre os benefícios dessa atividade económica e os problemas que ela acarreta, seja a nível ambiental, seja a nível de saúde humana. A aviação não é exceção!

É evidente que a aviação tem um valor importante. Tem até um valor essencial, num país como Portugal, com dois arquipélagos e com uma diáspora espalhada pelo mundo, mas é evidente também que tem consequências a nível ambiental e a nível da saúde. O caso de Lisboa é paradigmático: somos a cidade, a capital da Europa, com um dos aeroportos — se não mesmo o aeroporto — que mais pessoas impacta por causa das questões do ruído e também da qualidade do ar local.

Portanto, qualquer regime sancionatório que exista tem também duas funções: por um lado, tem de assegurar que a lei é respeitada; por outro, nós não queremos castigar por castigar, queremos que não se repitam esses comportamentos errados. É isso que tem acontecido, e a própria ANAC reconhece que tem aumentado o número de contraordenações, também relacionado com o aumento do número de voos.

A razão está fácil de perceber, e o próprio Governo percebeu-a! É porque as sanções, as coimas aplicadas, são baixas. São gotas de água nos orçamentos das companhias aéreas e estamos perante um caso onde o crime compensa mesmo.

Portanto, a proposta do Governo, sendo bem intencionada e concordando nós com o fundo da mesma, é muito limitada e pouco ambiciosa, e foi precisamente por isso que o Livre arrastou uma proposta. Surpreende-me até que tenhamos sido o único partido a fazê-lo, mas fizemo-lo por uma razão muito simples: porque, concordando com o princípio, nós queremos ambição; concordando com o princípio, nós queremos que os cidadãos portugueses sejam protegidos; e concordando com o princípio, nós queremos dar às companhias aéreas um exemplo e um sinal forte de que, na lei portuguesa, se prevaricarem, as consequências serão grandes.

Então, as consequências farão com que eles não queiram repetir os comportamentos. Caso contrário, Sr. Secretário de Estado, tenho a certeza de que, com um pequeno ajustamento às sanções, estes comportamentos continuarão a ser repetidos — tenho a certeza — e continuaremos aqui a lamentar o impacto nas populações portuguesas e o desrespeito para com a nossa própria lei.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, da Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal, que tem agora a palavra para o efeito.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, eu tenho uma pergunta, porque na proposta do Livre há uma nota em que se diz como é que um piloto deve aterrar nos aeroportos portugueses, nomeadamente no Aeroporto de Lisboa, e que a partir de uma determinada hora não se deve usar um mecanismo de travagem por causa do impacto acústico.

Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Sr. Deputado, eu acho que, enfim, é mais um ponto do Livre que é completamente surreal! Percebo que haja um impacto acústico — aqueles que moram em Lisboa sofrem com esse impacto acústico —, mas o que é muito importante é que os aviões aterrem em segurança, e cabe ao piloto decidir de que forma deve fazê-lo, não cabe aos Deputados do Livre.

A pergunta que lhe queria fazer é esta: o que é que vai acontecer ao piloto que, de facto, usar aquele mecanismo de travagem? Vai ser multado também?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Jorge Pinto, tem a palavra para esclarecer.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, agradeço a questão porque ela é interessante. Sabe, esta é uma área que me diz muito, foi a área em que trabalhei durante mais de 12 anos da minha vida e estou minimamente informado sobre o que aqui está.

É evidente que o piloto tem sempre a última palavra. Ponto!

Isso é a realidade da lei europeia. A lei europeia, além do *refuel*, que o Sr. Secretário de Estado já referiu, tem também um regulamento de abordagem equilibrada, que passa por quatro pilares no que diz respeito à gestão do ruído. Um desses quatro pilares — o que não é de restrições de operação — é, precisamente, o das operações, e podemos estar a falar em descolagem contínua ou podemos estar a falar em aterragem contínua, mas quem tem a última palavra é sempre, sempre o piloto.

Portanto, não é o Livre que o vai dizer. O que o vai dizer é o plano de ação de ruído do próprio aeroporto, que na verdade, em Lisboa, está a ser refeito agora, julgo. E, sim, nós queremos que lá esteja incluída esta questão, — como estão, repito, a subida contínua, a aterragem contínua — da não utilização desse mecanismo de travagem desde que as condições de segurança estejam respeitadas.

Garanto-lhe que não estamos a inventar a roda, estamos a basear-nos naquilo que já é feito noutros lados e que são, no nosso entender, boas práticas que nós queremos também no nosso País.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Frederico Francisco, do Partido Socialista.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, os debates sobre transposição de diretivas e adaptação a regulamentos europeus são sempre razoavelmente aborrecidos, mas podemos sempre contar com o Chega para encontrar conspirações e para encontrar alguma malícia, mesmo nos assuntos mais aborrecidos que se possa imaginar.

Vozes do PS: — É verdade!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Portanto, a atualização é algo que faz parte do processo normal de adequação periódica do quadro regulamentar aplicável a diversas atividades. Neste caso, falamos de aeronáutica civil, falamos de uma atividade onde as preocupações de segurança e de impacto sobre as

populações, sobre os utilizadores, são especialmente importantes e o Governo traz-nos um pedido de autorização legislativa que anexa um decreto-lei que nos permite verificar que, além da atualização das coimas, há também alterações a nível dos procedimentos, há simplificações, há a criação de novos procedimentos mais explícitos e justos, pelo que não temos muito a acrescentar sobre isto.

Mas o Livre traz-nos aqui, na sua proposta, um tema que eu acho mais delicado e mais interessante, que é a questão dos voos noturnos e do ruído. É uma questão que, de facto, coloca em evidência, desde logo, a limitação que temos no Aeroporto de Lisboa e a forma como ele afeta a cidade que cresceu à sua volta.

Para fazer este debate, acho que não podemos deixar de trazer aqui a forma como foram concessionados à ANA os aeroportos em Portugal, na véspera da sua privatização, a forma como essa privatização foi feita, a forma como o contrato de concessão tem vindo a ser gerido e todas as consequências que daí advêm.

Há, desde logo, um relatório do Tribunal de Contas sobre o processo de privatização da ANA, feito em 2013, que é bastante claro ao dizer que o interesse público não foi salvaguardado nesse processo de privatização. Mas ainda assim, parece-me que não temos todos consciência de que, em 2013, nesse contrato de concessão, o Estado português abdicou, efetivamente, de quase todo o poder de decisão em matéria de infraestruturas aeroportuárias no País.

Infelizmente, no caso de Lisboa, já sabemos que temos um aeroporto fortemente limitado na sua capacidade, que serve mal os passageiros, que acumula atrasos ao longo do dia e que coloca muito mais voos do que seria suposto no período noturno, aumentando o impacto negativo sobre as populações. Por outro lado, nesta Câmara, porventura com exceção da Iniciativa Liberal, todos destacamos a importância estratégica e o papel estratégico do *hub* aeroportuário de Lisboa, especialmente quando o tema é a privatização da TAP.

A TAP, na perspetiva estratégica que todos parecemos partilhar, depende de uma infraestrutura que suporte esse *hub*, e essa infraestrutura é hoje o Aeroporto Humberto Delgado. Por isso, temos de fazer este debate com honestidade e tomar consciência de alguns aspetos importantes. Em primeiro lugar, vamos ter de viver com o Aeroporto da Portela ainda durante vários anos. Seguindo todos os prazos previstos no contrato de concessão, na melhor das hipóteses o novo aeroporto começa a ser construído lá para 2030.

Em segundo lugar, quem for ver com o mínimo de atenção esse contrato de concessão, e não é preciso ser especialista em direito contratual, vai perceber que a ANA tem do seu lado quase todo o poder negocial. Na prática, se a ANA não quiser, não há novo aeroporto em Lisboa. Se não se chegar a um acordo que a ANA considere suficientemente vantajoso para si, não haverá novo aeroporto em Lisboa.

Em terceiro lugar, temos também de perceber, de verificar e de constatar que a ANA tem arrastado os pés a fazer os investimentos na melhoria das condições no Aeroporto da Portela e nas medidas de mitigação do ruído, como é sua obrigação. É por isso que a nossa posição sempre foi a de que a ANA, além das medidas de mitigação do ruído, deveria realizar os investimentos no Aeroporto da Portela de forma a melhorar o desempenho deste aeroporto, e não a aumentar a sua capacidade. Isto é, deveria tentar cumprir o número de movimentos que está atualmente declarado, a tempo e horas e cumprindo os horários.

Agora, com o novo Governo da AD, estes investimentos continuam, sim, mas o Governo anunciou que iria aumentar a capacidade declarada do aeroporto. Portanto, a ANA vai fazer os investimentos para melhorar a operacionalidade do Aeroporto da Portela e vamos aumentar a capacidade declarada, ou seja, vamos continuar a ter um aeroporto que não vai cumprir horários!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Incluindo à noite!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Por outro lado, a proposta do Livre teria como consequência uma redução dessa capacidade declarada.

Portanto, como é que nós compatibilizamos isto, como é que nós compatibilizamos a ideia de reduzir a capacidade do Aeroporto de Lisboa com a ideia de ter um *hub* aeroportuário com um papel estratégico na economia nacional?

É neste tipo de debates que temos a oportunidade de tentar ser honestos e conseguir explicar que, por vezes, a realidade impõe-se e não há mesmo soluções perfeitas. Ainda para mais, num tema em que os vários partidos, incluindo o meu, já contribuíram para limitar opções, para sabotar discussões, para atrasar soluções e para recuar em decisões.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: A presente iniciativa visa atualizar um regime jurídico com mais de duas décadas de vigência, procurando responder à evolução do setor aeronáutico, à digitalização dos procedimentos e às novas exigências decorrentes do direito da União Europeia.

Reconhecemos que várias soluções merecem apreciação positiva, designadamente a modernização processual, a possibilidade da realização de diligências por videoconferência — particularmente relevante para as regiões autónomas —, a simplificação administrativa e o reforço de algumas garantias dos administrados. Contudo, não podemos ignorar que a presente proposta de lei de autorização legislativa em matéria contraordenacional, sancionatória e processual, embora identifique o objeto, o sentido, a extensão e a duração da autorização, fá-lo, em alguns pontos, de uma forma bastante ampla.

Importa referir que, sempre que o Estado reforça os poderes de fiscalização e punição, as garantias dos cidadãos e das entidades reguladas devem evoluir na mesma proporção. É esse equilíbrio que importa assegurar e que deve continuar a ser escrutinado em sede de especialidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem uma palminha?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr. Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para uma intervenção.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Esta proposta já teve aqui uma proeza. É que, ainda há pouco, o Sr. Deputado do Chega falava em gato escondido com o rabo de fora, e a proposta do Governo teve a proeza de aumentar as coimas e decidir atribuir verbas para a entidade fiscalizadora. Sr. Deputado do Chega, não é para a Patrulha Pata,…

Risos do CH.

… é mesmo para a GNR, para a PSP e para as entidades policiais, que o Chega tanto diz prezar, mas hoje espanta-se que o Governo decida dar dinheiro a quem fiscaliza, nomeadamente a estes órgãos de polícia criminal.

Portanto, Sr.as e Srs. Deputados, o PAN, ao contrário do espanto do Chega, acompanha esta dimensão da proposta, reconhece a justiça da mesma e vai até mais além, com o aumento do valor das coimas, porque é absurdo continuarmos a ter discussões em torno da incapacidade de quem tem o poder de as aplicar não poder acompanhar a dimensão do lucro económico que retiram relativamente à prática das infrações.

Há um outro aspeto que é trazido pela proposta do Livre — e que também já foi aqui proposto pelo PAN —, o qual não podemos esquecer, que é a questão dos voos noturnos. Temos de fazer mais e melhor para proteger as populações no que diz respeito quer ao impacto ambiental, quer ao ruído que é produzido. Esperemos que em sede de especialidade isso seja possível, o que não aconteceu em anos anteriores, pois ambas as propostas têm o seu mérito e têm…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: O Governo apresenta esta proposta para que a Assembleia da República autorize a aprovação de um decreto-lei no sentido de alterar o regime aplicável às contraordenações aeronáuticas civis.

Verifica-se o objetivo de clarificar e densificar conceitos e regimes jurídicos em matéria processual. Eventualmente, fruto da experiência dos últimos anos da Autoridade Nacional da Aviação Civil, na condução de processos contraordenacionais, poderá, talvez, ter apontado para a necessidade de alterar algumas destas normas e apertar mais as malhas desse regime. Não sabemos! É que o Governo, ao contrário do que estabelece o n.º 3 do artigo 124.º do Regimento da Assembleia da República, não forneceu quaisquer estudos, documentos ou pareceres que as tenham fundamentado, bem como tomadas de posição das entidades ouvidas pelo Governo no âmbito do procedimento da respetiva aprovação.

Não temos objeção a que se pretenda ajustar a graduação do montante das coimas das contraordenações aeronáuticas leves, consoante estejam em causa pessoas coletivas classificadas como micro, pequenas ou médias empresas. Já temos algumas dúvidas que, para esse efeito, se estabeleça a sistemática equiparação de pessoas coletivas de direito privado que não revistam a forma de sociedade a micro ou pequenas empresas.

Outra das matérias previstas no diploma é o quadro sancionatório para o regulamento que aprova a chamada iniciativa «ReFuelEU Aviação». O regulamento já mereceu a discordância e o alerta do PCP, rejeitando que a dita transição ecológica no setor seja pretexto para penalizar os trabalhadores e os passageiros, agravando taxas e custos operacionais às companhias aéreas, acentuando ainda mais a situação das regiões como os Açores e a Madeira. Mais ainda quando se verifica a falta de investimento público em alternativas tecnológicas e uma total ausência de salvaguarda face ao poder dos grupos económicos que controlam grandes empresas de energia e aviação.

Há, certamente, a necessidade de atualizar o quadro legal. Há a experiência concreta dos processos que é preciso ter em conta. Há, naturalmente, a diversidade de situações envolvendo entidades que podem ir desde multinacionais de aviação civil até microempresas de trabalho aéreo, até autarquias responsáveis pela gestão de infraestruturas neste setor. Há a opção de reforçar poderes e competências à ANAC no processo. Mas também não ignoramos que há um investimento que tem de ser feito nas capacidades, no recrutamento, na criação de meios para intervir no terreno por parte das entidades públicas. Aqui importa destacar, desde logo, a Autoridade Nacional da Aviação Civil, mas também o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves, que também tem a responsabilidade dos acidentes ferroviários.

As insuficiências continuam a fazer-se sentir. A disponibilidade de profissionais altamente especializados e as condições de trabalho em que desenvolvem a sua função não podem ser ignoradas pelos responsáveis políticos ao nível do Governo.

Perante esta realidade, a opção do Governo demonstra que, infelizmente, não há processos de urgência que nos valham.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, começava por me dirigir ao Sr. Deputado Frederico Francisco.

Sr. Deputado, não ouviu nunca nenhum dirigente da Iniciativa Liberal dizer que um *hub* aeroportuário não é estratégico para Portugal. Não pode é confundir a infraestrutura com o transportador, que é uma coisa que o socialismo gosta de confundir e gosta de pôr tudo no mesmo saco. Nós não gostamos, nós gostamos de separar. Infraestrutura é uma coisa, é diferente, é estratégica, é nacional, deve ser bem gerida; outra coisa são os transportadores e, aí, sim, muita concorrência, muitos transportadores diferentes, para que depois os portugueses possam escolher aqueles que são mais baratos e aqueles que lhes forem mais convenientes. Portanto, quero só deixar aqui este esclarecimento.

Relativamente a esta urgência pedida pelo Governo, faz sentido, de facto, porque é uma diretiva europeia que tem de ser aplicada à legislação nacional. Estamos muitíssimo atrasados, portanto, claro que sim, acompanhamos. É necessário conciliar e rever as contraordenações aeronáuticas civis para garantirmos que, de facto, o cumprimento destas diretivas europeias, como é o caso do tipo de combustível usado ou o respeito pelas restrições noturnas que as nossas infraestruturas possam ter, sejam cumpridas.

Este é mais um exemplo de como Portugal andou a ver os aviões a passar. Estamos com 20 anos de atraso e agora é que estamos a rever esta legislação, completamente ultrapassada, o que, de facto, é um convite ao

incumprimento, como podemos, inclusive, ver pelas sucessivas violações das faixas horárias, que podem levar a casos tão críticos como, por exemplo, a certificação, a segurança e até deveres de informação.

Naturalmente que acompanhamos esta urgência neste caso em concreto, porque o setor da aviação, que é tão importante para Portugal, para a mobilidade, para a continuidade territorial, não pode continuar a ter legislação que regule uma realidade que já não existe e que por isso mesmo é um prémio aos infratores.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.ª Deputada não tem tempo, mas tem um pedido de esclarecimento. Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Francisco, do Partido Socialista.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, queria só perguntar à Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa se conhece algum *hub* aeroportuário no mundo que não tenha uma companhia dominante.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Não são os políticos que têm de decidir isso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Nem a pergunta se percebe!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Pelos vistos, para o PS são os Governos que têm de decidir isso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Esqueceram-se das palmas!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Moniz, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado: A revisão que hoje estamos aqui a observar, bem como a proposta em matéria de contraordenações no setor aeronáutico, tem um atraso de mais de 20 anos. Trata-se de um setor que evolui, que tem uma dinâmica muito grande, cuja matéria de segurança aeronáutica é um dos pilares fundamentais da confiança dos passageiros e da confiança no setor, assim como a segurança dita por ameaças de terceiros e a dimensão ambiental.

Aliás, num primeiro comentário, não posso deixar de salientar que esta proposta de alteração se enquadra numa ação mais abrangente do Governo da AD no setor aeronáutico. Foi a decisão do aeroporto Luís de Camões,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — … foi um processo de privatização da TAP e é agora esta alteração de fundo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Esta proposta mostra que o Governo da AD tem uma estratégia que é abrangente, como não poderia deixar de ser, para um setor que foi fossilizado, especialmente pelos Governos do Partido Socialista.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Agora é que é!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Deputado Federico Francisco, gostei muito de ouvi-lo dizer que o aeroporto da Portela, Humberto Delgado, não teve obras ao longo de muitos anos. Pois ainda não estava o Sr. Deputado como Deputado nesta Assembleia e eu perguntava ao Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, que certamente conhece, e ao Sr. Ministro João Galamba qual era o ponto de situação das obras. Como sabe, nenhum deles respondeu e muito menos se preocupou, e tivemos nós, também nesta matéria, de liderar esta alteração.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Agora é que é!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, esta alteração também tem uma importância ao nível da capacitação de a ANAC poder aplicar as coimas. Já não há mais o subterfúgio de não saber quem é o piloto; de se esconder perante o operador que não responde; de ter a dificuldade de não usar meios digitais como meios de prova; de não necessitar de haver a denúncia, basta ter conhecimento pelos órgãos de comunicação social para atuar. É pela capacidade de impor imediatamente, naquilo que são processos mais simples, a contraordenação, é pela capacidade de a própria ANAC definir os processos e a forma de recurso. É dar instrumentos para que seja de confiança e para que inspire confiança a atuação contraordenacional num setor estratégico como a aviação.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, deixo uma palavra para a proposta do Livre, que, de facto, se mostrou muito preocupado com uma matéria que não é atualizada há 20 anos e quis, do que percebi, ter uma intervenção de fundo. Ora, vamos olhar para a intervenção que o Livre propõe, tendo em conta o que submeteu hoje a este Plenário.

Apenas seis artigos de todo o projeto e um aditamento é feito em matéria da vossa proposta, que contrasta com 20 artigos e 13 aditamentos globais e abrangentes que o Governo propõe. E os senhores fazem uma coisa perigosa, que é proporem coimas e valores que estão fora da realidade, que nos retiram competitividade comparando com os restantes operadores europeus. E esquecem um pormenor muito importante do regime contraordenacional: quando a coima é demasiado elevada, deixa de ter a sua função também preventiva e acaba por ser um elemento que vai distorcer o mercado e a nossa capacidade de competir. Nós temos de ter esta ponderação, este equilíbrio, esta realidade e este realismo. Ademais, os senhores propõem que as coimas que sejam cobradas para este efeito possam ser usadas em obras de insonorização. O regulamento não permite isso, Sr. Deputado. Nós não podemos ser da União Europeia de manhã e inventar regulamentos à tarde. Não funciona assim. Isto não funciona assim!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O regulamento é muito claro: estas coimas têm de ser usadas na investigação dos combustíveis verdes, no aprofundamento da transição verde, e não naquilo que o Livre entendeu, da manhã para a tarde, que seria bom utilizar as verbas. Nós não podemos fazer isso. Temos de ser rigorosos na aplicação do regulamento, e isto não consta da vossa proposta.

Em suma, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, quero parabenizar o Governo por mais uma ação de mudança, uma ação corajosa, uma reforma num setor que esteve fossilizado, em grande parte por culpa dos Governos socialistas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Paulo Moniz tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Frederico Francisco, do Partido Socialista.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, desta vez eu falo mais devagar.

Sr. Deputado Paulo Moniz, não me venha com tretas.

Protestos do PSD e do CH.

Nós sabemos que estamos aqui hoje a discutir esta proposta…

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado…

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Peço desculpa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Vou pedir, por favor, aos serviços para lhe reporem o tempo e ao Sr. Deputado para recomeçar a intervenção.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Vou recomeçar e peço desculpa pela palavra que usei.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Faça favor.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Moniz, todos sabemos que estamos hoje aqui a discutir este diploma porque ele vem na sequência da aprovação de um regulamento europeu de novembro de 2023, ao qual a legislação portuguesa tem de ser adaptada. Portanto, se é esta a fasquia do grande espírito reformista do Governo, estamos conversados.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra e beneficia de uma cedência de tempo de 56 segundos do CDS-PP.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Federico Francisco, deixo uma nota prévia.

Considero tudo o que diz e não classifico, naturalmente, como mais ou menos expeditas as suas afirmações. Mas, relativamente àquilo que disse, deixe-me recordar-lhe: falou em 2023; o Sr. Deputado recorda-se qual era o partido que estava no Governo em 2023? Tem alguma ideia?

Risos do PSD.

Recorda-se e reconhece quem era o secretário de Estado com a responsabilidade das infraestruturas?

Risos do PSD.

Ó Sr. Deputado, fomos nós, Governo da AD, que decidimos o novo aeroporto, que os senhores nunca fizeram. Aliás, foi alvo de episódios tristes entre o ministro das obras públicas de então e o Primeiro-Ministro: não era um aeroporto, eram três aeroportos!

Vozes do PSD: — No mesmo dia!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Quem é que está a encetar o processo de privatização da TAP, para garantir competitividade, segurança no futuro e devolver aos portugueses aquilo que os senhores enterraram lá? Quem é que está a liderar esse processo?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Deputado, se for hoje ao Aeroporto da Portela, ou Humberto Delgado, vê obras de melhorias permanentemente, que os senhores nunca fizeram, nunca responderam e nunca tiveram coragem.

Aplausos da PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa e contraprotestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Graça, do Chega.

Continuação de protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa e contraprotestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, ó Srs. Deputados…

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Está a fazer um filme. Deixe-o estar!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado João Paulo Graça, tem a palavra.

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A proposta hoje aqui apresentada pelo Governo é, sem dúvida, um passo para que Portugal se atualize, modernize e afirme, quer na Europa, quer no mundo.

O Governo quer rever as contraordenações da aeronáutica civil, modernizar um regime com mais de 20 anos, reforçar a segurança aérea, atualizar os montantes das coimas, harmonizar a legislação nacional com o quadro regulatório europeu, melhorar a capacidade de fiscalização da ANAC e criar maior previsibilidade e atualização periódica das coimas, evitando que o regime se volte a tornar obsoleto.

Neste sentido, a posição do Chega é de apoio, porque a iniciativa se enquadra em matérias tradicionalmente compatíveis com a posição política do nosso partido, designadamente: defesa da autoridade do Estado, reforço da fiscalização e do cumprimento da lei, proteção da segurança dos cidadãos, modernização da Administração Pública e combate à impunidade em setores estratégicos.

Srs. Deputados, a segurança aérea exige um regime sancionatório eficaz. A aviação civil é uma atividade de elevado risco potencial. Coimas desatualizadas podem comprometer o cumprimento das normas de segurança e o Estado deve fazer cumprir a lei. Um dos pilares do programa do Chega é o reforço da autoridade do Estado e do respeito pelas regras. Esta atualização é necessária, pois desde 2004 que ocorreram profundas alterações tecnológicas, operacionais e regulatórias.

A proteção das infraestruturas estratégicas nacionais é muito importante. A aviação civil constitui uma infraestrutura crítica para Portugal, especialmente para as regiões autónomas. Uniformizar regras com os restantes Estados-Membros facilita a cooperação regulatória, aproxima e aumenta a credibilidade do setor português.

Mas — é verdade, há sempre um «mas» —, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, para legislar só por si e com esta urgência não chega. Podemos ter a melhor legislação do mundo, mas, se não tivermos pessoas e infraestruturas, será uma mão cheia de nada.

Queremos atualizar, e bem, uma legislação com mais de 20 anos, mas estamos há mais de 50 anos para construir um aeroporto. Queremos atualizar, e bem, mas temos tarifas aéreas entre as regiões autónomas e o continente a preços proibitivos. Queremos atualizar, e bem, mas depois a companhia aérea portuguesa não realiza voos diretos entre Faro e o Porto. Queremos atualizar, e bem, mas a TAP não tem horários de voos de Faro para Lisboa suficientes, adequados e muito menos acessíveis às necessidades. Queremos atualizar, e bem, mas não temos capacidade para acabar com as filas intermináveis no controlo fronteiriço dos aeroportos.

Srs. Membros do Governo, o Estado exerce, e bem, a atualização da legislação e montantes das coimas, mas tem de ser o mesmo Estado que olhe para a mobilidade como ferramenta de coesão territorial e desenvolvimento local.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Cumprimento as Sr.ᵃˢ e os Srs. Deputados novamente.

Começo por me dirigir ao Deputado Paulo Moniz, por quem tenho muita estima e que sabe muito bem o apreço que tenho pela abordagem técnica que traz aos nossos debates aqui e nas comissões. Acharia que era

recíproco, porque temos tido trabalho em conjunto que mostra bem que o trabalho que o Livre apresenta não vem da noite para o dia. Ele é trabalhado e esta proposta de lei é evidentemente no mesmo sentido.

A questão aqui é, indo ao encontro daquilo que o Sr. Deputado dizia, se nós queremos ou não queremos coimas que sejam dissuasoras, se nós queremos ou não queremos proteger a nossa população. A nossa posição aqui é muito clara: a proposta do Governo de uma correção ínfima não vai nesse sentido. Achamos que é preciso muito mais e gostaríamos que a Câmara também nos apoiasse nesta visão.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, em jeito de conclusão, deixo uma primeira nota importante. De facto, a inscrição nesta proposta da condição de atualização a cada três anos é, para nós, um instrumento fundamental e que vai garantir que, ao longo da vida útil deste diploma, ele vai ter a atualidade que o setor merece.

Em relação ao Sr. Deputado Jorge Pinto, quero dizer-lhe que o respeito é mútuo, mas não posso deixar de considerar quando diz que as propostas de coimas do Governo nesta matéria são bastante irrisórias. Não acredito, até porque, se for ver, elas estarão próximas, em alguns casos, em ordem de grandeza — a máxima pelo menos —, com aquilo que o próprio Livre tem. Portanto, há que haver um equilíbrio para elas serem dissuasoras, mas não um entrave, do ponto de vista económico, à atratividade que nós queremos conferir aos nossos aeroportos e ao nosso setor.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Francisco, do PS, que beneficia de 11 segundos cedidos pelo PCP.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Paulo Moniz, há pouco, recordou, e bem, quem era o secretário de Estado responsável por esta área em outubro, novembro e dezembro de 2023.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem era?

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — E também referiu as obras que estão agora a ser feitas no Aeroporto da Portela.

Por isso, convidava o Sr. Deputado Paulo Moniz e os restantes Deputados a consultar a Resolução do Conselho de Ministros n.º 201/2023, que determinou a execução das obras que estão agora em curso no aeroporto da Portela.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Quem era? Nomes, nomes!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Era eu. Pronto, era eu.

Aplausos do PS.

Risos do PSD, do CDS-PP e do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Frederico Francisco deve estar satisfeito com tanta alegria das bancadas do PSD por ter sido secretário de Estado.

Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado das Infraestruturas.

O Sr. **Secretário de Estado das Infraestruturas**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tendo ouvido aqui muitos *faits-divers*, desde os horários de voo de Faro até o PS andar a bloquear as soluções do aeroporto, eu acho que devemos focar-nos no que é essencial.

Confesso que nunca pensei que esta proposta de lei trouxesse tanta emoção, mas, enfim, fico contente.

Este é um regime basilar para o setor da aeronáutica e acho que, de facto, há aqui uma proposta do Governo e uma proposta do Livre. Nós temos de ser capazes de distinguir uma coisa da outra.

Acho que, desde logo, o Sr. Deputado Paulo Moniz explicou porque é que esta proposta é mais profunda, é mais vasta do que a do Livre. O Sr. Deputado não explicou — não está cá o Sr. Deputado Jorge Pinto —, mas, na verdade, a proposta do Livre até tem um erro, uma vez que tenta alterar um decreto-lei que nada tem a ver com o Aeroporto Humberto Delgado e, portanto, está formalmente errada. Enfim, se calhar, foi feita um bocadinho à pressa. Entendo que a nossa proposta é mais razoável. Nós mais do que duplicamos as coimas, há alguns casos em que aumentamos bem mais do que isso, em casos de especial dolo. Nós não eliminamos voos no Aeroporto Humberto Delgado, que seria manifestamente errado. A estratégia do Governo é clara: nós temos um aeroporto que é temporário, mas não o queremos limitar. Aliás, desde logo, devo notar, mais uma vez, que há aqui uma certa ligeireza da parte do Livre, que não entende que isto não pode ser feito com o atual enquadramento jurídico europeu. Não é assim que se faz, portanto, convém não entrarmos em incumprimento.

Há uma coerência com a visão para o setor e mais do que isto. Esta é uma proposta de lei que vai além de coimas, é uma proposta de lei que vai e que atua na simplificação: é possível fazer videoconferências, é possível simplificar, é possível conjugar os processos. Tudo isto ajuda a que seja mais eficaz. E isso é muito mais importante do que andarmos aqui a tentar sancionar de forma excessiva.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Está, assim, encerrado este ponto da ordem de trabalhos. Passamos ao ponto seguinte, que é o ponto 6, em que irão ser discutidas as Petições n.os 122/XVI/1.ª (Fernanda Margarida Neves de Sá e outros) — Solicitam o reconhecimento da fibromialgia como doença crónica incapacitante e o reforço dos direitos dos doentes com fibromialgia e 123/XVI/1.ª (MYOS – Associação Nacional Contra a Fibromialgia e Síndrome de Fadiga Crónica, APJOF – Associação Portuguesa de Fibromialgia, FIBRO – Associação Barcelense de Fibromialgia e Doenças Crónicas) — Políticas de saúde e inclusão social para pessoas com fibromialgia, juntamente com os Projetos de Resolução n.os 266/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas pelo reconhecimento dos direitos dos doentes portadores de fibromialgia, 983/XVII/1.ª (JPP) — Recomenda ao Governo a avaliação da implementação da norma da Direção-Geral da Saúde sobre fibromialgia e a adoção de uma estratégia nacional para a resposta clínica, funcional, laboral e social às pessoas com fibromialgia, 985/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo medidas de reconhecimento, sensibilização e melhoria da resposta às pessoas com fibromialgia, 989/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para reforçar a resposta pública dirigida às pessoas com fibromialgia, garantindo acesso a cuidados de saúde, proteção social e a respostas adequadas de inclusão e proteção social, 996/XVII/1.ª (L) — Recomenda o estudo da fibromialgia e a adoção de medidas destinadas a pessoas com fibromialgia, 998/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a fibromialgia e para a encefalomielite miálgica, 1000/XVII/1.ª (CDS-PP) — Recomenda ao Governo o reconhecimento da fibromialgia como doença crónica, 1001/XVII/1.ª (BE) — Recomenda ao Governo que sejam implementadas medidas para proteger e apoiar as pessoas com fibromialgia e 1003/XVII/1.ª (PS) — Pelo reforço das respostas à fibromialgia e pela melhoria do acompanhamento das pessoas afetadas.

Gostaria de informar a Câmara que se encontram a assistir ao debate, sentados na Galeria III, signatários de ambas as petições.

Aplausos gerais.

Para dar início ao debate, tem a palavra a Sr.ª Deputada Cláudia Estêvão, do Chega.

A Sr.ª **Cláudia Estêvão** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os peticionários, as associações que estão presentes e todos os cidadãos que trouxeram este tema à Assembleia da República.

Este debate que estamos a fazer neste momento nasce de duas petições: uma apresentada por Fernanda de Sá, com mais de 5000 subscritores, e outra apresentada pela Myos, pela APJOF e pela FIBRO, com mais de 8000 subscritores. Partem de experiências diferentes, mas apontam para o mesmo problema: Portugal continua sem uma resposta que funcione, na prática, para muitos doentes com fibromialgia.

Falamos de uma doença crónica, que não se confunde com o cansaço normal, nem com as dores próprias da idade. Falamos de dor persistente, fadiga incapacitante, um sono que não é recuperador, dificuldades de concentração e limitações que condicionam a vida laboral, a família e toda a atividade de vida das pessoas com esta doença. Falamos de pessoas que, mesmo depois do diagnóstico, quando o conseguem, continuam sem ser avaliadas com justiça e sem acesso a respostas de políticas públicas adequadas.

O Chega apresentou nesta legislatura a primeira iniciativa específica sobre fibromialgia. O nosso projeto de resolução responde ao essencial destas duas petições: reconhecer formalmente a fibromialgia como uma doença crónica, atualizar a Tabela Nacional de Incapacidades e a Tabela Nacional de Funcionalidade, e reforçar a formação especializada dos profissionais de saúde. Nenhum doente deve depender da maior ou menor sensibilidade dos profissionais com que contacta, tem de ter uma avaliação individual, funcional e clinicamente fundamentada. Há doentes que conseguem trabalhar com adaptações, mas há outros que enfrentam limitações demasiado severas, que não lhes permitem a mesma vida.

Há contributos muito importantes nos vários projetos em discussão, mas para estes doentes o que conta é ter um diagnóstico, ser bem avaliados numa junta médica, ter adaptações no trabalho quando precisam e encontrar profissionais preparados que reconheçam a doença e os saibam acompanhar.

Hoje, esta Assembleia tem a oportunidade de assumir um compromisso: levar a fibromialgia a sério nas consultas, nas juntas médicas, no trabalho e nas decisões públicas. É esse o compromisso que o Chega pede a este Parlamento.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os signatários das petições ora em discussão.

Falamos hoje de milhares de portugueses que vivem todos os dias com dor persistente, fadiga extrema, incompreensão social e, demasiadas vezes, abandono institucional. Falamos de pessoas com fibromialgia, uma doença real, uma doença incapacitante em muitos casos. Uma doença que continua, infelizmente, a ser desvalorizada por falta de conhecimento, por ausência de respostas adequadas e por uma cultura administrativa que continua, demasiadas vezes, a exigir provas invisíveis a quem diariamente vive em sofrimento e com um sofrimento bem concreto.

Existe uma norma da Direção-Geral da Saúde, desde 2016, mas a verdade é que continuam a chegar até nós relatos de atrasos de diagnóstico, dificuldades no acesso a cuidados diferenciados, falta de uniformidade nas juntas médicas e discriminação no contexto laboral.

É precisamente por isso que o JPP traz hoje esta iniciativa. Não estamos aqui para defender automatismos nem privilégios, estamos aqui para exigir justiça, avaliação séria e dignidade no tratamento destas pessoas.

Queremos saber se a norma está, efetivamente, a ser aplicada, queremos equipas multidisciplinares preparadas, queremos formação para profissionais de saúde e juntas médicas e queremos critérios de avaliação funcional que olhem para a realidade da vida das pessoas e não apenas para os exames complementares.

Quem vive com fibromialgia não precisa de desconfiança do Estado; precisa, acima de tudo, de acompanhamento, de respeito e de respostas humanas, e uma sociedade decente mede-se pela forma como trata quem vive com maior fragilidade. Não podemos aceitar que milhares de portugueses continuem presos entre a dor, a burocracia e a indiferença.

Está na hora de transformar este reconhecimento formal em resposta concreta e dar voz a milhares de pessoas que vivem diariamente entre a dor e a incompreensão e está na hora de dar dignidade às pessoas, porque mais do que uma resposta política é o respeito e o direito a cuidados justos para quem tantas vezes se sente invisível.

Aplausos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 985/XVII/1.ª (PSD) — Recomenda ao Governo medidas de reconhecimento, sensibilização e melhoria da resposta às pessoas com fibromialgia, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Seabra, do PSD.

A Sr.ª **Joana Seabra** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Um cumprimento especial às pessoas presentes nas galerias e um agradecimento especial aos Srs. Peticionários por terem trazido este tema à Assembleia da República, dando voz a uma realidade tantas vezes silenciosa e incompreendida.

A fibromialgia não é apenas dor, é acordar com o corpo a pesar toneladas, como se tivesse passado a noite inteira a lutar contra algo invisível; é haver dias em que o simples toque da roupa na pele parece agressivo, em que o peso dos lençóis parece demasiado, em que o barulho mais pequeno parece um trovão dentro da cabeça; é sentir o corpo pesado, como se cada gesto exigisse um esforço desmedido; é viver com dores persistentes, fadiga extrema, dificuldade de concentração e ansiedade perante tarefas simples do quotidiano; é deixar de conseguir brincar com os filhos como antes; é faltar ao trabalho, porque o corpo não responde; é cancelar encontros, abdicar de sonhos, reorganizar prioridades, medir gestos, escolher o que vale o esforço e, muitas vezes, a dor mais profunda é a dor de não ser acreditado – aliás, muitos doentes relatam situações de desvalorização dos seus sintomas, incompreensão clínica e dificuldade no acesso a respostas adequadas.

Trata-se de uma doença escondida aos olhos de muitos, mas profundamente incapacitante para quem dela sofre.

Uma professora descrevia recentemente aquilo que vive todos os dias, em como a doença afeta a vida de quem com ela convive e em como passou a ser condicionada por uma doença invisível: muitas vezes, ao entrar numa sala de aula sente uma dor tão intensa nos braços que já não consegue escrever no quadro; subir as escadas é um esforço enorme; tarefas simples como lavar o cabelo ou dobrar a roupa transformaram-se em verdadeiros desafios; o que antes fazia em dois dias, agora faz em duas semanas, mas o mercado de trabalho não espera duas semanas, a sociedade não espera duas semanas e a vida não para.

Sr.as e Srs. Deputados: Em Portugal, a fibromialgia afeta cerca de 1,7 % da população, sendo uma doença crónica que se manifesta acompanhada de uma constelação de sintomas.

Ao longo de demasiados anos e de sucessivos Governos, sobretudo governos socialistas, esta realidade foi sendo ignorada, adiada e desvalorizada. Muitos destes doentes continuaram sem reconhecimento adequado, sem respostas articuladas e sem o apoio social compatível com o impacto incapacitante da doença nas suas vidas.

Sabemos hoje que esta é uma condição real, complexa e incapacitante para muitas pessoas e sabemos também que exige acompanhamento multidisciplinar, informação, empatia e respostas integradas.

É importante dizer que este Governo tem procurado reforçar uma visão mais humanizada e integrada da resposta em saúde, valorizando a literacia em saúde, o acompanhamento das doenças crónicas e a proximidade aos portugueses, mas também sabemos que há caminho a percorrer.

Foi, precisamente, neste espírito que o Grupo Parlamentar do PSD apresenta este projeto de resolução.

Propomos medidas concretas de sensibilização e formação pública sobre a fibromialgia; reforço da formação dos profissionais de saúde; melhor reconhecimento das necessidades específicas destes doentes nas áreas da saúde, educação e inclusão social; maior articulação entre entidades públicas; avaliação na criação do dia nacional de fibromialgia, a 12 de maio; e a constituição de um grupo de trabalho com envolvimento das associações representativas.

Hoje, mais do que discutir uma patologia, estamos a discutir dignidade, reconhecimento e o direito de milhares de pessoas serem vistas, ouvidas e acompanhadas com respeito. Hoje, transformamos o invisível em visível.

Aplausos do PSD, com alguns Deputados de pé, e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 989/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para reforçar a resposta pública dirigida às pessoas com fibromialgia, garantindo acesso a cuidados de saúde, proteção social e a respostas adequadas de inclusão e proteção social, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Cumprimento os peticionários que nos acompanham nas galerias, agradecendo não só a promoção destas iniciativas — ambas as petições demonstram a importância da participação cidadã, que é um papel fundamental na Assembleia da República, que é um espaço que deve ser de escuta e de amplificação das preocupações da sociedade civil —, como também, ao trazerem este tema ao Parlamento, a oportunidade que nos dão de discutir, mais uma vez, as condições de saúde, em particular de milhares de pessoas que vivem com fibromialgia e que continuam a enfrentar quotidianamente as dificuldades de uma doença que, apesar de silenciosa, é incapacitante — não podemos ignorá-lo — e que implica também o acesso a respostas sociais que sejam adequadas e específicas para as suas particularidades.

Sabemos que, no presente momento, o SNS (Serviço Nacional de Saúde) enfrenta enormes desafios, que vão desde a escassez de profissionais às dificuldades no acesso a cuidados de saúde, mas não podemos aceitar que as limitações orçamentais ou os cortes no investimento sirvam de justificação para ignorar necessidades que permanecem até hoje sem resposta.

Por isso mesmo, Sr.as e Srs. Deputados, em períodos de maior pressão sobre os recursos públicos, não podemos deixar para trás áreas que permitem identificar mais cedo as doenças, melhorar a qualidade de vida das pessoas e evitar o agravamento das suas condições de saúde.

É precisamente neste contexto que se torna ainda mais importante investir na prevenção, na sensibilização, na formação dos profissionais, no diagnóstico atempado, evitando o agravamento das situações e promovendo uma maior qualidade de vida para as pessoas afetadas.

Por reconhecermos estas dificuldades, o PAN apresentou esta iniciativa que recomenda ao Governo o reforço da resposta pública às pessoas com fibromialgia ao nível da saúde, da proteção social, da inclusão e da sensibilização.

Continuaremos a acompanhar as reivindicações da sociedade civil e das associações representativas, defendendo medidas que contribuam para melhorar a qualidade de vida das pessoas com fibromialgia aos níveis pessoal, familiar, social, educativo e profissional, e esperamos que o amplo consenso que demonstram as várias iniciativas hoje aqui discutidas resultem em medidas concretas para a melhoria do vosso dia a dia.

Aplausos do JPP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 996/XVII/1.ª (L) — Recomenda o estudo da fibromialgia e a adoção de medidas destinadas a pessoas com fibromialgia, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Caras e Caros peticionários, representantes das associações e todas as pessoas com fibromialgia e as suas famílias que hoje estão presentes: Quero começar por agradecer o vosso trabalho, que trouxe o tema da fibromialgia ao Parlamento.

Chegar a este debate não foi fácil, porque quem vive com fibromialgia conhece bem a dificuldade em ver a sua doença e a sua dor reconhecidas.

As duas petições hoje em discussão mostram-nos bem o que tantas pessoas relatam: percursos longos no Serviço Nacional de Saúde, diagnósticos tardios, respostas clínicas pouco articuladas, mas também dificuldades no trabalho e na gestão do dia a dia.

Estamos a falar de uma realidade com forte dimensão, pois a fibromialgia afeta 2 a 8 % da população mundial, sendo 80 % a 90 % dos casos diagnosticados em mulheres entre os 20 e os 50 anos.

Em Portugal, embora faltem dados, as estimativas apontam para uma prevalência entre 1,7 % e 6 % da população adulta. Sabemos, no entanto, que muitos casos permanecem subdiagnosticados, quer pela

complexidade clínica da doença, quer pelo desconhecimento sobre a mesma entre profissionais e a população em geral.

A fibromialgia constitui, assim, um desafio significativo para o Serviço Nacional de Saúde.

Em resposta a estas dificuldades, duas petições foram apresentadas à Assembleia da República em 2024, solicitando o reconhecimento da fibromialgia como doença crónica incapacitante e propondo políticas de saúde e inclusão social para os afetados.

Nós concordamos e acompanhamos as preocupações dos peticionários, por isso, o Livre apresenta um projeto de resolução que recomenda o estudo da doença e a adoção de medidas destinadas a melhorar a vida das pessoas com fibromialgia.

Em concreto, recomendamos ao Governo que realize um estudo nacional sobre a doença para obter dados precisos sobre a prevalência, a distribuição geográfica e a qualidade de vida das pessoas afetadas; que inclua no estudo uma análise detalhada do impacto socioeconómico da fibromialgia, considerando os custos diretos e indiretos associados à doença, bem como o seu impacto no trabalho e na economia; e, muito importante, que inclua a fibromialgia na lista de doenças crónicas, melhorando, assim, o acesso dos utentes a cuidados de saúde adequados e apoios sociais; e, por fim, que incentive a formação e capacitação dos profissionais das diversas áreas da saúde sobre fibromialgia.

Com estas recomendações pretendemos dar um passo para que esta doença deixe de ser invisível nas políticas públicas e na proteção social e que se reconheça e responda melhor às pessoas que sofrem com esta doença.

Aplausos do L e do JPP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para apresentar o Projeto de Resolução n.º 998/XVII/1.ª (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a fibromialgia e para a encefalomielite miálgica, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Quero, naturalmente, começar esta intervenção por saudar os peticionários e a iniciativa de trazerem este tema à Assembleia da República. Creio que, ao longo de todos estes anos, tem sido um trabalho com o objetivo de sensibilizar e consciencializar para os impactos desta doença, que afeta muitas e muitas pessoas no nosso País e que não têm tido, até ao momento, a resposta a que têm direito, por isso, queria dirigir esta saudação.

A fibromialgia continua a ser desvalorizada, apesar de ser uma doença crónica e debilitante que pode mesmo condicionar a vida e a atividade profissional dos doentes.

Os sintomas que resultam da doença — a dor, a fadiga, as alterações à memória e à capacidade de concentração — afetam bastante o dia a dia dos doentes com fibromialgia, seja nos locais de trabalho onde, por diversas vezes, são objeto de incompreensões, seja nas unidades de saúde, em que não são poucas as vezes em que há uma subvalorização dos sintomas, diagnóstico e encaminhamento tardio.

O desinvestimento no SNS, que se reflete na sua perda de capacidade e na carência de profissionais de saúde, também é sentido pelos doentes com fibromialgia, nomeadamente na insuficiente capacidade de resposta dos serviços de reumatologia, neurologia ou nas unidades de medicina da dor.

Estas dificuldades são sentidas também no agendamento das juntas médicas para avaliação do grau de incapacidade.

Nos locais de trabalho é frequente as entidades patronais recusarem adaptar as condições de trabalho às necessidades específicas de cada doente, surgindo, muitas vezes, situações de assédio laboral, de baixas médicas, de agravamento dos quadros psicológicos, podendo até conduzir a despedimentos, deixando os doentes com fibromialgia numa situação de maior vulnerabilidade face à perda de rendimento e à deterioração das suas condições de vida.

Atendendo às dificuldades com que os doentes com fibromialgia se confrontam, o PCP decidiu acompanhar a discussão destas petições com um projeto de resolução onde recomenda que sejam adotadas pelo Governo um conjunto de medidas concretas, nomeadamente que haja, de facto, o efetivo reconhecimento da fibromialgia como doença crónica e incapacitante, a atualização da Tabela Nacional de Incapacidades e da Tabela Nacional da Funcionalidade, tendo em conta as especificidades desta doença, o reforço da capacidade para a realização

das juntas médicas, o reforço da capacidade de resposta nas áreas de reumatologia, neurologia, da medicina da dor, e que seja assegurada à cobertura nacional a formação e a sensibilização, nomeadamente dos profissionais de saúde.

Com o reconhecimento da fibromialgia como doença crónica, os doentes passam a ser protegidos também pela legislação laboral, no que diz respeito à obrigação da entidade patronal em adotar medidas e horários adequados às necessidades destes trabalhadores.

Nós estamos aqui a falar de quando se coloca este conjunto de questões, quer no que diz respeito aos aspetos da saúde, mas também dos seus direitos enquanto trabalhadores, questões que são de direito. Eu queria, sobretudo, salientar esse aspeto neste debate.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Queria, em primeiro lugar, cumprimentar os peticionários, cumprimentar também os doentes e as doentes com fibromialgia. Os peticionários, por nos alertarem, mais uma vez, para esta questão e por desencadearem este processo que, como veem, gera uma unanimidade no tratamento parlamentar e iniciativas dos vários grupos parlamentares. E os doentes porque merecem a nossa palavra mais significativa.

A doença é uma doença difícil, uma doença reumática, uma doença de causa desconhecida, uma doença de diagnóstico difícil, uma doença com manifestações que se refletem diretamente no dia a dia das pessoas, com dias muito mais difíceis, difíceis de suportar e com outra dificuldade de suportar, que é a incompreensão da doença que, seja pela sua natureza diferente, seja pela dificuldade do seu diagnóstico, há ainda muita incompreensão para com as pessoas que têm esta doença.

Como já foi dito também, estamos a falar — e a dificuldade de diagnóstico não ajuda nisso — de uma incidência de 2 a 6 % da população adulta em Portugal e, portanto, merece um tratamento que, da parte do Grupo Parlamentar do CDS, já tínhamos há mais de 10 anos, na XII Legislatura, quando apresentámos uma iniciativa sobre esta matéria. O PSD apresentou também na altura, curiosamente da última vez que os dois partidos tinham tido responsabilidades governativas. Infelizmente, daí para a frente não se avançou muito e as pessoas que sofrem desta doença continuam a estar muito excluídas. Por isso, nós entendemos que a primeira questão relevante é a avaliação da possibilidade e da concretização da inclusão da fibromialgia na lista das doenças crónicas e, assim, fazer-se um caminho para que haja, tal como para outras doenças crónicas, não só a compreensão, como a compensação e o apoio necessários a estas pessoas.

Depois, para uma população específica, os mais jovens, a questão do acesso às necessidades especiais de saúde, para poder também haver um acompanhamento e um enquadramento compatíveis com aquilo que é a incidência da doença.

E, por último, também a formação dos profissionais de saúde, para que possam também dar a assistência mais adequada a quem sofre de fibromialgia.

Pensamos, assim, estar a contribuir para ir ao encontro daquilo que são os desejos dos peticionários, mas, acima de tudo, de justiça e apoio para quem sofre desta doença.

Aplausos do CDS-PP e do Deputado do PSD Paulo Moniz.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, já chegou! Fez greve durante duas horas e voltou!

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Parcial.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Uma greve parcial!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento, de forma bastante calorosa, as peticionárias e os peticionários aqui hoje presentes.

Sr.as e Srs. Deputados, imaginem acordar todos os dias com dores no corpo inteiro, não numa articulação, em todo lado, acompanhadas de um cansaço que não passa com o descanso, noites sem sono reparador e uma névoa na cabeça que dificulta o pensamento. E imaginem ainda que quando procuram ajuda, muitas vezes ouvem que não têm nada ou são empurradas para a psiquiatria, como se estivessem a alucinar.

Esta é a vida de milhares de portugueses que vivem com fibromialgia. Na verdade, de milhares de portuguesas, porque na sua esmagadora maioria são mulheres.

A Organização Mundial de Saúde reconhece esta doença desde 1992, desde 2022 classifica-a como sendo crónica e, no entanto, no nosso País, ainda há tanta gente que duvida que ela exista, mesmo com uma norma da própria Direção-Geral da Saúde, que é simplesmente ignorada. Mais de 13 000 pessoas assinaram petições a pedir uma coisa simples e tão séria e tão necessária: que sejam levadas a sério. E é por isso que trazemos aqui propostas concretas. Reconhecer formalmente a fibromialgia como doença crónica, criar orientações claras para os profissionais de saúde, garantir acesso aos cuidados de saúde e adaptar o trabalho e a escola a quem vive com esta doença.

Reconhecer a dor de alguém é o primeiro passo para a aliviar. Estas pessoas esperam há mais de 10 anos, não podem esperar mais. É tempo de a Assembleia da República estar à altura da dor e da dignidade que estas pessoas merecem.

Aplausos do Deputado do L Jorge Pinto.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Irene Costa, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Irene Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Quero começar por saudar todos os peticionários, as associações de doentes, os profissionais de saúde e, muito em especial, todas as pessoas que vivem com fibromialgia.

A petição que hoje discutimos tem dois méritos que queremos sublinhar. Por um lado, traz ao centro do debate parlamentar uma realidade que continua a marcar a vida de centenas de milhares de portugueses. Estima-se que esta doença poderá afetar mais de 300 000 pessoas no nosso País, pessoas que vivem com dor persistente, fadiga, limitações funcionais, uma doença que afeta a vida profissional, a vida familiar, uma doença complexa, muitas vezes invisível aos olhos dos outros e, por isso, tantas vezes incompreendida.

Por outro lado, esta petição tem o mérito também de mobilizar esta Assembleia. Da esquerda à direita, os vários projetos de resolução hoje em discussão mostram que, para lá das divergências partidárias, existe uma consistência comum de que a fibromialgia exige mais atenção, mais conhecimento e melhores respostas.

A Assembleia da República já se pronunciou anteriormente sobre esta matéria. É verdade que houve passos importantes no reconhecimento clínico da fibromialgia, mas reconhecemos que esse caminho, além de longo, não teve ainda a concretização necessária na vida dos doentes e das suas famílias. Persistem dificuldades no acesso aos cuidados, no reconhecimento da doença e na efetivação dos direitos das pessoas que vivem com fibromialgia.

É talvez essa a principal mensagem destas duas petições. Não basta reconhecer no papel. É preciso garantir que esse reconhecimento chegue às consultas médicas, aos cuidados de saúde primários, chegue às juntas médicas, à medicina do trabalho, à segurança social, que chegue, de facto, e efetivamente, à vida concreta das pessoas.

Sabemos bem que os últimos anos foram particularmente exigentes para o Serviço Nacional de Saúde, condicionando respostas e prioridades. Mas isso não diminui a responsabilidade coletiva de recuperarmos esse caminho. Pelo contrário, torna ainda mais evidente essa necessidade de o fazer agora, com mais conhecimento, mais compromisso e respostas efetivas para os doentes.

Mas, Sr.as e Srs. Deputados, esta é uma matéria em que devemos evitar respostas simplistas. Não podemos transformar uma doença complexa numa solução automática, desligada da avaliação clínica e funcional de cada pessoa. O caminho deve ser o do reconhecimento, sim, da dignidade, sim, mas também do rigor, da proporcionalidade e da justiça. E é neste sentido que se alinha a iniciativa do Partido Socialista. Uma iniciativa

que pretende reforçar o acompanhamento às pessoas com fibromialgia, pretende melhorar a articulação entre cuidados primários e cuidados hospitalares, que pretende investir na formação dos profissionais de saúde, aprofundar o conhecimento sobre o impacto desta doença na vida das pessoas e das suas famílias. Uma iniciativa que procura promover avaliações mais justas e uniformes da funcionalidade, da incapacidade, que pretende combater o estigma e reforçar o diálogo com as associações representativas de doentes, para que as políticas públicas possam responder de forma mais próxima, mais informada, mais humana a todos aqueles que vivem com esta doença.

A todos os peticionários deixamos uma palavra de respeito. Cabe agora ao Parlamento e ao Governo transformar o reconhecimento em propostas concretas e, acima de tudo, transformar o reconhecimento em respostas humanas para todos os que vivem com fibromialgia.

Aplausos do Ps.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os peticionários, assim como as associações de doentes que nos trouxeram as petições em discussão. E deixando já clara a posição da Iniciativa Liberal, nós acompanhamos o sentido das várias iniciativas que são propostas.

A fibromialgia é uma doença real, crónica, muitas vezes invisível para os outros, mas muito presente na vida de quem dela sofre. Falamos de dor generalizada, de fadiga, de limitações funcionais e cognitivas, de dificuldades na vida pessoal, familiar e social. E falamos também de muitos doentes que, durante demasiado tempo, sentiram que a sua dor era desvalorizada, que os sintomas eram pouco compreendidos ou que o sistema não estava preparado para lhes dar uma resposta.

E por isso, sim, faz sentido falar de mais informação, faz sentido falar de formação dos profissionais de saúde, faz sentido melhorar a avaliação funcional e o reconhecimento das incapacidades, faz sentido discutir adaptações no trabalho quando a condição clínica o justifica, e faz sentido garantir que todos os doentes e as suas famílias não ficam sozinhos perante uma doença que pode ter um impacto tão grande na sua qualidade de vida.

A Iniciativa Liberal acompanha todas estas preocupações. Importa dizer, no entanto — e esta é a nossa posição em todas estas matérias —, que estas respostas não podem depender nunca da doença que se tem. Sim, devem existir todos os apoios para a fibromialgia, mas também para todas as outras doenças que não conseguem chegar aqui ao Parlamento. Devem existir para todas as pessoas com doenças crónicas, incapacitantes, recorrentes, permanentes ou intermitentes, sempre que tenham um impacto real na sua vida, na sua autonomia e na sua capacidade de trabalhar.

Novamente, volto a dizer que este Parlamento deve ter cuidado com a lógica de responder doença à doença, porque essa lógica, mesmo quando é bem intencionada, vai criar desigualdades entre doentes. O critério não deve ser a doença, o critério deve ser a forma como as doenças limitam as pessoas.

Sr.as e Srs. Deputados, apoiar quem vive com fibromialgia é justo e é também uma oportunidade para melhorar a resposta a muitas outras pessoas que vivem com doenças crónicas. E é por isso que nós acompanhamos todas estas iniciativas. Mas este caminho deve ser feito com coerência, com justiça e com soluções que sirvam todos os doentes que delas precisam.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Sónia Monteiro, do Chega.

A Sr.ª **Sónia Monteiro** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Peticionários: A fibromialgia não é só uma dor constante, é também a humilhação que vocês passam diariamente quando não acreditam nas vossas queixas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Sónia Monteiro** (CH): — Uma doença que afeta os vossos pais, os vossos companheiros e os vossos filhos, que vos veem a sofrer. Uma dor que não é só no corpo, mas nos olhos e na alma, e eles sofrem também porque não vos podem ajudar. Os vossos filhos crescem demasiado depressa porque aprendem cedo o que é viver com uma doença dentro de casa. É preciso garantir-lhes dignidade e melhores condições de vida e que nunca se sintam abandonados.

Apelo à aprovação do nosso projeto, que visa contribuir para isso mesmo, melhorar a qualidade de vida das pessoas com fibromialgia e das suas famílias.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Chegamos assim ao fim deste debate, agradeço às pessoas que assistiram das galerias a vossa presença.

Passamos ao ponto 7 da nossa ordem do dia, que, além de ser o sétimo é também o último e trata da discussão das Petições n.os 127/XV/1.ª (Maria João Gomes Viegas) — Programa Mais Habitação – Pela recuperação e utilização dos imóveis devolutos do Estado e 104/XVI/1.ª (André Filipe Escoval Duarte e outros) — Pelo direito à habitação em Portugal, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.os 118/XVII/1.ª (CH) — Procede ao alargamento da isenção de IMT prevista no Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT) e 633/XVII/1.ª (BE) — Promoção de verdadeiras rendas moderadas (altera o Decreto-Lei n.º 97/2026, de 30 de maio de 2026), e com os Projetos de Resolução n.os 219/XVII/1.ª (L) — Recomenda a realização urgente do levantamento exaustivo das famílias em situação de vulnerabilidade habitacional, 987/XVII/1.ª (IL) — Recomenda a criação de um regime de cedência de imóveis devolutos do Estado para valorização e arrendamento, 988/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a criação de um programa nacional de levantamento, transferência e reabilitação de património público habitacional devoluto, com prioridade aos bairros do Estado abandonados, 990/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para garantir o direito à habitação e a disponibilização do património público devoluto para fins habitacionais, 997/XVII/1.ª (L) — Recomenda a afetação de património devoluto do Estado para o parque público de habitação e 999/XVII/1.ª (PCP) — Travar a especulação, garantir e proteger o direito à habitação.

Encontram-se também presentes nas galerias subscritores destas petições, que peço à Câmara para saudarem, por favor.

Aplausos gerais.

Para abrir o debate, tem a palavra o Sr. Deputado que o Chega entender e indicar.

Pausa.

Tem assim a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Tilly, do Chega.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Se queremos ajudar os jovens a fixarem-se no seu País, chega de proclamações vazias e vamos pôr mãos à obra. Se nada fizermos, a sangria desatada da inteligência jovem e criativa continuará.

A juventude mais qualificada de sempre continuará a abandonar Portugal para ir desenvolver outros países, cada vez mais desenvolvidos. Isto não pode continuar, nós temos de mudar de rumo.

Portugal não se desenvolve importando mão de obra barata, desqualificada e com uma produtividade cada vez mais baixa. Portugal desenvolve-se com a fixação da nossa melhor inteligência, estancando de vez o êxodo da nossa juventude qualificada.

Portugal paga a formação e a qualificação dos nossos jovens, que outros países recebem sem pagarem um tostão por essa qualificação. Isto é o suicídio de um país.

Em termos de políticas de habitação, Portugal vira à esquerda há 50 anos, em vez de seguir em frente, na senda do progresso. Virar à esquerda uma vez é estagnar, outra vez é andar para trás. E quem vira à esquerda

tem de ser ultrapassado pela direita. Por isso, o Chega apresenta este projeto de lei e este projeto de resolução, tendentes a seguir em frente, mostrando aos portugueses, e sobretudo aos nossos jovens, uma luz ao fundo deste tenebroso túnel.

Temos de ajudar os jovens a conseguirem a sua casa, quer com as soluções do edificado devoluto do Estado, como está no nosso projeto de resolução, quer através do alargamento de isenção do IMT (imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis), que propomos no nosso projeto de lei. Isto porque são os jovens qualificados que nos tirarão da cauda da Europa, não são os subsídio-dependentes e não é a imigração desqualificada; serão os engenheiros, os técnicos superiores, os médicos, os enfermeiros, os professores, os arquitetos e os economistas de topo que estão a abandonar este País.

Portugal tem uma história de 900 anos e um futuro ainda maior, mas precisamos do nosso melhor. E, para isso, temos de lhes dar condições.

Recordem: quem vira constantemente à esquerda anda para trás e quem se encosta à esquerda tem de ser ultrapassado pela direita.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Há palavras que o Governo usa como anestesia, e «moderada» é uma delas. Soa a equilíbrio, a bom senso, e serve exatamente para adormecer a pergunta a que o Governo nunca responde: a renda moderada do Governo é moderada em relação a quê?

Uma renda de 2300 € por mês é mais do dobro do salário mínimo. Em relação ao que a própria lei chama «acessível», em Lisboa, um T2 custa 1150 € e o Governo pegou nesse número e multiplicou-o por dois — foi essa a moderação.

Reparem na escolha que foi feita: o Estado já tinha um critério para a renda compatível com o direito à habitação — a renda acessível —, com limites por concelho e por tipologia, que o próprio Código do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) usa para outros benefícios; estava ali, à mão, mas o Governo preferiu inventar um número ao lado, 2300 €, igual em Bragança e em Lisboa, e foi a esse que chamou «moderado».

Por trás dessa palavra está a maior transferência de dinheiro público para senhorios, em décadas, sem que nenhum inquilino veja a renda descer 1 cêntimo. Quando se subsidia o preço sem condicionar o preço, o mercado engole o benefício e devolve-o em inflação.

O teto de 2300 € não contém as rendas; diz-lhes até onde podem ir e subsidia a viagem.

O Bloco propõe o óbvio: dirigir o benefício ao critério da renda acessível por tipologia e concelho. Quem cobra renda acessível mantém tudo, quem cobra o dobro deixa de ser pago pelo Estado para o fazer.

Devolvemos a esta lei a verdade das palavras, porque uma renda só é moderada se o for para quem a paga.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Querias palmas?! Com uma intervenção dessas?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Caras e Caros Concidadãos nas galerias: Este é mais um debate sobre habitação, sobre esta coisa tão básica e tão necessária como uma casa.

Os debates sucedem-se e os preços aumentam.

A oposição, incluindo o Livre, apresenta propostas, que são chumbadas ou não são implementadas, e os preços aumentam. O Governo apresenta propostas e os preços aumentam.

Esta que devia ser uma prioridade nacional continua a ser arrastada, e os preços a aumentar. Por isso, quero saudar os peticionários por trazerem aqui a questão do direito à habitação e por, todos os dias, na rua, garantirem o direito a uma habitação digna e lembrarem a todas as pessoas que a necessidade mais básica que temos é uma casa.

Em 2025, os preços aumentaram 17,6 %, o maior crescimento desde que há registo. Enquanto os preços sobem, os rendimentos não acompanham. O rendimento médio do vencimento base em Portugal é cerca de 1300 €, fazendo com que as famílias vivam pressionadas entre o aumento generalizado do custo de vida e as despesas incomportáveis da habitação. Ainda assim, o Governo parece viver numa bolha.

Num país onde as famílias esticam os salários para chegarem até ao fim do mês, o Governo decidiu que 2300 € é uma renda «moderada» e oferece benefícios fiscais a promotores imobiliários com imóveis para habitação própria e permanente até aos 650 000 €.

Anunciam sucessivas reformas que, dois anos depois, não travam os preços da habitação, muito pelo contrário.

As políticas do Governo não baixam as rendas, apenas estão a legitimar os preços elevados praticados no mercado. E as consequências estão à vista de todos: as pessoas são empurradas para longe dos seus locais de trabalho, para longe dos seus amigos, para longe dos vizinhos, para longe das escolas dos filhos; aumenta o tempo de deslocação; aumenta o cansaço; muitos regressam a casas de familiares; outros recorrem a soluções desesperadas, sujeitando-se a viver em construções precárias, informais e indignas, como há muito não víamos — e depois, essas casas precárias, que construíram com as suas mãos, são demolidas, sem alternativas reais e decentes.

Nesta absoluta emergência de habitação, são precisas respostas urgentes: é preciso o levantamento imediato e exaustivo das famílias em risco de vulnerabilidade habitacional; é preciso mobilizar o Fundo de Emergência para a Habitação, para apoiar quem perdeu a casa e para evitar que outros a percam; é preciso dar resposta às necessidades das famílias mais vulneráveis, com especial atenção às famílias monoparentais; e precisamos também de políticas estruturais.

Num momento em que o País precisa desesperadamente de mais habitação pública, o Governo opta por vender património do Estado com potencial para habitação e localizado nos centros das cidades. Em vez de ceder estes imóveis às autarquias— como fez, e bem, com o antigo edifício do Conselho de Ministros, em que a propriedade passou para a Câmara Municipal de Lisboa —, vende-o, abdicando de ser um ator interventivo numa política de aumento do parque habitacional público. O Governo tem de parar de vender imóveis que podem ser casas. Este património tem de ser para habitação pública, reforçando o parque público de habitação.

É preciso informação detalhada e atualizada sobre os imóveis do Estado com potencial de uso habitacional identificados pela ESTAMO, porque num momento de escassez de habitação acessível o Estado não pode vender casas, tem de as colocar ao serviço da população.

A crise da habitação só se resolve mudando políticas públicas e colocando o Estado do lado de quem precisa de uma casa para viver. Não é o que o Governo tem feito nestes dois anos.

Aplausos do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, o resto? Está tudo em greve?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Queria agradecer aos peticionários que vieram defender o direito à habitação e apontar o dedo aos devolutos do Estado, o que desde sempre foi uma das bandeiras da Iniciativa Liberal.

Qualquer um dos Srs. Peticionários que quisesse comprar um terreno para construir uma casa, no seu direito à habitação, teria de pagar IMT, pagar imposto do selo e avançar com um processo de licenciamento na câmara onde estivesse o terreno. Depois, teria de pagar a taxa de apreciação do projeto, a taxa de licenciamento da obra, a taxa de compensação urbanística e infraestrutura — boa sorte com esta, porque é uma lotaria — e a emissão do alvará, sem se esquecer de pagar a taxa de ocupação da via pública.

Protestos de Deputados do PSD.

Tudo isto bem betonado com o IVA (imposto sobre o valor acrescentado) da construção.

E quando acharem que já podem celebrar o vosso direito à habitação, não se esqueçam do IMI (imposto municipal sobre imóveis), todos os anos, que pode ser agravado caso tenham a casa devoluta.

Mas e o Estado? O Estado, esse, está isento de praticamente tudo. Isento de taxas municipais, porque está isento do processo de licenciamento; isento de IMI; isento de IMI agravado; isento de ter um inventário completo daquilo que tem; isento de saber o que tem; e isento de ser penalizado por qualquer prazo que falhe.

Estamos, há anos, a falar dos imóveis devolutos do Estado. Há anos que se diz que «é desta» e há anos que, entre ministérios, institutos, direções, ninguém sabe responder às perguntas seguintes: quantos devolutos tem o Estado? E o poder local? Qual a localização desses devolutos? Qual o valor patrimonial de todas estas propriedades? Que uso têm? Podem ser convertidos em habitação? Qual é o grau de habitabilidade?

A Iniciativa Liberal apresenta esta sua proposta pela terceira vez. Tanto o PS como o PSD já tiveram sentidos de voto diferentes perante o mesmo documento. Vamos ver como fazem desta vez, apesar de estar no Programa do Governo.

A Iniciativa Liberal defende o mesmo que qualquer português que olhe para uma qualquer ruína que pertence ao Estado: acabem de fazer um inventário completo do património público, de uma vez por todas!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Em setembro!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Se não lhe derem utilidade, então, saiam da frente e deixem que os outros o reabilitem, porque uma ruína pública não serve ninguém, mas um prédio reabilitado abriga famílias.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por saudar os peticionários e as peticionárias destas iniciativas, que nos relembram que o direito à habitação — tantas vezes aqui debatido e também constitucionalmente consagrado — é um direito que, apesar de tudo, continua distante. E continua distante não apenas na falta de oferta, mas também na malha burocrática em que, tantas vezes, se esbarra quando se pretende concluir processos de licenciamento ou obter informação cadastral sobre, entre outras dimensões, as casas devolutas do Estado, que continuam a não estar ao serviço da população.

Olhamos para os dados e aquilo que verificamos é que Portugal continua entre os países com o maior aumento do preço de habitação da Europa. Nisso, sim, somos campeões!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Somos os campeões há 50 anos!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Aliás, nos últimos dias foi noticiado que Portugal registou a terceira maior subida do preço das casas entre quase 60 países analisados, enquanto o Banco Central Europeu voltou a alertar para a pressão causada pela escassez da habitação e também para o crescimento dos preços acima da capacidade financeira de muitas famílias.

Mas Sr.as e Srs. Deputados, ao mesmo tempo que milhares de famílias enfrentam dificuldades crescentes para encontrar uma casa a preços compatíveis com os seus rendimentos, continuam a existir falhas graves na mobilização do património público para responder a esta crise e, acima de tudo, na desburocratização administrativa.

Não deixa de ser curioso que tantas vezes falemos em simplificação e que falemos também em fiscalidade, mas que poucas vezes vamos a esta dimensão do problema: não só temos já mais de 56 000 habitações identificadas como sendo do Estado que estão fechadas — aliás, o próprio Ministério das Finanças deu essa indicação — como, por outro lado, aquelas que são identificadas são vendidas, enquanto as demais continuam fechadas e inacessíveis em termos de oferta pública.

É também para combater estes fenómenos que o PAN hoje propõe que se conclua este cadastro, mas também que se crie uma bolsa pública de imóveis do Estado, que possa estar ao serviço da população, com técnicos adstritos que permitam facilitar este mesmo acesso.

É importante que existam processos rigorosos, transparentes, sobre o potencial e o fim de cada habitação, mas perante toda esta inação há uma dimensão que não podemos ignorar, que compromete o acesso à habitação, e que se prende com a dimensão administrativa, tantas vezes esquecida. Não podemos continuar a ter autarquias que demoram anos a fio para concluir processos de licenciamento e, com isso, a atrasar o direito ao acesso à habitação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem as vacas mugem nem nada!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra para uma intervenção a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Nesta discussão, naturalmente, dirijo uma primeira palavra aos peticionários, e queria também referir o papel que têm vindo a ter, nomeadamente na ação, intervenção e luta pelo direito à habitação no nosso País, na exigência de respostas e de soluções que garantam o cumprimento do direito constitucional à habitação.

No último ano, o preço das casas aumentou, em média, quase 18 %. São os valores mais altos de sempre nas rendas, nos preços e nos lucros, ao mesmo tempo que os despejos estão também em máximos históricos.

Numa década, os preços aumentaram 169 %, enquanto os salários médios cresceram apenas cerca de 41,5 %. Significa isto que a subida do preço da habitação foi quatro vezes superior à dos rendimentos.

Face a esta realidade — que se tem vindo a agravar — e às crescentes dificuldades no acesso à habitação, o Governo está mais empenhado em criar novas oportunidades de negócio para os fundos imobiliários e a banca e em incentivar a especulação do que em garantir o direito à habitação. O Governo demite-se da sua responsabilidade quando opta pela alienação de imóveis públicos a preço de saldo, em vez de os disponibilizar para habitação pública. Está comprovado que esta política não serve e está na origem do problema.

A vida demonstra que é preciso uma política que garanta o acesso à habitação, que combata a especulação e proteja a habitação das famílias, para que nenhuma família entre em situação de incumprimento e possa ver-se forçada a abandonar a habitação.

É nesse sentido que o PCP propõe um conjunto de medidas, de que destacamos a revogação do novo regime de arrendamento urbano, adotando legislação que reforce a proteção dos inquilinos, garanta a estabilidade no arrendamento, remova os mecanismos de facilitação do despejo e regule os valores de renda; a assunção pelo Estado da sua responsabilidade enquanto promotor público de habitação, com o objetivo de alargar a oferta e disponibilização de habitação pública para suprir as carências identificadas; a identificação, reabilitação e disponibilização de imóveis do Estado que possam ser destinado à habitação, proibindo a alienação de património público com características que permitam a sua utilização para fins habitacionais; o reforço do financiamento ao abrigo do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, não dependendo da obrigatoriedade de financiamento municipal, e beneficiando a 100 % das despesas elegíveis ou dos respetivos valores de referência; a contratação com vínculo permanente dos trabalhadores, para reforço da capacidade de resposta do IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), e a constituição de equipas técnicas no IHRU com capacidade de elaboração de projeto, planeamento, programação e execução dos investimentos na construção e reabilitação de imóveis, incluindo os investimentos com financiamento do Programa de Recuperação e Resiliência, entre outros.

Não são os lucros dos bancos e dos fundos imobiliários que têm de ser garantidos, mas sim o direito das populações à habitação.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vem aí o chato!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Falar de habitação hoje é falar da angústia diária de milhares de portugueses; é falar de jovens que trabalham e não conseguem sair de casa dos

pais, de famílias que vivem com medo da próxima renda, de idosos que escolhem entre comprar medicamentos ou pagar a prestação da sua casa.

Enquanto o povo aperta o cinto, a especulação imobiliária engorda. Enquanto os salários continuam baixos, os preços da habitação continuam a subir.

A Constituição da República Portuguesa é clara: todos têm direito a uma habitação digna, mas para demasiadas pessoas esse direito tornou-se um luxo. Entendo, pois, que a habitação não pode ser tratada apenas como um negócio. A habitação é um direito humano, um direito social, um direito à estabilidade e à dignidade.

Precisamos de mais habitação pública, de rendas acessíveis, de contratos de seguro e de proteção efetiva contra despejos sem alternativa habitacional. Porque um país onde quem trabalha não consegue ter casa é um país que está a falhar, e nós não podemos aceitar isso como normalidade.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Brito, do PS, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Humberto, não chateies! Não venhas com histórias!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo por agradecer aos cidadãos que assinaram estas petições, porque fizeram o que este Governo não faz, trabalharam.

Vozes do PSD: — Oh!…

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — Estas petições falam de habitação, falam de famílias que procuram uma casa, falam de jovens que querem construir um projeto de vida e falam de milhares de imóveis públicos que continuam fechados, devolutos e abandonados por todo o País.

A pergunta é simples: como é possível que, perante uma emergência habitacional, o Estado continue a deixar património público ao abandono?

A resposta também é simples: estamos perante um Governo histórico. Não pela obra, não pela coragem, não pela visão: histórico, pelo cansaço.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Está a falar do PS!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — Em 40 anos de democracia, nunca tínhamos visto isto: um Governo que chegou ao poder exausto; que governa de costas voltadas para o povo — e orgulha-se disso —; que confunde inação com estabilidade e resignação com consenso; que trocou a social-democracia pelo populismo.

Com apenas dois anos de mandato — apenas dois! —, este é o Governo mais cansado dos últimos 40 anos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ui!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — Cansado de construir casas, até os jovens acharem que viver em casa dos pais, aos 30 anos, é qualidade de vida;…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Era até aos 34, em setembro!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — … cansado da saúde, até as grávidas acharem que um bebé nascer numa ambulância é normal e que morrer numa lista de espera ou à espera do INEM é o destino; cansado da economia, quando exige tudo aos trabalhadores e lhes oferece salários baixos, insegurança e instabilidade; cansado da escola, onde faltam professores, mas sobram desculpas; cansado do Estado, que substitui a ação por promessas e os resultados por planos; cansado de pensar, cansado de agir, cansado de executar; cansado, sobretudo dos portugueses.

E nada ilustra melhor esse cansaço do que os prédios devolutos do Estado. Por todo o País há património público abandonado, património de todos nós a degradar-se, à espera. Recuperar dá trabalho, reabilitar exige decisão e colocar uma casa ao serviço de uma família que dela precisa, isso, Sr.as e Srs. Deputados, exige governação.

Mas este Governo da AD não quer governar, quer vender. Vender é fácil, vender não cansa! Assina-se um papel, entrega-se o património público ao mercado…

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Ao mercado!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — … e o problema desaparece no horizonte — pelo menos no horizonte do Governo. Porque a estratégia existe, e é simples fazer de conta que os problemas não existem e esperar que passem.

A escolha é de cansar os jovens até emigrarem, de cansar as famílias até se resignarem, de cansar a esperança até ela deixar de se incomodar.

Portugal não está em crise, Portugal está adiado. E aqui está o PS e aqui estão os cidadãos para puxarem o País para…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Grande discurso sobre o Costa!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Começo também por cumprimentar os peticionários. Esta petição, hoje em discussão, é datada de 2023, na altura, em defesa da propriedade privada e contra o pacote Mais Habitação, que foi apresentado pelo Governo socialista. E porquê? Porque a esquerda, em particular o PS, depois de ter criado a maior crise de habitação alguma vez vivida em Portugal, resolveu criar bodes expiatórios para sacudir a água do capote. E quais foram esses bodes expiatórios? Eram os proprietários, eram os senhorios e eram os empresários do alojamento local.

A política de habitação do PS foi focada no ataque à propriedade privada, no ataque ao mercado do arrendamento e no ataque e perseguição ao alojamento local.

Vozes de CH: — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Felizmente, chegou o Governo da AD, que apresentou respostas sérias para responder ao problema da habitação, sem espantalhos e sem bodes expiatórios — que é uma coisa normal da esquerda, em particular do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o gato escondido!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas não ficamos por aqui, continuamos a trabalhar para que o Estado assuma as suas responsabilidades, e, neste caso em particular, nos edifícios do Estado, como pedem os peticionários. É isso que tem estado a acontecer, de uma forma recorrente.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Estão as casas cada vez mais caras!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Cada vez há mais edifícios do Estado a serem aproveitados para habitação a rendas acessíveis, e é assim que tem de continuar a ser no futuro.

Essa é a nossa responsabilidade, ao contrário do Partido Socialista, que nada fez sobre essa matéria. Porque essa é a nossa maneira de estar e é a nossa maneira de governar: de uma forma construtiva, de uma forma responsável, de uma forma credível, com resultados e, neste caso, ao lado dos peticionários, que pedem — e bem! — uma melhor gestão do património do Estado.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Gonçalo Lage, do PSD.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Caros Peticionários: É importante referir que, durante demasiados anos, o património público esteve efetivamente disperso, subutilizado e até abandonado, enquanto o País vivia uma crise de habitação. O próprio Partido Socialista, durante anos e anos de Governo, manteve sempre todos estes assuntos debaixo da gaveta, sem que pudéssemos ver um único avanço relativamente a esta matéria.

O Governo, neste momento, está a fazer um levantamento exaustivo de tudo o que é património público, desde o património do Estado central até ao património da administração indireta, mas este não é um simples levantamento de património. É preciso saber o enquadramento urbano do próprio imóvel, é necessário saber a avaliação do próprio imóvel, é necessário saber a adequação, ou não, que o próprio imóvel pode ter para cada uma das suas finalidades.

Neste caso, já temos mais de 43 600 imóveis identificados,…

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — … para que se possa tomar uma decisão completamente sustentada e credível com os dados que temos pela frente.

O que não pode acontecer, Sr.as e Srs. Deputados, é o mesmo que nós vimos acontecer, durante anos e anos, no Governo socialista. Era assim: Ó António, tive uma ideia! E se transformássemos o prédio da Avenida 5 de Outubro numa residência?

Estas ideias, que apareciam assim, vindas do nada, ficavam cinco anos na gaveta sem que houvesse um único desenvolvimento, Sr.as e Srs. Deputados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É por isso que as medidas que hoje são trazidas a esta Assembleia, Sr. Presidente, não servem o propósito de termos uma estratégia integrada.

Por um lado, temos uma proposta de isenção total de IMT até ao 5.º escalão — estamos a falar de valores até 660 000 € em que ninguém paga qualquer imposto —, em que também não interessa se os autarcas ficam ou não com menos receita; o que interessa é fazer uma proposta que seja popular e que toda a gente ache que é bonita. Mas depois, ao fim e ao cabo, vai subtrair 1,5 mil milhões de euros do erário público.

Depois, do lado da extrema-esquerda, temos exatamente o contrário: uma limitação à liberdade contratual, uma capacidade de restrição ao próprio uso racional de património e uma limitação do próprio património privado.

Sr.as e Srs. Deputados, obviamente, estas medidas só produzem efeitos adversos na oferta, só produzem constrangimentos na reabilitação urbana, no mercado de arrendamento e, sobretudo, no investimento e na confiança de que nós precisamos para trazer mais casas para o mercado. E é por isto, Sr. Presidente, que este trabalho que está agora a ser feito pelo Governo está orientado para uma boa gestão pública, para uma responsabilidade política e, sobretudo, para uma capacidade de sempre, em cada momento, elevarmos a resposta concreta às famílias portuguesas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Fernandes, do Chega.

O Sr. **Rui Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O debate sobre habitação tem sido marcado por uma obsessão ideológica, de vários partidos nesta Casa, em controlar preços, limitar contratos, criar mais burocracia e apontar o dedo aos proprietários.

Foram precisamente os partidos da esquerda e da extrema-esquerda, que hoje aparecem muito preocupados com o preço das casas e com o valor das rendas, que criaram o AIMI (adicional ao imposto municipal sobre imóveis), mais conhecido como «imposto Mortágua», um imposto que recai, essencialmente, sobre o património habitacional.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Horrível, um imposto horrível!

O Sr. **Rui Fernandes** (CH): — Ou seja, dizem querer casas mais acessíveis, mas depois criam impostos sobre a habitação; querem rendas mais baixas, mas aumentam os custos para quem constrói, para quem investe e para quem coloca as casas no mercado.

É vergonhoso, Sr.as e Srs. Deputados! Como é possível baixar preços de um bem enquanto se aumenta constantemente a carga fiscal sobre esse mesmo bem? Não é possível, como é óbvio.

Enquanto isso, o Chega escolheu outro caminho.

Antes de exigir mais sacrifícios aos portugueses, importa perguntar o que o Estado fez com o património que já possui. Em todo o País, existem vários edifícios públicos devolutos, bairros habitacionais degradados e imóveis pertencentes ao Estado.

É precisamente para responder a esta realidade que apresentamos o Projeto de Resolução n.º 988/XVII/1.ª, recomendando a criação de um programa nacional de levantamento do património público habitacional — esta é uma medida de bom senso.

Nós, o Chega, queremos colocar casas no mercado, não queremos criar mais regras sobre aquelas que já existem.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Chegámos assim ao fim dos nossos trabalhos…

O Sr. Deputado Alexandre Poço está a fazer sinal à Mesa para que efeito?

Pausa.

O Sr. Deputado Gonçalo Lage, do PSD, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, nesta intervenção final, queria ressalvar um conjunto de números que nos parecem importantes e que demonstram exatamente o contrário do que foi aqui referido pelo Partido Socialista.

Nós já temos implementado, por este Governo, e já estamos a construir mais de 20 000 casas, que serão entregues até ao próximo mês de agosto.

Risos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

Conseguimos, efetivamente,…

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — As casas do PS!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — … atribuir isenção total de impostos a mais 100 000 jovens.

A grande diferença, Sr. Presidente, é que enquanto o Partido Socialista se ri e colocou os dossiês todos debaixo da gaveta, nós estamos a trabalhar e a desenvolver soluções concretas para os portugueses.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, quanto mais o Partido Socialista se ri, mais força temos nós para trabalhar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Agora sim, parece que chegámos ao final dos nossos trabalhos.

A Assembleia voltará a reunir amanhã, às 15 horas, com uma ordem de trabalhos que consiste de declarações políticas; da apresentação da Proposta de Resolução n.º 15/XVII/1.ª (GOV) — Aprova a Convenção da Organização Internacional do Trabalho n.º 185, que procede à revisão da Convenção sobre os Documentos de Identificação Nacionais dos Marítimos (revista), feita em Bruxelas, em 21 de novembro de 2025, que está agendada sem tempos para debate; e, no final, de votações.

Srs. Deputados, muito obrigado e até amanhã.

Eram 19 horas e 30 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.